

**R
E
V
I
S
T
A**

**DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE
MATO GROSSO
1993**

ANOS CXXXIX - CXL

NO LXV

Revista

do .

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Tomo - CXXXIX - CXL

Ano LXV

Edição do

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Cuiabá - 1993

Revista do Insituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Jornalista Responsável : Ronaldo de Arruda Castro
Ministério do Trabalho-MT REG. N° 112

Digitação, Diagramação :

 **Digidisk**
Edição e Serviços Ltda
Rua Campo Grande, 151 A - Centro
Cuiabá - MT - Fone: (065) 323-2714

DIRETORIA

Presidente: - Luís-Philippe Pereira Leite
1º Vice-Presidente: - Archimedes Pereira Lima
2º Vice-Presidente: - Benedito Pedro Dorileo
1º Secretário: - Pedro Rocha Jucá
2º Secretário: - Vera Randazzo
Tesoureiro: - Nilza Pinto de Queiroz
Orador Oficial: - Paulo Pitaluga Costa e Silva

CONSELHO FISCAL

Membros: Lenine de Campos Póvoas
Raimundo Pombo Moreira da Cruz
Dunga Rodrigues

SEDE PRÓPRIA: CASA BARÃO DE MELGAÇO

*Rua Barão de Melgaço, 3.869
(esquina da Travessa Voluntários da Pátria)
Cuiabá - Mato Grosso - CEP 78005-500*

Escritura de doação do Governo do Estado, de 15 de abril de 1931, às fls. 96v a 97v, do livro 143, do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá, e transcrito sob nº 2.102, fls. 199, livro 3-B, em 15/04/1931, no R.G.I. de Cuiabá. Estatutos registrados no Cartório do 1º Ofício, sob nº 14, em 24/04/1930.

Reconhecido de Utilidade Pública, pela lei Estadual nº 815, de 08/10/1930. Conta Bancária: BEMAT - 02.3708-8 (agência da Av. Getúlio Vargas nº 247, em Cuiabá-MT).

1993

ÍNDICE

Rondón - Antônio de Arruda.....	07
O ÚLTIMO DOS GRANDES MESTRES DO MEU TEMPO Luís-Philippe Pereira Leite.....	28
O ANUÁRIO DO IBGE E ALLYRIO DE MATTOS Ronaldo Rogério de Freitas Mourão.....	30
CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CUIABÁ EM SABARÁ.....	32
UM FAMOSO VOTO DE MINERVA - Lenine C. Póvoas.....	33
EM HOMENAGEM A VIRGÍLIO ALVES CORREA NETO Ronaldo de Arruda Costa.....	36
O CIRCO BOCUTE - Nilza Pinto de Queiroz.....	39
GLÓRIA DE MATOGROSSO DE HOJE - Lenine C. Póvoas.....	43
PATRONOS DAS CÁTEDRAS ACADÊMICAS: JOSÉ BARBOSA DE SÁ, JOAQUIM DA COSTA SIQUEIRA, RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA Clóvis de Mello.....	47
GERVÁSIO LEITE - JURISTA E MESTRE Benedito Pereira do Nascimento.....	55
A NOVA BASÍLICA - Luís-Philippe Pereira Leite.....	60
LENDAS QUE ENRIQUECERAM NOSSA HISTÓRIA Pedro Rocha Jucá.....	62
JOÃO VILLASBOAS, PARLAMENTAR MATOGROSSENSE Luís-Philippe Pereira Leite.....	70
O ARCEBISPO - Leopoldino Marques do Amaral.....	72
ATA DE FUNDAÇÃO DE CUIABÁ: UMA ANÁLISE CRÍTICA Paulo Pitaluga Costa e Silva.....	75
"GENTE DE QUEM VOCÊ É?" - Nilza Pinto de Queiroz.....	122
HOMENAGEM A ARCHIMEDES PEREIRA LIMA (1908-1993).....	125

RONDON

Antônio de Arruda

A 26 de abril de 1913, os componentes da Comissão Roosevelt - Rondon chegaram a um acampamento próximo a Manaus, após 59 dias de árdua jornada. O então Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon reuniu toda a comitiva, em frente a um pequeno monumento que mandou erigir, onde flutuavam as bandeiras do Brasil e dos Estados Unidos. Leu a ordem do dia, resumindo os principais acontecimentos ligados à expedição; salientou que o curso de água, cuja parte superior figurava nos mapas como rio da Dúvida, que os seringueiros chamavam Castanho, o Baixo Aripuanã e aquela grande parte que acabavam de percorrer, eram todos um mesmo rio. Declarou então que, por determinação do Governo brasileiro, esse rio recebia o nome de Roosevelt.

Esse episódio parece-nos um dos pontos culminantes da vida de Rondon. Era uma longa trajetória que ganhava extraordinárias dimensões. Do coração das selvas brasileiras sua legenda se projetava nas manchetes internacionais, como sertanista, desbravador, criador de uma nova Geografia no Continente americano. Nas mensagens que seu companheiro de expedição enviava para a imprensa do seu país, bem como no livro que depois publicou. "*Através do Sertão do Brasil*", o nome de Rondon passou a ser constantemente glorificado. Aquele estadista, também viajante, sertanista, caçador de feras, encontrou em Rondon seu parceiro e a administração que lhe inspirou nosso patricio seria depois compartilhada por ilustres escritores, cientistas e homens públicos estrangeiros.

O que mais impressiona e se destaca na vida de Rondon é seu caráter pedagógico. Esse aspecto já foi ressaltado por Ivan Lins em primorosa conferência. De fato, a obra e a personalidade de Rondon são ricas de ensinamento, modelares sob todos os pontos de vista.

Ao concluir os estudos, fora nomeado Professor de Astronomia e de Mecânica Racional na Escola Militar, onde se formara. Essa nomeação tinha sido recomendada ao Governo por Benjamin Constant, como prêmio ao brilhantismo do seu curso. Nessa ocasião, tornara-se noivo da jovem Francisca Xavier, filha de um de seus professores. O Sr. Xavier ouvira, por diversas vezes, referências elogiosas a Rondon, por parte de alguns rapazes que lhe freqüentavam a casa. Quis então conhecer o jovem matogrossense, resolução que Rondon considerou, mais tarde, como uma das mais significativas, na sua vida - ao lado da que tomou seu tio Manoel Rodrigues, levando-o para Cuiabá, quando ficou órfão, em Mimoso, povoação onde nascera. Se, de um lado, teve possibilidades de estudar, de outro, ficara conhecendo aquela a quem consagraria extremado afeto, companheira dedicada e amorosa. Assim, como Professor, e ingressando numa família em que o chefe era também Professor, tudo concorria para fixá-lo no magistério. Entretanto, cedeu ao convite de Gomes Carneiro para integrar a comissão construtora da linha telegráfica Cuiabá-Araguaia. Iniciaria deste modo sua grande missão, na qual concentrou todas as energias, aquela a que dedicou tal devotamento, que iria marcar seu destino. Educador seria, mas num outro sentido mais amplo. Ensinaria pelo exemplo, pela ação, pelos seus atos e atitudes, constituindo um conjunto harmonioso e belo.

Deixava, pois, o aconchego do lar que iria construir, com carinho, afastava-se definitivamente da cátedra, que se entremostrava promissora: abandonava, enfim, todas as perspectivas de uma existência suave, para embranhar-se nos sertões. Refluía para a floresta, que ele tanto amou, impellido talvez por forças atávicas e por uma predestinação irresistível.

Não é difícil encontrar as causas do seu triunfo. Em primeiro lugar, temos sua formação filosófica. Como sabemos, Rondon pertenceu àquela admirável geração de positivistas que floresceu no início da República. Na Escola Militar, pontificavam alguns professores, destacando-se, entre eles, Benjamin Constant, o Marechal Roberto Trompowsky, Licínio Cardoso, Lauro Sodré, Liberato Bittencourt.

O Positivismo caracterizou-se pela rigidez dos seus dogmas, exacerbada, no Brasil pela intransigência de Teixeira Mendes e de Miguel Lemos, dois espíritos retos, mas muito inflexíveis na aplicação da doutrina. Este excessivo rigor acabou por isolar do meio social brasileiro a Igreja e o Apostolado Positivista, cujos estatutos proibiam, por exemplo, o exercício de cargos políticos, o magistério e o jornalismo militante. Rondon acolheu todas essas restrições, bem compatíveis com o estoicismo a que sempre se habituara. Ele nunca renegou, antes reconheceu, a influência positivista em sua vida.

“Dois fatores primaciais, escreveu ele certa vez, deram as resultantes da minha modesta atividades de subordinado e de chefe dentro da moral positiva que adotei. O primeiro, a influência persuasiva da minha extremosa Esposa, a quem são devidas as boas inspirações que moveram meu coração; o segundo - a dedicação insuperável de uma plêiade brilhante de oficiais e civis, de soldados e de trabalhadores que foram o cérebro e o braço civilizadores”.

Ainda dentro da filosofia positiva, duas figuras capitais sobressaem na sua formação: Benjamin Constant e Gomes Carneiro. Benjamin Constant foi o idolatrado mestre da juventude militar do seu tempo, aquele a quem os alunos se dirigiram em manifesto, após o célebre discurso no banquete oferecido à oficialidade chilena: *“Mestre, sede nosso guia em busca da Terra da Promissão - o solo da Liberdade”*.

Dele disse Rondon, nas suas Memórias publicadas por Esther de Viveiros:

“Foste, Benjamin Constant, o meu Mestre Amado - que a todos se impunha pela extensão do cultivo intelectual, pela integridade do caráter diamantino, pela pureza do coração. Trato ameno, aureolado de doçura e bondade, absoluta e sincera franqueza, realçavam aqueles predicados. E a todos, Mestre inspiravas veneração”.

Quanto a Gomes Carneiro, será melhor transcrevermos também as palavras do próprio Rondon:

“Gomes Carneiro, meu amado Mestre de sertão. Ali me ensinaste a ser soldado. Aprendi, nos teus edificantes exemplos cívicos e militares, a ser dedicado ao serviço, inflexível nas maiores dificuldades e sofrimentos para nunca, ante o subordinado, revelar cansaço ou ignorância - porque só assim, dizias, será a autoridade de chefe mantida e respeitadas as suas ordens. Foi contigo que aprendi a amar o Índio, já meditando nas ordens que fizeste cumprir em sua defesa e proteção, ao longo da estrada marginada pela construção da linha telegráfica, onde o boróro mantinha as suas aldeias; já no empolgante exemplo que me deste de não insistir contra os avisos que nobremente dá o índio ao invasor de suas terras, antes de fazer sentir, materialmente, que sua presença é desagradável”.

Com esses modelos, poderia Rondon reforçar seus traços característicos que já trouxera do berço e retemperava com a adversidade. Órfão de pai e mãe aos dois anos e meio, e embora sujeito à tutela de um tio bondoso, Rondon cedo aprendeu a agir com discernimento e firmeza. A este respeito, tudo nele nos encanta e comove. Desde a juventude, a pujança do caráter foi-lhe patenteado, em todos os seus atos.

Aos 16 anos, resolveu ir para o Rio estudar e foi ter com o tio Manoel Rodrigues, a fim de obter-lhe o consentimento. O tio ponderou-lhe que não tinha recursos para sustentá-lo na Metrópole, ao que Rondon respondeu”

“Meu tio, não lhe estou pedindo recurso, mas apenas o seu consentimento. Já tenho pensado no assunto. Assentarei praça e irei estudar na Escola Militar, como soldado”.

Soldado e naquele tempo! Nem era bom pensar nisso. O tio foi procurar o Dr. Santos Malhado, médico muito conhecido, na época, em

Cuiabá. O dr. Malhado sugeriu uma solução razoável para o problema: o tio adotaria o sobrinho, e este, como filho de um capitão da Guarda Nacional (*que o era Manoel Rodrigues*), poderia iniciar a carreira como cadete e não como simples soldado. Além disso, o Dr. Malhado lhe daria cartas de recomendação a pessoas amigas, no Rio.

Manoel Rodrigues voltou satisfeito com tais projetos, mas não encontrou para eles nenhuma receptividade em Rondon. O velho mostrou-se extremamente ressentido. Então era esse o pagamento de todo o desvelo que tivera para com o sobrinho, que recusava agora o título de filho adotivo, que lhe queria dar, e em seu benefício? Rondon continuou, porém inabalável, na sua recusa, dizendo:

“Pai só posso ter um, e esse morreu. O senhor é meu tio, nunca poderá ser meu pai. Quanto às cartas de recomendação, agradeço ao Sr. Malhado, mas também não aceito. Se não puder encaminhar-me sozinho, voltarei para ser vaqueiro. Garanto que bom vaqueiro”.

E assim fez: assentou praça e estudou como soldado. A falta de recursos obrigava-o, às vezes, a um cardápio dos mais elementares: pão e feijão. Adoeceu então gravemente, a tal ponto que os colegas fizeram subscrição para o enterro, como era praxe, na Escola, para os alunos pobres: Jorge Octaviano da Silva e o futuro Chefe de Polícia do Governo Bernardes, Manoel Fontoura. Um dia, ao doente apeteceu-lhe comer abacaxi, Jorge Octaviano e Fontoura consultaram o médico, e este não se opôs, como quem dissesse: Para que contrariá-lo, se já está nas últimas?

Saboreou o abacaxi com delícia, e, resultado imprevisto, melhorou consideravelmente. O médico, perspicaz, suspendeu a medicação, proporcionando-lhe uma dieta de frutas e alimentos leves. Restabeleceu-se depois, rapidamente.

Na Escola Militar, sua obstinada força de vontade se manifestou em dois episódios singulares. Julgava-se preparado para o curso superior, mas seu certificado do Liceu Cuiabano não pudera ser aproveitado, pois,

apesar de bom colégio, não era oficialmente reconhecido; teria de repetir, assim, toda a matéria nos três anos preparatórios da Escola Militar. Resolveu, pois, em dezembro de 1883, requerer exames vagos para o 2º e 3º anos, após cursar o 1º ano. Os companheiros ficaram admirados da sua audácia.

- Pensas, bicho peludo - diziam - que vais vencer com a Matemática de Cuiabá? É muito atrevimento: vais levar bomba na certa.

Entretanto, com a Matemática de Cuiabá, teve distinção no 1º ano e plenamente nos exames vagos do 2º e 3º anos: façanha, até então inédita, na Escola Militar.

Outro episódio se deu em 1887, quando Rondon fazia o 3º ano do curso superior da Escola. Na cadeira de Mecânica Racional, regida pelo Professor Peixoto Amarante, tornara-se habitual ocupar Rondon o 1º lugar, com distinção, grau 10, vindo em 2º lugar Aníbal Cardoso. Numa das provas, porém, o Professor considerou muito complicada a solução que Rondon deu a um problema, pelo que se inverteram os resultados do mês: 1º lugar Aníbal Cardoso; 2º lugar Rondon.

Ao ser feita a leitura da classificação, Rondon nada ponderou, mas as lágrimas lhe correram pela face. Desdenhara a solução mais fácil, apresentada pelo colega, preferindo uma outra mais original e a consequência ali estava: fora desclassificado. Na sabatina seguinte, para espanto do Mestre, entregou a prova em branco. Interpelado, respondeu que não mais faria sabatina, cumpriu a promessa. No fim do ano, requereu exame vago, que atraiu a assistência de toda a Escola, inclusive do próprio Diretor. A prova fora excepcionalmente brilhante, mas a banca não gostou da atitude agressiva assumida por Rondon, deixando de lhe conferir a nota 10, que merecia. O Diretor chamou-o depois ao seu Gabinete e mostrou-lhe, com bondade, o quanto a disciplina era indispensável à vida militar. Como sempre, nessas ocasiões, a reação eram as lágrimas.

O constante e admirável esforço que Rondon despendeu, no começo da sua carreira, e as vitórias a que se acostumou, acabaram por conferir-lhe ilimitada confiança nas suas possibilidades.

Depois de participar da Comissão de Linhas Telegráficas, de Cuiabá ao Araguaia, chefiada por Gomes Carneiro, recebera nova e importante missão. Cuidava o Governo Federal de estabelecer uma linha telegráfica estratégica entre Cuiabá e Corumbá, com ramificação para Aquidauana e Forte de Coimbra. Era uma ligação difícil, através de extensos pantanais, cuja só travessia já era penosa, transformando os trabalhos de postejamento e outros necessários numa tarefa quase sobre-humana. Uma tentativa anterior para essa ligação, no tempo em que Deodoro esteve em Mato Grosso, fora frustrada. Mais tarde, outros projetos semelhantes foram considerados inexecutáveis para a Engenharia da época. Apesar de todas essas dificuldades e malogros, Rondon aceitou a incumbência sem tergiversar. Ainda mais, conforme fazia com todas as suas realizações, marcara, com grande antecedência, a data para seu término a 1º de janeiro de 1904, e, quando alguém lhe ponderava ser impossível cumprir esse programa, respondia simplesmente:

- A data já está prevista, e agora o que nos cabe é fazer o possível para executar o nosso encargo.

Ocorreu que, no dia da inauguração teve notícia de que a esposa se achava muito doente em Aquidauana. Pronunciou breve discurso e saiu a cavalo, varando os pantanais então muito cheios, seguido de dois boróros amigos. Os corumbaenses, vendo sair o chefe, antes de terminada a solenidade, conjecturaram que a linha não se concluíra e que ele fora completar os trabalhos. Renderam-se porém, à evidência do fato consumado, quando puderam falar com Aquidauana logo depois.

Essa Comissão consumiu seis anos de trabalho ingente, perfazendo 1764 km de linha, servindo 17 estações, incluindo construções de casas e outras instalações.

Voltando ao Rio, soube que o Presidente Afonso Pena lhe reserva outro fabuloso projeto, que seria uma das maiores façanhas de penetração interior de todos os tempos. Tratava-se de estender as linhas telegráficas de Mato Grosso até o Amazonas, a fim de que se consolidasse a incorporação ao Brasil dos Territórios do Acre, Purus e Juruá.

Chamado ao Catete, expôs-lhe Afonso Pena seu plano e perguntou-lhe:

- Acha o senhor exequível semelhante projeto, naquela região despovoada, e sem recursos próprios?

- É só querer - respondeu Rondon, frase que se tornou verdadeiro refrão em Mato Grosso.

- Pois eu quero, concluiu o Presidente, e confio-lhe a execução deste trabalho.

Assentaram-se as bases da expedição, que visaria à exploração científica do território e ao mesmo tempo à sua incorporação ao mundo civilizado. A nova comissão se encarregaria não só da construção das linhas, mas também de todos os trabalhos relativos ao conhecimento da região, sob os aspectos geográficos, botânicos e mineralógicos. Rondon sempre adotou este ponto de vista, tanto que, ao ser convidado, mais tarde, para acompanhar o Presidente Roosevelt, salientou que o fazia certo de que não era o caso de mera excursão esportiva, mais ou menos perigosa, mas *“que o governo ligaria aos intuits de uma travessia pelo sertão objetivos científicos de utilidades para nossa pátria”*.

Essa preocupação em moldurar sua feição científica e cultural fez com que Rondon se transformasse num dos maiores incentivadores das Ciências Naturais no Brasil. A este respeito, segundo a opinião de Artur Neiva, seu nome vem logo após ao de Oswaldo Cruz. Nenhuma outra expedição científica concorreu, como as suas, para o desenvolvimento da História Natural entre nós, e nenhuma outra exaltou mais no estrangeiro o nome de nossa pátria. E Roquete Pinto informa que a contribuição de Rondon para o Museu Nacional foi equivalente à que essa instituição adquiria em um século de sua existência. Desde o início das suas penetrações pelo interior, Rondon passou a levar equipamentos para determinar coordenadas e colher dados geológicos, antropológicos e etnográficos. Fez estudos orográficos, levantamentos de cabeceiras de rios, e por toda a parte ia atribuindo nomes aos acidentes geográficos que descobria, acumulando, enfim, material para o futuro mapa construído por

um grupo de trabalho, dirigido pelo General Francisco Jaguaribe Gomes de Matos. A expedição à Amazônia trazia tais empecilhos e exigia esforços tamanhos, que dificilmente se lhe poderia augurar êxito feliz. Eram distâncias imensas, desconhecidas, vagamente mencionadas nos mapas, transportes precários, eram as doenças, alimentação escassa, eram os índios atacando os expedicionários. Era um trabalho diuturno, incessante, inapelável, de meses, anos a fio, durante os quais se transportavam materiais, se faziam os postes, se estiravam as linhas, se inauguravam as estações. E o chefe sempre solícito, bem-humorado, prevendo tudo, animando os companheiros, presidindo e distribuindo ele próprio as refeições. À noite, escrevia cartas à esposa, numa comunicação espiritual que manteve nesse longo interregno de ausência.

Esta empresa gigantesca não se teria certamente concluído, não fosse a capacidade de comando, a fibra, a tenacidade, a resistência física de Rondon. Para comprová-lo, basta relembrar alguns dos muitos episódios que marcaram sua passagem pela nossa hinterlândia e fez dele uma figura de lenda.

Certa vez precisava Rondon atravessar o caudaloso rio Papagaio, afluente do Juruena. Conduzia ele reduzida comissão de reconhecimento desse rio, envolvido até essa época em denso mistério. Os excursionistas regressavam exaustos, após uma viagem de mais de dois meses, com as provisões quase esgotadas. Ao chegarem ao rio, não encontraram a canoa que ali haviam deixado: soltaram-na os Nhambiquaras, então bravios, e que, dias antes, os tinham atacado. Era evidente que os índios voltariam para nova investida e a expedição seria, sem dúvida, aniquilada, em face da barreira que se lhes opunha. Os soldados, já sem esperança, arriaram as mochilas, estirando-se pela margem do rio. Compreendendo a gravidade da situação, Rondon improvisou uma "pelota" com um couro de boi, colocou-a n'água, e, segurando-a com os dentes, atravessou o rio a nado, várias vezes. Em cada viagem, ia levando o material e depois os companheiros, dois a dois. É certo que ele, como os demais, estava cansado, enfraquecido pela longa viagem, e, no entanto, nadou durante seis horas consecutivas, arrastando a improvisada embarcação. Nesse lance me-

morável, Rondon recordaria, naturalmente, sua infância, quando, em manhãs de férias, se exercitava no rio Cuiabá, em longas braçadas.

Um dos companheiros de Rondon, testemunha dos seus feitos e seu futuro biógrafo, o Cel Amílcar Botelho de Magalhães, resumiu a envergadura do seu antigo chefe neste lema: “*Vencer, mesmo o impossível*”.

Conta ainda o Coronel Amílcar que, todas as vezes que cumpria escalar montes e grutas, ou varar cachoeiras, Rondon timbrava em se mostrar nos picos mais elevados e nos pontos mais perigosos. E sempre corretamente fardado, de barba feita, como se estivesse a passear pelas avenidas.

Nada repugnava tanto a Rondon do que o tratamento especial em relação à sua pessoa. Ao contrário, a haver privilégios, que recaíssem antes nos seus comandados. Tornou-se famoso o estribilho que ele criou nos acampamentos: “*Preparem aí o rancho para as praças... e um chá para o Estado-Maior*”.

Refere o Coronel Clementino Fernandes Guimarães que, quando comandante do Forte de Coimbra, foi visitar a comissão construtora do ramal telegráfico para aquela povoação, encontrou Rondon fazendo a refeição (*que constava unicamente de paçoca*), em pé e com água pela cintura. Era assim que o contingente estava trabalhando há dias e o chefe não poderia fugir à regra.

A esse respeito, Ivan Lins transmite o depoimento de Miguel Calmon, Ministro da Justiça, por cuja pasta corriam os trabalhos preparatórios de Rondon para a penetração nos sertões do Norte, povoados pelos Parecis e Nhambiquaras. A fama destes silvícolas, como guerreiros e até antropófagos, fez com que todos temessem pela sorte dos expedicionários. E a esposa de Rondon, participando desses receios, solicitou ao Ministro que providenciasse uma cota de malha para que ele a usasse durante sua permanência entre os índios. Rondon concordou, desde que, porém, seus auxiliares, oficiais e soldados, obtivessem igual proteção. Como não houvesse recursos, no orçamento da expedição, para tanta despesa, Rondon recusou a cota de malha que lhe era destinada.

Outra vez, em penosa marcha, estando doente, com 41° de febre, solicitou-lhe o Dr. Joaquim Tanajura, médico da expedição, que retornasse, com seus homens, muitos dos quais também se achavam enfermos e cansados. Rondon respondeu que todos os doentes que não estivessem em condições de prosseguir, que regressassem, mas o chefe era o único que não poderia voltar atrás: ele continuaria, ainda que tivesse que ficar sozinho.

O Dr. Tanajura mandou então arrear um boi manso, único animal de montaria existente, e ofereceu-o a Rondon, ou melhor, intimou-o a que aceitasse, para evitar maior gravame ao seu estado de saúde, o que poderia até acarretar o malogro da expedição.

Cedendo às instâncias do médico e de toda a oficialidade, Rondon marchou uns 500 metros encarapitado no dorso do pacato animal. Mas todos perceberam que ele se sentia diminuído, vendo quebrada aquela invencibilidade de que já dera tantas provas, como sertanista indomável. De repente, num salto vigoroso, desmontou-se, entregou ao seu ordenança a alimária e prosseguiu a pé, por toda a viagem, que durou seis meses. Dir-se-iam inesgotáveis as suas reservas físicas.

As qualidades pessoais de Rondon, aliadas à sua preocupação em não sobressair, em manter um clima de cordialidade, de camaradagem, em relação aos demais companheiros, granjearam-lhe um prestígio que muito concorreu para o extraordinário sucesso dos seus empreendimentos. Era um condutor nato, um homem cuja liderança ninguém discutia. Conseguiu reunir um grupo de auxiliares dos mais homogêneos e brilhantes. Em várias oportunidades, ressaltou Rondon a influência desses homens no êxito alcançado pelas suas missões; dizia sempre que, sem eles, não poderia ter concluído sua obra civilizadora.

Nesse ponto, é também significativo o depoimento de Theodoro Roosevelt, que em diversas passagens do seu citado livro deixou registrada sua admiração pela coragem, audácia e competência dos brasileiros que compunham a expedição. Depois de se referir, por exemplo, ao transporte

por terra das cargas e das canoas, que foram arrastadas, para contornar uma cachoeira intransponível do rio da Dúvida, assim se expressou Roosevelt:

“Considerando o modo como foi realizado o trabalho, a boa vontade, a resistência e força de touros dos camaradas, e a inteligência e esforço incansáveis de seus chefes - só nos admirava a ignorância dos que não sabemos o quanto de energia e eficiência possuem os homens dos trópicos, ou neles podem ser prontamente desenvolvidos”.

Mencionando alguns dos oficiais, como Amílcar de Magalhães, João Lira, Joaquim de Melo Filho, o geólogo Eusébio de Oliveira, ressaltava o estadista americano a cultura, a distinção. Cenas das mais singulares descreve Roosevelt nos acampamentos, à noite, em plena selva: Rondon lia o Catecismo Positivista ou alguma obra clássica sobre Astronomia; João Lira divertia-se com Goethe ou Schiller, no original; Roosevelt lia Gibbon e Kermit, seu filho, *“Os Lusíadas”*.

Na arte de comandar, Rondon utilizava-se de uma energia temperada de bondade e modéstia. Superior aos subordinados em todos os sentidos, era-o também em não alardear sua superioridade. Deste modo, sua liderança provinha não do alto para baixo, por imposição do cargo, mas duma conquista lenta, constante, da amizade e dedicação dos companheiros. Sabia estimá-los e obter deles o máximo rendimento no trabalho: solícito e magnânimo, estava sempre pronto a ajudá-los, nas suas dificuldades e reveses. Não alimentava rancores, pois tinha em mente aquele pensamento de Napoleão, que citava certa vez, ao retirar-se do serviço público: *“Saibam que um homem jamais odeia; sua cólera e seu mau humor não vão além do minuto presente: é a faísca elétrica...”*

De uma feita, como alguém lhe observasse que o destinatário de um telegrama não merecia as referências lisonjeiras que lhe artibuaia, respondeu Rondon: *“É por isso mesmo que faço estes elogios, esperando que ele se entusiasme e esforce para se elevar à altura em que o coloco”*.

Vê-se, pois, que muitos anos antes de Dale Carnegie, já sabia Rondon como fazer amigos e influenciar pessoas...

O seu poder de persuasão manifestava-se, às vezes, nos lances mais imprevistos. Certa ocasião, um soldado declarou-se vencido, recusando-se a seguir a penosa viagem e prostando-se exausto dentro da mata, Rondon foi procurá-lo e exortou-o, com paciência, procurando convencê-lo de que todos estavam também cansados, mas nem por isso deixariam de prosseguir na excursão e, se ele criasse um pouco de coragem, poderia continuar a marcha. A todos os argumentos o pobre homem retrucava apenas que o deixassem em paz, que ele queria morrer, ali, sossegado.

- Está bem, disse Rondon, pegando, num gesto rápido, a arma e a mochila do soldado. Vou levar os seus apetrechos, e, com o auxílio desse seu camarada, vou carregá-lo até o acampamento.

A estas palavras, o rapaz ergueu-se eletrizado, e, retomando sua carga, disse que ia fazer um esforço para caminhar. Andou até o acampamento e continuou a marchar até o fim da expedição.

Um outro caso que recolhemos da tradição oral, em Mato Grosso, revela o quanto Rondon conhecia a natureza humana. Nove dos seus homens procuravam levantar um poste algo pesado e não o conseguiam. Rondon que os observa, disse:

- É muita gente; uns atrapalham os outros. Saiam Joaquim e Manoel. Os dois indicados se afastaram. Os demais fizeram nova tentativa, sem resultado.

- Ainda está muita gente; saia você, José.

Os seis restantes se entreolharam, como a dizerem: “*vamos acabar com isso, antes que o chefe tire mais alguém*”. E levantaram o poste.

Outras vezes, quando necessário, Rondon usava de energia, como na emergência em que, na cidade de Mato Grosso, soubera que os seus soldados, em descanso, se embriagaram e estavam praticando as maiores desordens numa taberna. Revogou então a ordem de descanso e mandou que os oficiais reunissem as praças e regressassem todos para Cáceres, como esta previsto. Daí a pouco, vieram informar-lhe que as praças não queriam obedecer às ordem dos superiores.

Convém notar que aqueles soldados eram elementos da pior espécie, não havendo muito o que escolher dentre os que se dispunham a aventurar-se pelos sertões. Assim, naquele instante, Rondon compreendeu que não era fácil conter os amotinados, alguns dos quais sabia serem de má índole. Mandou selar seu cavalo e saiu, em pessoa, para fazer cumprir suas ordens. Ao chegar perto do botequim onde maior era a algazarra, muitos dos soldados, vendo a disposição do chefe, saíram sorrateiramente. Outros, porém, o esperavam, em atitude de displicência ou desafio. Rondon espicçou a alimária e investiu contra o grupo numa verdadeira carga de cavalaria, atravessando a vendinha, de ponta a ponta, e levando os soldados, aos trancos. Afinal, espavoridos, correram todos a apresentar-se ao acampamento, sendo que os últimos fugitivos chegaram com a notícia de que o “*seu Major havia mandado quebrar todos os garrafões de pinga que existiam nas vendas*”.

Raros eram, no entanto, esses momentos em que necessitava empregar a força, para fazer respeitar suas decisões. Naturalmente, assim procedia impelido pelas circunstâncias, porque sua convicção filosófica e formação moral antes o conduziam à brandura e à indulgência.

Demonstração dessa tendência vêmo-la num episódio ocorrido na Comissão Roosevelt - Rondon e que põe em evidência os temperamentos dos dois chefes. Um dos funcionários da expedição, indivíduo perverso, assassinou covardemente o sargento despenseiro, fugindo a seguir. Roosevelt achava que se devia aplicar a lei da selva, isto é, prender o criminoso e matá-lo. Rondon se opunha, invocando a lei brasileira, que exigia, no caso, o processo e julgamento pelos meios regulares. Prevaleceu a tese de Rondon mas o homicida não foi encontrado. Logo depois, porém, ressurgiu nas imediações, tornando-se claro que ele não ousava arrostar, sozinho, os perigos da floresta. Fez-se então novo conselho entre os dois chefes e a divergência aqui foi bem mais séria. Roosevelt sustentava que o criminoso não deveria voltar ao seio da expedição, onde iria criar problemas de segurança, além de que não seria justo viesse participar das rações alimentares já escassas. Rondon ponderava que era do seu dever

capturar o delinqüente e entregá-lo mais tarde à Justiça. Roosevelt exaltou-se e só a muito custo aceitou os argumentos de Rondon, mas já então o fugitivo não pôde ser preso. Assim, no decorrer de todo o incidente, descobriu-se a atitude temperamental de Roosevelt, em contraste com o sentimento de legalidade e humanidade de Rondon.

Outra característica também relevante na personalidade de Rondon foi seu despreendimento. Numa época de extremado senso utilitário, primava pelo desapego às coisas materiais e às aparências do mundo. Jamais a cobiça penetrou naquela alma, jamais os vícios a corromperam. Assim como rejeitara, no início da carreira, rendoso contrato de medição de terras, porque já se tinha comprometido a acompanhar a expedição de Gomes de Castro, também mais tarde, recusaria a presidência do seu Estado e outros postos importantes. Assim procedia, em parte, por amor aos princípios positivistas, mas também por temperamento, que era de seu natural afeito à renúncia à desambição.

Certa vez, num desses tributos que se pagam à liberdade de imprensa, o "*Jornal do Comércio*" deu guarida a uma campanha de três jovens oficiais contra os trabalhos da Comissão Rondon. Vozes se levantaram em repulsa aqueles injustos e o próprio Rondon saiu a campo para mostrar o que vinha fazendo quase em silêncio, o que já realizara, nesses anos de esforço e sacrifício. A opinião pública, estarecida, tomou conhecimento daqueles fatos e, pela primeira vez, surgiu na consciência coletiva o valor da obra rondoniana. Da polêmica resultou outra consequência que revela nitidamente a faceta que estamos analisando quanto ao caráter de Rondon. Como os acusadores arguissem contra os membros da Comissão o reconhecimento de diárias, Rondon passou a recusá-las, no que foi acompanhado pelo seu dileto ajudante, Capitão Nicolau Bueno Horta Barbosa.

Tratava-se, como vemos, de questão mesquinha, pois as diárias constituem direito do serviço que se afasta em serviço, da sede das suas funções e por isso mesmo se sujeita despesas extraordinárias. Mas Rondon de farda, pressupondo lícito receber diárias, num conceito estrito de

ética, e assim ensinavam pessoas tão qualificadas, renunciemos a elas, fiquemos com os simples vencimentos. Se os boróros vivem sem gratificações, seu pagmejera bem poderá dispensá-las (*os boróros chama ao seu cacique Chemejeras, mas Rondon era Pagmejera - o grande chefe*).

Alguns anos depois, vários Deputados Federais pretenderam regularizar essa situação absurda concedendo um prêmio a Rondon e a Horta Barbosa, como ressarcimento dos prejuízos que tiveram com as diárias não recebidas. Entretanto ao saberem disso, ambos escrevem à Câmara, solicitando o arquivamento do projeto em tramitação, o que foi feito.

Ainda sob esse aspecto quando estive em Letícia, como delegado brasileiro, deixou de pleitear a gratificação a que faria jus, no exterior. As gratificações subiram a mais de um milhão de cruzeiros, quantia vultosa para a época, que só requereu mais tarde, a instância de amigos e depois de consultar sobre a legalidade do pagamento ao Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra. Assim mesmo, nada reservou para si desse dinheiro, distribuindo-o integralmente aos filhos e netos.

A respeito de sua atuação em Letícia, recordaremos que ela é cheia de ensinamentos, como tudo o mais na vida de Rondon. O Ministro Melo Franco enviara a Getúlio Vargas uma lista com diversos nomes que considerava dignos de representar a dirimir o conflito entre o Peru e a Colômbia. Nessa lista estava Rondon e Getúlio escolheu-o. Chamado a Palácio, declinou o convite, contestando delicadamente as ponderações do Presidente.

Alegava que pretendia encerrar sua carreira, pois supunha já ter cumprido seu dever como soldado e como cidadão; além disso, não se sentia capacitado para as funções diplomáticas: era amigo de Washington Luiz e não queria merecer a pecha de adesista.

Afinal, Getúlio, grande conhecedor dos homens: disse suavemente:

- General, trata-se de servir à Pátria. Não a mim nem ao Governo. A Pátria exige que o Senhor aceite.

Ante essas palavras, Rondon levantou-se pondo em posição de sentido, e respondeu:

- Trata-se de uma ordem do presidente da República, em nome dos interesses da Pátria, e vou cumpri-la com o zelo, a devoção que em mim couberem. Queira V. Excia. designar a data da minha partida.

Na execução da nova tarefa, Rondon, como sempre, mostrou-se Insuperável.

Assistira a todos os trabalhos da Comissão verificava pessoalmente os aparelhos de medicação, de tal modo que conquistou logo a confiança dos demais delegados, que apoiavam seus pareceres judiciosos e calcados na verdade dos fatos. Em Leticia, não eram boas as condições de salubridade, o que obrigava os delegados a se ausentarem constantemente por motivo de doença: o do Peru foi substituído duas vezes e o da Colômbia, cinco vezes. Rondon permaneceu, porém, todo o tempo na região, fiel ao programa de seriedade que imprimia e aguardou a todos os atos. Adquirindo glaucoma, aguardou o regresso ao Rio, para o tratamento. Mas já era tarde - e a cegueira que lhe sobreveio, mergulhando-o nas escuridão, durante os últimos 20 anos de sua existência, foi mais um holocausto à Pátria, que Getúlio Vargas invocara, ao conferir-lhe a missão.

Falemos afinal algo sobre os índios, a obra social máxima de Rondon, a que lhe daria maior glória e seria sua própria razão de ser. Foi o índio ou mais exatamente seu amor à humanidade que o impeliu às suas realizações de maior envergadura.

“O meu incentivo, escreveu ele, era acima de tudo, o amor infinito ao homem. Não existissem aquelas populações desprotegidas, muito pior do que isso, perseguidas, flageladas - e creio que não teria entregue de corpo e alma, à ingente luta para vencer o cansaço de longuíssimas viagens a pé, a cavalo, em canoa, debaixo de aguaceiros diluvianos, causticado pela ardente a impiedosa canícula, mal alimentado e, às vezes sem alimento, com sede, tremendo

de frio e de febre, a palmilhar léguas, carregando minha bagagem, dormindo mal, ao relento e às intempéries. E, pior do que tudo isso, sofrendo a ausência do lar, do convívio da família nobre Esposa adorada, dos meus filhinhos..."

Vítimas de uma legislação vacilante e capciosa, foram os indígenas submetidos a uma escravidão intermitente, que tem perdurado, com maior ou menor intensidade, até nossos dias. Tiveram defensores como os jesuítas, como José Bonifácio, mas nenhum como Rondon, que se dedicou inteiramente à sua causa, sem outro interesse que não fosse o de servi-los, sem outro objetivo que não o altruísmo límpido e puro.

Anteriormente, nas suas excursões conquistara Rondon a amizade dos índios, dentro daquele famoso lema: "*Morrer, se for necessário; matar nunca*". É que compreendera, desde o início, não haver desdouro para um chefe militar na retirada ante o ataque de selvagens, que além do mais, supunha tratar-se de invasores de suas terras. Nessas ocasiões, ao evitar o combate, deixava Rondon alguns presentes espalhados pelo chão, para que os índios se convencessem que não era um inimigo, mas aliado que desejava aproximação. Em pouco tempo, sua fama correu pelas florestas, e pode ir pacificando as diversas tribos, que precisavam agora de um outro trabalho, o de integração à comunidade nacional.

Surgiu assim o "*Serviço de Proteção aos Índios*" sob a influência e orientação de Rondon. No cumprimento do programa deste órgão, foi afastada a idéia de catequese, isto é, de ingerência, que a Rondon sempre se afigurou indébita, nos costumes e crenças dos selvícolas. Parecia-lhe inútil ministrar aos pobres selvagens prédicas filosóficas ou de caráter religioso, que eles não entendem nem assimilam. A assistência aos índios deveria limitar-se a prover às suas necessidades, abrandar seus hábitos, procurando eliminar as guerras entre as nações e principalmente defendê-los contra as violências e extorsões dos civilizados.

Na direção desse Serviço e já agora instituído como representante oficial dos índios, Rondon foi incansável. Onde houvesse notícia de algum abuso contra seus pupilos, lá estaria ele para ampará-los. Arrancava seus

protegidos das mãos dos seringueiros ou de quem quer que os tentasse escravizar, prática tão comum nos sertões. Em Belém, retirou de bordo de um navio um menor selvagem que ia sendo levado por um francês e devolveu-o à tribo, assistindo ao comovente encontro com seus desolados pais.

Ao trazer os índios à civilização, Rondon procurava dar-lhes trabalho condizente com suas aptidões: fazia deles guarda-fios, tropeiros e até telegrafistas, para os mais hábeis e inteligentes. Muitos dos índios acompanhavam também suas expedições desempenhando diversas ocupações, como auxiliares prestimosos.

Assim, com esse paciente trabalho de integração, nessa faina persistente, de anos e anos consecutivos, merece Rondon o título de o maior, senão o único amigo e defensor dos índios.

Atravessamos uma época em que se tornaram comuns as investidas contra as bases fundamentais da nacionalidade.

Sob a égide das mudanças sociais, às vezes legítimas, mas onde se encobre também a subversão, procura-se destruir todos os valores, com o pretexto de revê-los. Verificamos, em toda parte, um movimento difuso, visando à diluição das forças morais vigentes na sociedade, ao enfraquecimento do caráter, ao derribamento solerte das tradições, ao desvirtuamento da arte, à navegação dos vultos eminentes do passado.

Em contraste com esse panorama terá sentido construtor toda e qualquer homenagem a vultos da estatura do Marechal Rondon. É sempre grato lembrar a mensagem de fé na perfectibilidade do homem, contida na sua obra. Foi ele, sem dúvida, a expressão mais eloqüente dos traços característicos do brasileiro que se revelam através da generosidade, do sentimento pacifista e do espírito de conciliação. Foram elementos positivos que ele cultivou em toda sua vida, transformando-a como vimos, num modelo inexcédível para seus concidadãos. Mas podemos erigí-lo como, exemplo do que deverá ser o brasileiro do futuro, aparadas as arestas, que são os aspectos negativos que se lhe apontam no caráter. Esses traços podem e devem ser evitados e Rondon mostrou, com o espelho de sua vida, que isso é possível.

Fala-se, por exemplo, na improvidência do brasileiro, que aliás, segundo alguns sociólogos, seria resíduo cultural indígena. Pois bem Rondon apesar da sua ascendência índia, cultivou sempre a virtude contrária da providência tanto que conforme anotamos todos os seus projetos tinham datas de antemão fixadas. Nada deixava ao acaso ou à improvisação: tudo era previsto e calculado, de acordo com um plano que recebia execução integral.

Também como herança cultural dos índios, sociólogos há que alinham, entre as características do brasileiro, o gosto da ostentação e do aparatoso. A estes atributos Rondon contrapunha a simplicidade e a modéstia, que exornaram sua personalidade, tornando-a cativante, conforme testemunham todos os que tiveram a ventura do seu convívio.

Outro traço negativo que se atribui ao brasileiro é falta de perseverança, que Rondon também desmentiu. Toda a sua vida foi um esforço continuado em busca do ideal que delineara na mocidade. Durante quase 50 anos, serviu ao seu País nas condições mais adversas, sem desfalecimento, compondo uma obra majestosa e perdurável.

Podíamos enumerar ainda a cultura ornamental, considerada atributo brasileiro, de natureza também negativa, que não vemos em Rondon. Nele, a cultura, com base científica e filosófica, tinha não só um objetivo de utilidade social, através da sua realização profissional, mas constituída-se ainda métodos de vida e de convivência humana. A sua, levava-o à consecução da felicidade, tomada a palavra no sentido grego, como um programa de restauração, sem a qual seriam inúteis todos os outros bens, inclusive as riquezas.

Como símbolo do que foi o brasileiro nas suas qualidades excelsas e do que deverá sê-lo no futuro, quando conseguir eliminar, pela educação, suas deficiências de caráter, Rondon também representa um símbolo do nosso próprio País, na construção da sua grandeza. Emergido da obscuridade de um lugarejo de Mato Grosso, sua figura extraordinária, pouco a pouco, até transpor as fronteiras e conquistar a admiração de outros

povos, como um novo apóstolo, soldado e pacificador, sertanista e diplomata, sábio e magnânimo - e tudo de maneira tão esplêndida como esperamos seja o brasileiro do futuro.

Em suma, a respeito de Rondon, só nos resta repetir Camões:

DITOSA A PÁTRIA QUE TAL FILHO TEVE.

O ÚLTIMO DOS GRANDES MESTRES DO MEU TEMPO

Luis-Philippe Pereira Lima

Na manhã de 21 de janeiro último, como fazia costumeiramente com o historiador e acadêmico Virgílio Alves Correa Neto, para troca de notícias, idéias e impressões, dei-lhe os parabéns pelos 85 anos que então completava. Qual não foi a minha surpresa ao saber do seu falecimento, no Hospital Geral de Cuiabá, às 22h 45m do dia 28.

Virgílio ingressou no magistério do Liceu Cuiabano em 1932, quando eu cursava a 4ª série e compôs a equipe dos últimos grandes mestres daquele tradicional estabelecimento de ensino secundário da capital de Mato Grosso com os irmãos Póvoas (*Isac e Nilo*); os irmãos Pereira Mendes (*Arthur e Leônidas*); Major Firmo José Rodrigues, na matemática; Philogônio de Paula Corrêa, na história; Agostinho Simplicio de Figueiredo na física e na química; Antônio Cesário de Figueiredo Neto, em português; Francisco Alexandre Ferreira Mendes, no francês e na filosofia e, no latim, Luís Alves de Lamônica, de permanência rápida no magistério pois seu objetivo era ingressar no Banco do Brasil, o que logrou e onde fez carreira nas maiores agências de Santos, São Paulo, Capital e Barra da Tijuca, no Rio, onde se aposentou e faleceu, ainda relativamente novo.

Virgílio prefaciou com muito boa vontade o meu livro "*O Médico da Jacobina*". Ele era culto, senhor de muita leitura e dotado de excelente conversa. Seu mano, cirurgião dentista José Manoel Alves Corrêa, também foi muito chegado a mim devido ao seu casamento com a prima-irmã Hebe, irmã do General Samuel Augusto Corrêa, meu colega no 1º ano do curso primário na Escola Modelo Barão de Melgaço, em 1924. Estes últimos, filhos do Engenheiro Historiador Virgílio Alves Corrêa Filho, tio

do homônimo. Também o médico, seu irmão Luis Alves Corrêa, foi colega do meu irmão José Venâncio desde o 1º ano do primário, todo o ginásio e todo o curso médico, na Faculdade Nacional de Medicina, na Praia Vermelha - Universidade do Brasil, colando grau em 1944, ao lado do médico carioca Nelson Luis de Moraes, que se constituíram os três melhores alunos da turma de médicos daquela época. Este último frequentou o Colégio Santo Inácio, dos Jesuitas, na Rua São Clemente, em Botafogo, no Rio, tendo eu assistindo à sua formatura no ginásio, quando o conheci.

Tive a honra de estar na presidência do IHG-MT quando ali foi admitido o Dr. Virgílio e, ainda, a de recebê-lo na Academia Matogrossense de Letras, na cadeira antes ocupada pelo seu tio mencionado Virgílio Alves Corrêa Filho.

Grande perda para aquelas duas venerandas e prestigiosas instituições de cultura de Mato Grosso e também para o magistério secundário de Mato Grosso.

O ANUÁRIO DO IBGE E ALLYRIO DE MATTOS

Ronaldo Rogério de Freitas Mourão

O lançamento do Anuário Estatístico do IBGE foi motivo de várias análises sobre as condições de vida do povo brasileiro. Muitas delas aproveitadas para denunciar a situação crítica de nossa sociedade. É, sem dúvida, uma obra fundamental para aqueles que desejam conhecer a real situação do nosso país. Infelizmente, nenhuma ênfase foi dada nos jornais ao astrônomo brasileiro Allyrio de Mattos, a quem com muito mérito é dedicado o volume de 1992, uma justiça que o IBGE faz a um dos seus mais ilustres funcionários.

A história dessa dedicatória é uma prova de competência e modéstia, exemplo de como devem agir as autoridades diante de uma crítica. Em 14 de agosto de 1989, escrevi um artigo nesta coluna, em que recordava a figura ímpar de Allyrio de Mattos e estranhava o esquecimento do seu centenário. O reparo não era voltado para o IBGE, mas a todos os órgãos que tiveram a colaboração do trabalho de Allyrio. Todavia o IBGE, órgão com suficiente autocritica, teve a coragem de me procurar três anos depois, recordando a frase com a qual concluí o artigo: “*Pobre do país que esquece aquele que o mapeou*”. Seus funcionários Alvaro Pavan e Nelson de Castro Senra convidaram-me para redigir a dedicatória e preparar uma breve biografia desse astrônomo do Observatório Nacional. Na realidade, ainda existem, no âmbito do serviço público homens sensíveis às críticas e decididos a reparar os erros do sistema. O Anuário de 1992, com a sua rica coleção de dados, honra esse órgão do governo. Aqueles que não leram o artigo de 1989 devem estar perguntando: Quem foi Allyrio de Mattos?

O nosso homenageado formou-se em engenharia na Escola Politécnica, em 1913, e foi nomeado, dois anos mais tarde, preparado nessa escola de engenharia.

Em 1926, defendeu tese de livre-docente da cadeira de Topografia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com a monografia "*Cálculo das Compensações aplicado à topografia*" (1926).

Em 1917, foi admitido por concurso para o cargo de astrônomo do Observatório Nacional, onde se ocupou da determinação da hora pela observação meridiana de estrelas fundamentais até 1938, quando em virtude da lei que proibia acumulação, foi obrigado a optar pelo cargo de professor catedrático de Astronomia de Campo e Geodésia Elementar da Escola Politécnica, que havia obtido, em 1930, com as teses "*Problema moderno da hora*" e "*Determinação de latitude*", num disputado concurso, em que concorreu com Lélío Gama e Mário Rodrigues de Sousa.

Ainda no Observatório Nacional, colaborou na implantação dos sinais horários, radiotelegráficos do Serviço da Hora.

Além de ter escrito "*Astronomia de Campo*" (1920), livro-texto fundamental na formação da maior parte dos estudiosos que se dedicaram à determinação de posições absolutas ou relativas na superfície terrestre, durante meio século Allyrio foi o responsável, no Brasil, pelo programa de mapeamento do território nacional, no período em que trabalhou para o Conselho Nacional de Geografia, atual IBGE. De fato, ao verificar a total inexistência de coordenadas geográficas que permitissem a confecção de mapas precisos, planejou uma *Campanha de Coordenadas Astronômicas* sob a sua direção. Mais tarde, em 1944, implantou um serviço de triangulação e, em 1946, o de nivelamento, ambos de primeira ordem. Nestes dois momentos, Allyrio introduziu novas técnicas e especificações ainda não usadas em cartografia, o que permitiu uma execução rápida e eficiente no mapeamento do Brasil.

A influência deste engenheiro-astrônomo de conversa agradável, sempre pronto a transmitir sua orientação e seus conhecimentos a quem o procurasse, foi de valor inestimável, à cartografia brasileira.

CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CUIABÁ EM SABARÁ

...A Capela de Nossa senhora do Rosário de Cuiabá, uma construção representativa da primeira fase do Barroco mineiro...

Localizada em terreno da Mineração Morro Velho, a capela de Nossa Senhora do Rosário de Cuiabá foi tombada pelo IEPHA (*Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais*), em 16 de outubro de 1978. Nela ainda são realizadas celebrações religiosas, mas a falta de zelo e a ação do tempo condenaram a construção à ruína. A assinatura de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Sabará, a Mineração Morro Velho e o IEPHA, é mais uma etapa do trabalho da comunidade sabarense de preservação de sua história. A inexistência de documentos dificulta a determinação precisa da construção da capela. O livro de memórias da Câmara Municipal de Caeté faz referências a uma data hipotética de 2 de janeiro de 1787, mas as características do imóvel levam a localizar a construção em período entre 1720 à 1730, primeira fase do Barroco em Minas. Um missal ainda existente na sacristia da capela traz a data de 1756. O nome, Nossa Senhora do Rosário de Cuiabá foi dado pelo bispo de Mariana, dom José da Santíssima Trindade, em 1822.

A capela é de construção simples, sendo a estrutura primitiva em madeira e adobe, com paredes parcialmente restauradas em tijolo. Mostra um interior despojado, com cobertura da nave em esteira caída e a da capela-mor em tabuado liso. O arco do cruzeiro é de estilo rústico, em madeira pintada. O altar-mor constitui o mais importante ornamento da capela, de talhe bem antigo, principal referência às construções barrocas. As peças do imaginário acompanha o carácter rústico da construção, tendo sido talhadas por moradores do local...

(Do Jornal "Estado de Minas" - Segunda Seção, pág.8, de 14.07.1992, oferecido pelo Comandante da Marinha Antônio Tenuta Filho ao IHG-MT, que agradece a gentileza da oferta).

UM FAMOSO VOTO DE MINERVA

Lenine C. Póvoas

O fim do ano de 92 e o começo de 93 me foram de profunda tristeza pelo desaparecimento de pessoas que me eram especialmente caras.

O primeiro a se despedir de nós foi *DERMEVAL MARTINEZ*, gaúcho que há muitos anos convivia com a gente matogrossense, em cujo seio só fez amigos, admirado pela sua fina educação, como sua digna consorte, a escritora cuiabanizada Dona Vera Randazzo, cujo amor e dedicação à nossa cultura lhe valeram o ingresso no nosso Instituto Histórico e na nossa Academia de Letras.

O segundo foi meu primo *ENIO PÓVOAS*, antigo funcionário do Ministério da Fazenda e professor de alto gabarito da nossa Universidade Federal.

Filho de Isác Póvoas, Enio herdou-lhe as tradições de honradez, de absoluta probidade no exercício da função pública e de amor ao trabalho. Exercendo cargos que lhe possibilitariam enriquecer, por caminhos de muitos conhecidos, ele soube preservar a dignidade do nome de uma família que há quase dois séculos atravessa a história política de Mato Grosso merecendo a confiança e o alto apreço de seus contemporâneos.

O terceiro foi *RUBENS PAES DE BARROS*, também exemplar funcionário do Banco da Amazônia, meu antigo companheiro de Lions Clube. Descendente de uma família que tem nome nesta terra e que conhecemos e admiramos há mais de meio século, pela retidão de caráter de seus membros, Rubens era um homem afável, amigo dos amigos, tal como seu pai, o velho Joaquim Paes de Barros, secretário da antiga Escola Normal Pedro Celestino.

Janeiro de 1993 reservou para a sociedade cuiabana o duro golpe da perda de VIRGÍLIO ALVES CORRÊA NETO, médico de nomeada, integrante de uma geração que marcou época na história da medicina cuiabana.

Integrante do grupo a que pertenceram Sylvio Curvo, Atayde de Lima Bastos, Clovis Pitaluga de Moura, José Monteiro de Figueiredo, Cid Nunes da Cunha, Navantino Borba, José Leite de Figueiredo e Hélio Ponce de Arruda, este ainda em atividade, Virgílio se distinguiu, também, como político.

Nisso ele não fugiu à tradição de sua família.

Uma coincidência curiosa: o Presidente da Constituinte Estadual de 1891 foi o Deputado José Maria Metello, ancestral de Virgílio pelo lado materno; o Presidente da Constituinte Estadual de 1935 foi o Deputado Estêvão Alves Correa, pai de Virgílio; e o Presidente da Constituinte Estadual de 1947 foi o próprio Virgílio Alves Corrêa Neto.

Não suponham, os que desconhecem os fatos, que isso se deva à ação de uma “*oligarquia*”, palavra tão em moda nos nossos dias. Foram os três políticos que atuaram em épocas diferentes, em circunstâncias totalmente diversas e que ascenderam às posições pelo seu valor individual. Virgílio, tanto quanto seu pai, foram conduzidos a poder pela sua fama de médicos humanitários e pelo seu valor intelectual e moral.

Na Constituinte de 1947 o desempenho de Virgílio foi de alto nível. Ninguém jamais se queixou de sua conduta, absolutamente imparcial e isenta. Poucos poderão testemunhar isso com tanta autoridade como eu que fui também constituinte de 1947 e seu adversário político.

Época em que os políticos se respeitavam e mantinham relações de amizade e familiares, não obstante os seus compromissos partidários, a Assembléia era um fórum onde se discutiam acaloradamente os programas de Estado e se chocavam opiniões conflitantes, mas do qual saiam os contendores juntos, em fraterna camaradagem, para um aperitivo ou para um almoço.

Certo dia, quando já iniciada a votação do texto do projeto da Constituição estadual, tive a minha atenção despertada para uma emenda que me apareceu muito suspeita. Dizia ela que “*era da Atribuição exclusiva da Assembléia Legislativa transferir a sede do Governo*”.

Isso me pareceu a estrada aberta para a restauração da antiga campanha da “*mudança da Capital*”, ainda mais que os cuiabanos constituíam minoria no plenário.

Resolvi agir. Procurei o Dr. Virgílio, em sua residência, e coloquei-o a par do assunto. Combinamos formar uma frente para combater a emenda.

Enquanto nos bastidores os adeptos da proposição tramavam, muito na surdina, a sua aprovação, nós nos articulávamos para derrubá-la, sem, todavia, deixar perceber a ninguém que já havíamos desconfiado da manobra.

Chegado o dia e o momento da votação, requeri para a mesma “*destaque*” e “*votação nominal*” e a surpresa foi total para os autores da emenda ao notarem que também estávamos articulados, nós, os que lutavam contra a sua aprovação.

Ao final do escrutínio, o resultado foi um empate: 14 a 14: E Virgílio Corrêa, da Presidência, proferiu o seu voto de Minerva: “*NÃO*”

As galerias vibraram!

Graças a esse “*NÃO*” Cuiabá continuou a ser a Capital do Estado, até hoje.

É um fato histórico que cerca de 90 por cento da população cuiabana de hoje ignora, pela rapidez com que muda o quadro social da nossa cidade.

Mas é um fato que não podemos esquecer e que deve ser relembrado no momento em que desaparece do rol dos vivos o seu grande protagonista.

EM HOMENAGEM A VIRGÍLIO ALVES CORREA NETO

Ronaldo de Arruda Costa

Ainda incompleto o primeiro ano da minha assunção na Academia Matogrossense de Letras, pesa-me sobremaneira a responsabilidade de representar a magna entidade nesta cerimônia ao nobilíssimo confrade Virgílio Alves Corrêa Neto, ou simplesmente o nosso cuiabaníssimo Dr. Virgílio, nome que por toda a cidade e no perpassar de gerações sempre despertou os mais justos sentimentos de respeito e veneração.

Honrosa sob todos os ângulos, pesa-se em especial esta missão por motivos bem particulares, que de Virgílio, além de parente na linhagem do nosso ilustre ancestral Augusto Leverger, fui amigo, vizinho e paciente por quase quatro décadas - e agora confrade -, pelo que me assaltam o espírito as mais enternecedoras emoções ao ser designado pela Casa Barão de Melgaço, para representá-la nesta cerimônia a esse que foi, não há dúvida, um dos mais destacados e dignos descendentes em linha direta do próprio barão.

Falei em cerimônia, não em cerimônia de despedida, que homens como Virgílio, que souberam realizar trabalho meritório e perene, esses homens permanecerão entre nós para sempre através de suas obras, passando a brilhar como estrelas luminosas a sinalizarem para os pósteros, o caminho abençoado da virtude e do saber, do trabalho devotado e do bem comum.

Virgílio foi uma dessas personalidades radiantes, plenas de bondade, estofadas de virtude e ricas de saber, que só de raro peregrinam pela Terra, significando seu desprendimento da vida material não uma despe-

dida, mas a entrada triunfal na galeria dos heróis de sua terra e de sua gente. Levanta Virgílio! Levanta para receber as homenagens entusiásticas de seus irmãos da Academia, levanta para receber as mais efusivas congratulações dos cuiabanos, esse povo que não te pranteia, mas te glorifica no momento em que adentra o pórtico subline da imortalidade verdadeira.

Sim, porque se teve Virgílio a honra de descender do Barão de Melgaço, seus atributos maiores não eram por certo os conferidos pelo sangue, mas aqueles conquistados individualmente pelo espírito, impondo-se com naturalidade ao meio e à época em que esteve entre nós como modelo de virtude inacessíveis, padrão de cidadão correto, chefe de família íntegro, médico competente e dedicado, político com larga visão de estadista e elevada postura moral, intelectual requintado e brilhante, tendo percorrido como estudioso compulsivo as mais diversas e complexas áreas do saber.

A biografia do nobre confrade, até por desnecessário, evidente, não nos propomos fazê-la aqui, por motivos óbvios. Escreveu-a ele próprio com seu trabalho profíquo em favor da sociedade, cabendo agora aos historiadores pesquisar e registrar seus passos pelas sendas do bem. Mas não será demais lembrar que, como médico, Virgílio constituiu um dos orgulhos da medicina nesta terra, destacando-se não só pela competência assombrosa, mas pelo sentido humanitário emprestado ao ofício, levando a assistência médica aos lares mais distantes e necessitados num tempo em que eram as mais adversas as condições da cidade. Especializando-se em variegados ramos da medicina, como clínico e sanitarista de escol, desenvolveu em Mato Grosso trabalho pioneiro, sendo por exemplo o primeiro médico a realizar uma cesariana em Cuiabá, fato ocorrido na Santa Casa de Misericórdia, em 1944.

Mas a cidade, cujo perfil carencial era considerável, exigia sempre mais do respeitado médico e eis Virgílio projetado ao mundo conturbado da política, elegendo-se deputado estadual, quando teve a oportunidade histórica de presidir a Constituinte de 1946, e deputado federal. Filho de família com tradição na política, tendo seu pai, Estêvão Alves Corrêa,

exercido a presidência da Assembléia e a presidência do Estado, Virgílio teve tudo para galgar as mais elevadas posições do poder, mas renunciou estoicamente a essa reluzente perspectiva para regressar calado à clínica médica e aos estudos como cidadão comum. A política, com suas ciladas, desvios e desvarios, já não era naquele tempo o porto mais adequado ao homem sério, de espírito nobre e conduta ilibada que foi Virgílio Alves Corrêa Neto.

Como intelectual, seus conhecimentos extrapolaram de muito os limites da medicina, assomando Virgílio como autoridade consumada nas áreas da literatura, da história e das artes. Era o intelectual completo, enciclopédico, abordado e discorrendo sobre temas os mais diversos. Neste aspecto, vem-me à memória o que Rubens de Mendonça, o nosso saudoso Rubinho, por muitos anos o anjo guardião da Casa Barão de Melgaço, me afirmara repetidas vezes: “*Virgílio, além de seus títulos e conhecimentos médicos, é uma das mais sólidas culturas deste Estado*”. E o velho Rubens estava mais do que certo, despontando Virgílio como uma das personalidades mais eminentes e rútilas da Academia Matogrossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

E aqui me corrijo e já não peço que Virgílio se levante. Que na memória de seus confrades da Academia e na de seus conterrâneos, Virgílio está e permanecerá sempre de pé, hirta na sua nobreza de espírito, grandioso na sua impressionante modéstia, a nos sorrir e a apontar a todos o caminho de uma vida digna, honrada e produtiva: a vida que ele viveu entre nós com extraordinária sapiência, bondade e dedicação aos interesses maiores da sociedade.

Assim foi Virgílio. E assim permanecerá esse admirável cuiabano.

O CIRCO BOCUTE

Nilza Pinto de Queiroz

Instalado na quadra onde se construiu a Assembléia Legislativa ou na quadra que compreende a COMAPAM (*Rua Barão de Melgaço esquina com a Avenida Ponce*), ainda, na Praça Rachid Jaudy, o Circo Bocute alegrava a vida de todos nós...

Cartazes pela cidade anunciavam sua estréia e, na data marcada, o caminhão da Companhia percorria as principais ruas da cidade, chamando a atenção do povo com música ao vivo e com amostragem dos principais artistas.

À noite, com o local fartamente iluminado, o alto-falante ampliava a voz do locutor que anunciava a peça teatral que seria exibida, assim como o número de “*variedade*” programado para a noitada. A seguir, os anúncios comerciais e, depois, as músicas da época, não se esquecendo do imortal tango “*La Cumparsita*”.

A população se animava e o Circo Bocute ficava lotado, à semelhança do Maracanã no dia em que se disputa partidas domésticas ou quando o Brasil entra em campo para uma luta internacional.

Gente de toda a categoria: brancos, pretos, jovens, idosos, civis, militares, enfim, todo o povo, em suas diferentes representações. De acordo com a classe social, as pessoas se acomodavam nos camarotes, nas cadeiras ou nas arquibancadas de madeira, vulgarmente conhecidas como “*poleiro*”.

A distribuição das tábuas do “*poleiro*” - várias ordens de fila, cada uma num plano mais elevado que a outra -, facilita a visão, fornecendo uma

vista panorâmica de tudo o que acontece no circo. Portanto, a preferência pelo “*poleiro*” atende a dois objetivos: menor preço do ingresso e maior visibilidade.

Enquanto se esperava o horário do espetáculo, havia quem trabalhava vendendo refresco gelado, caramelos, pirulitos, pipocas, queimadas e outras guloseimas.

Às 20:00 horas, cessava-se o vozeiro do alto-falante, apagavam-se as luzes laterais, e focalizava-se o picadeiro, onde desfilavam os artistas, ao som de música ao vivo e das palmas da assistência. Muito brilho, muita maquilagem, muita cor, os quais exerciam um encantamento aos nossos olhos de adolescente!

Davam-se início às “*variedades*” que consistiam em: trabalho nos trapézios, danças, malabarismos, mágicas, brincadeiras dos palhaços, cantos, etc.

Numa dessas apresentações, aparece-nos o Prof. Cimalha, como violonista e cantor. De início, o que mais nos chamou a atenção, foi a sua roupa de seda fulgurante, tão amassada que parecia haver saído do gargalo ou “pescoço” de uma garrafa! Ao apresentar o seu número, fez um enorme preâmbulo para explicar sua música dizendo que “*era muito conhecida no Estado de São Paulo, mas não sabia da sua repercussão em Mato Grosso*”. Nossa expectativa aumentou e quando o Prof. Cimalha prosseguiu: trata-se da valsa “*Saudades do Matão*”... Não conseguiu dizer mais nada, porque o povão do “*poleiro*” cobriu-o de vaia, num protesto que significava viver isolado, mas informado, através de rádio - na época, a Rádio Nacional. Nunca mais ele veio duvidar da nossa capacidade de andar informado...

Outra variedade: o rebolado da Doramy Bocute que arrancava os maiores aplausos, quando aparecia de roupa curta, mostrando as pernas. Após a apresentação saía oferecendo seu retrato ao pessoal que tomava assento na cadeira; muito casal saiu brigado do Circo, por ciúmes da artista.

Em seguida, o palhaço “*Pasta Chuta*” que nos dizeres dos menos estudados, expressavam-se: “*O Pasta Chucra*” quase matou nós de tanto rir”.

A bonita Hortência, mulher do “*Pasta*”, preferia cantar os boleros de sucesso, em castelhano, sob o aplauso dos fãs.

E o trabalho dos trapezistas, controlado pela música? Se esta falhasse, eles se arrebentariam no chão.

Depois dessa tensão, vinham os mágicos com suas impressionantes habilidades tirando pombas do chapéu, lenços da manga do paletó e outras surpresas. Numa dessas ocasiões, convidaram um elemento da platéia para ir até ao palco, e, sob nossos olhos, fez a pessoa “*botar*” uma dúzia de ovos! risadas e assovios ensurdecaram os ouvidos da platéia.

Para alterar a rotina, o Circo Bocute inventou um Programa de Calouros, nos fins-de-semana. Entre um candidato e outro, apareceu um rapaz do Mundéo para cantar “*Aquarela do Brasil*”. Fez a entrada: “*Foi, entre o mar e o céu... NÃO, corrigiu: Foi, entre o céu e o mar...*” e não pôde continuar, tamanha foi a vaia. No dia seguinte, ao comentar conosco seu fracasso disse: papai ficou tão envergonhado e se retirou do ambiente; em casa, chamou minha atenção dizendo que estava naquela idade - 70 anos aproximadamente - e nunca havia visto vaia maior!

Para finalizar, vinha o dramalhão no palco: “*O Ébrio*”. Romeu como galã - e fazia jus ao título, principalmente quando aparecia produzido (pintado, levemente, de “*rouge*” e “*baton*”) -, a bonita Hortência e o simpático “*Pasta*” nos papéis principais, sendo todos eles da mesma família proprietária.

O Circo Bocute marcou presença em Cuiabá; as temporadas eram de vários meses, a ponto de suas crianças frequentarem a nossa Escola Modelo “Barão de Melgaço”.

O que se fazia para arranjar dinheiro!... Nosso vizinho tinha uma galinha que lhe fornecia ovo todos os dias... Pois nem a galinha se salvou!...

porque ele a vendeu e, no dia seguinte, nem gemada, nem ovo escaldado, nem farofa de ovo...; barriga vazia - é certo, mas trazendo na retina toda a fantasia que o Circo Bocute nos proporcionava...

GLÓRIAS DO MATO GROSSO DE HOJE

Lenine C. Póvoas

Há coisas que a gente não esquece.

Certo dia, há algum tempo, uma professora universitária, vinda não sei de que recanto do Brasil (felizmente não era de Letras nem de História), perguntou-me se já houve algum matogrossense que tivesse se projetado no âmbito nacional.

Confesso que senti um calafrio com a pergunta que me deixou aturdido, sem saber como deveria respondê-la.

Acabei por indagar à ilustre mestra se por acaso nunca tinha ouvido falar em Corsino do Amarante, herói das guerras do Uruguai e preceptor dos filhos de Dom Pedro II; em ou Joaquim Murтинho, o salvador das finanças nacionais no Governo Campos Sales; no Marechal Cândido Rondon, o “*Civilizador do Sertão*” e Patrono das Comunicações do Exército; em Eurico Gaspar Dutra, o mais civil de todos os Presidentes; em Dom Aquino Corrêa o maior orador sacro do nosso século, no Brasil; nos Senadores Antônio Azeredo, Filinto Müller, José Fragelli, respeitados Presidentes do Congresso Nacional, em várias fases da história republicana; em Manoel Cavalcanti Proença, figura destacada da literatura nacional; em Virgílio Corrêa Filho, Secretário Geral, por muitos anos, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e vários outros.

A Professora, um tanto contrafeita, declarou-me que em alguns já tinha ouvido falar, mas pensava que eram de outros Estados...

Quando isso ocorre com migrantes ainda eu justifico, conforme o seu nível intelectual.

Mas infelizmente tais fatos também ocorrem entre os jovens de nossa própria terra.

A culpa de acontecerem tais coisas é nossa mesma, por não sabermos dar o merecido destaque e colocar nos seus devidos lugares as nossas grandes figuras.

A não ser em raríssima exceções, por acaso alguém ouve falar nesses vultos da nossa história e da nossa literatura em nossas escolas?

Mato Grosso, entretanto não possui apenas as glórias do passado, mas também as contemporâneas, cujo valor, se não sabemos reconhecer aqui dentro, é exaltado lá fora das fronteiras estaduais.

Um reconhecimento ao mérito que vem tardiamente, porque prestado postumamente, é o ato do Senhor Presidente da República admitindo, na *ORDEM DE RIO BRANCO*, no grau de Grande Oficial, o ex-Governador Arnaldo Estêvão Figueiredo, homenagem também concedida ao ilustre Deputado Jonas Pinheiro.

Outro matogrossense que tem recebido honrosíssimas homenagens é o Dr. Corsíndio Monteiro da Silva, uma das maiores culturas de nossa terra, em todos os tempos, atual Consultor Jurídico do Estado Maior das Forças Armadas (desde 1982).

O Dr. Corsíndio, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, da Academia Matogrossense de Letras, da Academia Brasiliense de Letras e da Associação Nacional dos Escritores, já recebeu as seguintes condecorações: “*Medalha do Pacificador*”, do Exército Nacional; “*Medalha da Vitória*”, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil; “*Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar*”, no grau de Distinção; *Medalha da Ordem do Mérito Cultural “Bernardo Sayão*”, no grau de Grande Oficial; “*Medalha da Ordem do Mérito das Forças Armadas*”, no grau de Comendador; “*Medalha da Ordem do Mérito Naval*”, no grau de Comendador; “*Medalha da Ordem de Mérito Mato Grosso*”, grau de Oficial; “*Medalha da Ordem de Mérito Legislativo*”, da Câmara Municipal de Cuiabá.

Luís-Philippe Pereira Leite, ilustre Presidente do nosso Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que escreveu a maior parte de suas obras depois de cego, foi consagrado como o vencedor de uma eleição para ocupar uma vaga no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, disputando com várias figuras de destaque nacional, sendo escolhido para uma das mais cobiçadas Cadeiras daquela alta Instituição: a que pertenceu a Pedro Calmon.

A solenidade de sua posse foi uma cerimônia consagradora, no Rio de Janeiro, tendo sido o Presidente do I.H.G.B. obrigado a transferir, na hora, o local do evento para ambiente mais amplo, tão grande foi o número de intelectuais que ali compareceram para saudar Luís-Philippe.

O Professor Aecim Tocantins, homem de admirável modéstia, foi honrado com a sua eleição para a Cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Ciências Políticas, Econômicas e Sociais. Honra maior não pode haver do que ser escolhido para a Cadeira antes ocupada pelo professor Eugênio Gudín, uma das mais notáveis figuras da galeria dos economistas brasileiros.

Para a mesma Academia foram eleitos, representando Mato Grosso: o professor Odenildo de Sá Telles, a professora Luzia Guimarães e a Contadora Acy Castrillon, para as Cadeiras nºs 82, 134 e 136, respectivamente, e o Deputado Roberto de Oliveira Campos.

A Academia Brasileira de Ciências Políticas, Econômicas e Sociais, fundada no Rio de Janeiro, em 1944, criou uma Seccional em Mato Grosso, com jurisdição também em Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre, tendo sido designado como Presidente da Seccional o professor Aecim Tocantins.

Igualmente modesto, o competente cirurgião cuiabano Dr. Farid Seror recebeu, no maior silêncio, há tempos, uma das maiores homenagens que o Japão pode prestar a personalidades distinguidas por esse país: a medalha da *ORDEM DO SOL NASCENTE*, com raios de ouro e prata.

Concedida pelo Decreto 10.428, do Governo japonês, foi a condecoração uma das poucas outorgadas a brasileiros, tendo sido a anterior concedida ao General João Figueiredo, quando Presidente da República. A outorga ao Dr. Farid Seror foi em reconhecimento aos serviços prestados à colônia japonesa em Mato Grosso.

O Consul japonês em São Paulo veio a Cuiabá especialmente para entregar a comenda ao renomado médico, em evento no Palácio Paiaguás, do qual pouca gente tomou conhecimento.

Todos esses acontecimentos revelam que Mato Grosso tem hoje figuras que honram as suas tradições nos campos da administração, da cultura e da ciência.

**PATRONOS DAS CÁTEDRAS ACADÊMICAS:
JOSÉ BARBOSA DE SÁ,
JOAQUIM DA COSTA SIQUEIRA, RICARDO
FRANCO DE ALMEIDA SERRA**

Clóvis de Mello

A academia elegeu como Patronos das Cadeiras n^{os} 1 e 2 os primeiros cronistas cuiabanos, JOSÉ BARBOSA DE SÁ e JOAQUIM DA COSTA SIQUEIRA. No ano de 1946, o confrade Professor FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES, de saudosa memória, foi encarregado de escrever uma tese sob o título “A Academia e a Cultura”.

No desempenho da missão que lhe foi cometida, o acadêmico FRANCISCO A. FERREIRA MENDES elaborou precioso estudo a respeito da vida e obra dos patronos das cátedras acadêmicas. Esse trabalho constitui uma autêntica Antologia Acadêmica, eis que o autor se valeu de excertos de escritos dos ocupantes das respectivas poltronas acadêmicas, como o próprio FERREIRA MENDES esclarece:

“Obedecendo pois, à ordem numérica das cadeiras, estudaremos a vida e a obra dos patronos, valendo-nos dos trabalhos dos confrades ocupantes das mesmas no aerópago da cultura mato-grossense, e da bibliografia ao nosso alcance, e começa por JOSÉ BARBOSA DE SÁ, o primeiro cronista cuiabano, patrono da primeira cadeira, cujos ocupantes foram, primeiramente, MANOEL PAIS DE OLIVEIRA, depois, LEÓNIDAS ANTERO DE MATOS, e presentemente, BENJAMIM DUARTE MONTEIRO. É este trabalho uma Antologia Acadêmica, um Florilégio, porque os trechos

escolhidos, que a seguir estampamos, constituem uma coleção de flores colhidas no Jardim do Academus Mato-grossense, cujo variado matiz e beleza de forma, retratam bem a nossa terra e a nossa gente, sempre afeita a engrandecer a Pátria, lutando contra as agruras das épocas, sem nunca esmorecer, tendo por final a fé no futuro promissor, que um dia dealbará para Mato Grosso na sua pujança e na grandiosidade que sonhamos e almejamos."

O excelente estudo do acadêmico FRANCISCO FERREIRA MENDES, foi publicado na Revista Academia Mato-grossense de Letras, ano XIV, 1945, tomos XXVII - XXVIII, número comemorativo do Jubileu de Prata da Casa Barão de Melgaço (1921 - 1946), págs. 17 a 97. O propósito que nos anima é transmitir aos leitores o conhecimento das personalidades que compõem a galeria dos nossos Patronos, bem como facilitar a pesquisa e o estudo da vida e obra dos ilustres membros que têm ocupado as cátedras acadêmicas deste augusto sodalício.

Busca-se despertar maior interesse pela história e literatura mato-grossenses.

Talentos serão despertados e novos valores literários surgirão para maior grandeza de nossa terra e de nossa gente. "As letras", afirmou LEÓNIDAS ANTERO DE MATOS, 2º ocupante da Cadeira nº 1, "constituem o índice das atividades vitais de um povo, e a literatura ainda é o melhor espelho de sua cultura e de sua grandeza."

A literatura é a mais alta manifestação do espírito humano: a única que fica quando as civilizações desaparecem! Sem o esmero da Linguagem não pode haver beleza literária!

Mas o culto da língua-pátria não é apanágio apenas de literatos; o cultivo do vernáculo num estilo claro e simples, conciso e preciso, é fundamental no trato de todos os campos do conhecimento humano. Por outro lado, o apreço pelo vernáculo é uma das maneiras mais expressivas do exercício da cidadania e da defesa da nacionalidade. O conhecimento

da vida e da obra dos Patronos das cátedras acadêmicas, bem como dos seus ocupantes, dará à juventude mato-grossense uma visão da própria História de Mato Grosso, apresentando-lhe uma galeria de varões ilustres, cujos exemplos, dignificam a terra que a viu nascer, e servem de estímulo às gerações porvindouras.

CADEIRA Nº 01

Patrono: JOSÉ BARBOSA DE SÁ

O primeiro cronista cuiabano - *JOSÉ BARBOSA DE SÁ*, chegou à nascente Vila logo após sua fundação e exerceu a profissão de advogado. Não há referência ao lugar de seu nascimento. *BARBOSA DE SÁ* registrou em crônicas as sucessivas etapas de crescimento de Cuiabá, desde os seus primórdios até 1775. Suas obras: Os Anais do Senado e da Câmara até o ano de 1765; Relatório sobre as missões hespanholas no Vale do Guaporé (datado de 1745); Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso, desde os seus princípios até os presentes (1775); Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais escritos nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1769. A Poltrona Acadêmica nº 01 foi ocupada, sucessivamente, por *MANOEL PAES DE OLIVEIRA*, *LEÔNIDAS ANTERO DE MATOS* E *BENJAMIM DUARTE MONTEIRO*.

CADEIRA Nº 02

Patrono: JOAQUIM DA COSTA SIQUEIRA

O segundo cronista cuiabano - *JOAQUIM DA COSTA SIQUEIRA* de ilustre família piratininga, descendente dos Maciéis, veio para Cuiabá aos 23 anos de idade e aqui viveu 58 anos. Nasceu em São Paulo - SP, em 1740 ou 1741 e faleceu em Cuiabá em 1821, aos oitenta anos de idade. Em 1786, com 46 anos de idade, estimado e acatado, exercia as funções de

vereador. Era proprietário abastado, ocupou postos de relevo na administração da capitania. Possuía a mais sortida biblioteca do tempo: os dois armários de livros que pertenceram a JOSÉ BARBOSA DE SÁ. Escreveu: "Compêndio Histórico Cronológico de Cuiabá", organizado por ordem da Rainha Nossa Senhora (D. Maria 1ª). COSTA SIQUEIRA retoma os anais de BARBOSA DE SÁ, interrompido desde 1765, quando o primeiro cronista e primeiro advogado que foi dos auditórios desta Vila, daqui se retirou COSTA SIQUEIRA refez, corrigiu e acrescentou a obra de BARBOSA DE SÁ, continuando referido trabalho por 16 anos.

"CHRÔNICAS DO CUIABÁ"

Título sob o qual foi publicado a obra de JOAQUIM COSTA SIQUEIRA, é a restauração do manuscrito do autor, encontrado pelo Dr. A. Toledo Piza entre os papéis do Tenente-General José Arouche encontra-se publicada na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - Volume IV - 1898-99, págs. 04 a 217, com preciosas anotações do Dr. A. Piza e notas "in fine" (págs. 219/242) que reportam umas festas celebradas em Cuiabá, em 1790, em honra do ouvidor Diogo de Toledo Lara Ordonhes (*notas encontradas também, entre os papéis do General Arouche*).

Segundo informa A. de Toledo Piza, na apresentação do trabalho: "De 1723 em diante a história toma a forma chronológica e vae narrando os factos de ano para ano com grande precisão e clareza. A narrativa foi escrita; por Joaquim da Costa Siqueira, Vereador da câmara de Cuiabá, em virtude de ordem do governo portuguez, datada de 20 de Julho de 1782. Diz o chronista que, para os factos até o ano de 1765, não fez mais do que copiar, com algumas correções, as Chrônicas de Cuiabá de José Barbosa de Sá, e que daquela data em diante descreveu factos por conta própria conforme o conhecimento pessoal que deles tinha".

As Crônicas de Cuiabá contemplam os fatos ocorridos desde a origem até o ano de 1781, envolvendo os trabalhos de *JOSÉ BARBOSA DE SÁ* e de *JOAQUIM DA COSTA SIQUEIRA*, os nossos dois primeiros cronistas. A Biblioteca da Casa Barão de Melgaço possui um exemplar da Revista do I.H.G. de São Paulo. Vol. IV, que lhe foi doada pelo acadêmico *PEDRO ROCHA JUCA*, titular da Cadeira nº 22 que tem como Patrono o *VISCONDE DE TAUNAY*. O estudo da ocupação de Mato Grosso, em seus primeiros tempos, passa necessariamente pelas “*Crônicas de Cuiabá*”, cuja reedição há muito vem sendo reclamada.

A Poltrona Acadêmica nº 02 foi fundada por *GERVÁSIO LEITE* e é hoje ocupada por *SATYRO BENEDICTO DE OLIVEIRA*.

CADEIRA Nº 03

Patrono: RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA

O herói do Forte de Coimbra *RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA* -, português, nasceu em 1748 e faleceu a 21 de janeiro 1809. no mesmo Forte, do qual era comandante. Veio para Mato Grosso em 1782, aos 34 anos de idade, fazendo parte da Comissão Demarcadora de Limites entre Mato Grosso e o Grão-Pará, a convite do General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, 4º Capitão General de Mato Grosso. A serra do Grão-Pará denomina-se, hoje, *RICARDO FRANCO*, nome que lhe deu a Comissão de Limites Brasil-Bolívia.

Estêvão de Mendonça assinala em “*As Datas Matogrossenses*” (Vol. I, pág. 55, 2º ed., 1973, Edit. Rio Bonito, Goiânia-GO): “*profissional distinto, trabalhador e competente, realizou diversas e importantes explorações geográficas, entre elas a do rio Juruena, desde as suas mais remotas nascentes. Também efetuou outros estudos da mesma natureza, relativamente aos rios Jauru, Paraguai e Guaporé, bem como, sobre o planalto Parecis.*”

Encarregado, em 1797, pelo Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, de reconstruir o Forte de Coimbra, demonstrou a inutilidade do intento, opinando pela edificação integral de outra fortaleza.

Acolhida esta proposição, o capitão-general Caetano Montenegro incumbiu-o da execução da difícil obra, cuja pedra angular da muralha foi assentada a 03 de novembro de 1797. Quando da invasão paraguaia, em 1801, a guarnição encontrava-se alojada nos ranchos da velha paliçada. O recinto murado ainda não se achava concluído, faltando a cortina da tenalha da montanha. Não havia alojamentos, estando tudo a céu aberto.

O feito épico de Ricardo Franco, reagindo intrepidamente ao invasor paraguaio, D. Lázaro de Ribeira, governador de Assunção, ocorreu a 17 de setembro de 1801..

Afrontado por D. Lázaro de Ribeira que lhe exigia a rendição, retruca-lhe Ricardo Franco: “... a desigualdade de forças sempre foi estímulo que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos e a defendê-los até as duas extremidades, ou de repelir o inimigo, ou de sepultarem-se debaixo das ruínas dos fortes que se lhes confiaram...” A força fluvial espanhola trazia a bordo cerca de 800 homens; Ricardo Franco dispunha de 110 homens.

Frustou-se a tentativa de tomada do Forte de Coimbra, heroicamente defendido pela guarnição, e os espanhóis retornaram derrotados a Assunção.

Pela sua bravura, Ricardo Franco foi promovido a Coronel e agraciado com o hábito de São Bento de Aviz.

Militar e estrategista de valor, dedicou-se ao estudo da situação geográfica da Capitania e, tendo vivido mais de 20 anos em Mato Grosso, o Cel. do Real Corpo de Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, produziu numerosos trabalhos, publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da qual possui a Biblioteca do Instituto, uma das mais completas coleções. Entre tais trabalhos destacam-se: “*Extrato*

da Descrição da Província de Mato Grosso”, “Reflexões sobre a Província de Mato Grosso”, “Memórias sobre os Índios Guaicurús”, “Navegação do Tapajós para o Pará”, “Diário da Diligência do Reconhecimento do rio Paraguai” (Cuiabá, 1905, I Vol., 53 págs).

Falecido no Forte de Coimbra, os restos mortais de Ricardo Franco de Almeida Serra foram transportados em canoa para Vila Bela, então Capital da Província, onde chegaram em 24.08.1810, sendo sepultado na Capela de Santo Antônio dos Militares, e sobre seu túmulo foram gravadas as seguintes inscrições: “*R.F.A.S. - Cel. do R.C. de E. Que gloriosamente defendeu Coimbra - Em 1801 - E no mesmo lugar faleceu - Em 21 de janeiro de 1809 - Aqui jaz sepultado*”.

Do historiador Carlos Francisco Moura, em sua monografia “*O Forte de Coimbra*”, Edições UFMT, Cuiabá, 1975, págs. 67/69, transcrevemos os excertos que se seguem: “*O Forte de Coimbra*”, Monumento Nacional - Duas relíquias dos tempos heróicos: - a Imagem da Padroeira e os restos mortais de Ricardo Franco - Necessidade de tombar o Forte. Na história das fortificações do Brasil, não cremos que possa existir uma outra de passado tão brilhante como o Forte de Coimbra; através do tempo, no período de Colônia, como nos tempos do Império, ele foi sempre uma brilhante afirmativa do que valem como Nacionalidade (Antônio Leôncio Pereira Ferraz, Memória Sobre as Fortificações de Mato Grosso, 1927, p. 536).

Recolhidas no velho forte encontram-se duas relíquias de seus tempos heróicos: a histórica imagem de sua padroeira, Nossa Senhora do Carmo, e os restos mortais de Ricardo Franco.

A imagem é a mesma que ele adquiriu em 1798 em Cuiabá. Afirma o ilustre General Silveira de Melo, que foi graças à proteção da Virgem do Carmo que a guarnição de Coimbra escapou ilesa, sem nenhum morto nem ferido nos dois grandes cercos de 1808 e 1864.

Com o abandono do forte a imagem foi levada para Cuiabá, em cuja catedral permaneceu de 1865 a 1874, quando voltou novamente a Coimbra. Ali sofreu as vicissitudes pelas quais passou o velho baluarte.

Tendo-se dado outra utilização à capela, foi recolhido por mãos devotas a uma tosca choupana da aldeia próxima. Em 1953, graças a uma doação oferecida pelo General Silveira de Melo, a capela do forte foi reconstruída e a imagem a ela recolhida. Também ao General Silveira de Melo deve-se a descoberta e o retorno dos restos mortais de Ricardo Franco ao Forte que construíra e defendera.

Ele falecera em Coimbra em 1809 e fora enterrado na capela. Em 1811, porém, por ordem do Governador João Carlos Augusto, seus restos mortais foram trasladados para a igreja do Santo Antônio dos Militares de Vila Bela.

Com a mudança da capital para Cuiabá, Vila Bela entrou em decadência e a igreja, abandonada, foi ruindo aos poucos.

As buscas realizadas entre 1925 e 1945 em seus escombros para localizar o túmulo do herói, resultaram infrutíferas. Em 1950, entretanto, o General Silveira de Melo conseguiu localizá-lo e recolheu fragmentos de ossos do ilustre militar e restos de seu fardamento - galões, charlateiras, botões dourados etc. Esses despojos foram entregues ao Q.G. de Campo Grande onde ficaram depositados numa urna aguardando oportunidade de transferência para Coimbra. Esta surgiu em 1953, com a reconstrução da capela do forte.

Por se ter coberto de glória na defesa da fronteira no período da Colônia e do Império, o Forte de Coimbra merece ser conservado como padrão histórico. Tendo resistido aos guaicurus, aos hespanhóis e aos paraguaios, não pode agora sucumbir ao abandono e ao desamor por nossa história. Por esse motivo a UFMT, dentro do programa de Inventário do Patrimônio Histórico e Artístico Mato-grossense do DEPES, requereu ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o seu tombamento como Monumento Nacional.”

A Poltrona Acadêmica número 03, atualmente vaga, foi fundada por Miguel Carmo de Oliveira Melo, tendo como sucessor Lécio Gomes de Souza.

GERVÁSIO LEITE - JURISTA E MESTRE

Benedito Pereira do Nascimento

“A vida só é vida quando a podemos viver em plena liberdade de consciência e em pleno adejo de ascensão ao ideal. Realmente assim é. O ideal não deserta daqueles que o sabem servir; não morre, porque sobrevive à própria vida. E, quando o último sopro de vida for, o espírito, que o criou e fez semear, saberá colhê-lo. Será então, a hora do semeador”. (Ministro LAURO DE CAMARGO).

Desde os mais antigos tempos, as Nações celebram os feitos daqueles que se notabilizam pela sua inteligência, cultura, força e coragem.

Esse culto, na visão transcendental de Carlyle, servia de um meio para difundir no povo, estimulando a imitação do seu comportamento, as virtudes dos homens raros.

No dia de hoje, 19 de junho, precisamente há setenta e sete anos, nascia em Cuiabá um homem de inteligência extraordinária, um varão soberbo da cultura e da advocacia.

Entre o dizer e o sentir, há um abismo. A palavra é quase inútil para traduzir a emoção de falar sobre o Doutor Gervásio Leite.

Na condição de testemunha, de ciência própria, e de humilde e antigo servidor do Poder Judiciário, sem grandes ilusões, mas cheio de boa vontade, vejo-me compelido, por confiar na juventude brasileira, a proclamar que Gervásio Leite nasceu predestinado à verticalidade sob todos os aspectos. Preservar, engrandecer e projetar o seu patrimônio de

inteligência e a sua fecunda vida intelectual é dever de todos nós advogados da época e os primeiros bacharéis da Universidade Federal de Mato Grosso que o tiveram como Mestre, exemplar e Grande Mestre.

O Doutor Gervásio Leite fez escola, encantou e plasmou inúmeras gerações pelo seu excepcional e inexcédível talento tribunicio e argumentações irrefutáveis, muitas vezes a floradas da lucidez dos seus desconcertantes improvisos no Tribunal do Júri, com o esmero de um fino artesão vigilante na tessitura da prova, alicerce das portentosas defesas e sustentações de suas teses com a beleza de encantadora oratória.

Sua projeção não se limitou à advocacia criminal; brilhou, com intenso fulgor, em todos os ramos da Ciência Jurídica, inclusive bebia nas fontes de ensinamento do Direito alemão e espanhol.

O seu nome, pelos seus eruditos arrazoados, em estilo inconfundível, fluente, belo e escorreito, desfrutou e angariou prestígio nos Tribunais Superiores do país, notadamente no Supremo Tribunal Federal.

É uma superfluidade falar de Gervásio Leite para aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo, admirá-lo, mas para a atual e futura geração de jovens diria que foi um dos mais completos juristas que Mato Grosso já teve.

A sua vida é uma mensagem vivificadora de lições de sabedoria, distribuídas aos contemporâneos e legadas aos pósteros.

Palavras sábias dele ouvi na juventude e quando do exercício da minha judicatura: “O Juiz não julga a lei, mas segundo a lei. A força do Juiz deflui do exemplo e, sobretudo, do exato cumprimento dos seus deveres funcionais”.

Admirável e extenso é o seu “*curriculum vitae*”. Advogado, político, historiador, magistrado, conferencista, professor universitário, jornalista, escritor com inúmeras obras publicadas nos diferentes campos do saber.

Com entusiasmo e energia encarnou as aspirações mais legítimas dos advogados e a defesa de suas prerrogativas. Como bem disse o acadêmico Archimedes Pereira Lima, em expressiva recordação póstuma, o “*Escritório - Residência*” do Dr. Gervásio Leite servia de “*ponto de intelectuais*” e dos “*expoentes das letras e da advocacia*”.

Ocupou vários cargos públicos de relevo e, preocupado com a atuação da Justiça e com o engrandecimento de Mato Grosso, representou o Estado, o Judiciário e a Ordem dos Advogados em inúmeros Encontros, Conferências, Comissões, Bancas Examinadoras e Conselhos.

Pertenceu e presidiu a Academia Mato-Grossense de Letras, onde a força da sua cultura e idéias brilharam intensamente. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, da Associação de Imprensa Mato-grossense, do Comitê de Honra do Congresso Internacional de Juristas, reunido em Petrópolis RJ., em 1962, e promovido pela “*Comission Internationale*” de Juristas. Professor universitário emérito, como se lê do seu registro acadêmico “reconhecimento da Universidade Federal de Mato Grosso pelos seus relevantes serviços prestados na Coordenação do Centro de Humanidades... a dedicação, o espírito perquiridor e a cultura exornam a sua qualidade de homem íntegro e Professor nato”.

Pelo seu notório saber jurídico e reputação ilibida, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em outubro de 1964, exercendo os cargos de Corregedor (1965) e Presidente na Corte Judiciária (1966).

No Tribunal de Justiça o Des. Gervásio Leite se fez dos mais notáveis e admirados dentre os seus pares, pela cultura humanística e jurídica, extensa e profunda, pelo talento polímorfo e erudição invejável, revelados em seus votos e nos debates das sessões plenárias.

Recordo-me como se fosse hoje. Certa feita, em sessão do Tribunal Pleno, o Des. Gervásio Leite, após defender, de improviso, tese jurídica, o eminente e responsável Desembargador Willian Drosghic exclamou: “*Esse homem sabe tudo*”.

Excelente argumentador, dotado de palavra fácil e elegante, cultor do vernáculo sob a influência de Machado de Assis e Capistrano de Abreu, o Des. Gervásio Leite ilustrava com outros pares, os julgamentos do Tribunal.

Integrou a Assembléia Constituinte e, em virtude da sua projeção jurídica e claros conhecimentos das coisas dos princípios e das causas, qualidades forjadas na lições de Aristóteles, de quem fora fiel e brilhantíssimo discípulo, elegeu-se Deputado na Primeira Legislatura, 1947 a 1951. No Parlamento estadual foi eleito Vice-Presidente da Assembléia Constituinte e membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Trabalhador infatigável, publicou trabalhos de profundos conhecimentos jurídicos. Homem de produção literária vastíssima e, sobretudo, amigo dos livros, dos discípulos e dos seus amigos.

Pai, esposo e avô amoroso e dedicado.

Dentro dessa moldura, o egrégio varão, cuja memória reverenciamos, deixou obra, rica de ciência e beleza, de incalculável valor pela erudição, pelo agudo descortino, pela abertura de espírito e pela sintonia com a realidade brasileira.

O seu grande desejo, amistosamente a mim confidenciado, era fundar, com a sua valiosa e invejável biblioteca, o Instituto Gervásio Leite destinado a servir de núcleo de estudos filosóficos e jurídicos para estudantes de Direito.

Os seus descendentes, orgulhosos do seu valioso patrimônio, por certo, concretizarão o acalentado sonho, perpetuando, assim, a memória do jurista e do Mestre, que ensinava os seus alunos, considerando-os também seus filhos. Pelo lado afetivo e humano, Gervásio Leite foi um homem bom e justo, a todos tratava bem e amparando os necessitados, sem discriminações ou preconceito.

Exemplos que tais merecem ser mantidos vivos e acesos, pois como luzeiros iluminarão os caminhos das futuras gerações de magistrados, professores e advogados. Gervásio Leite brilhou pela inteligência,

brilhou pelo saber, brilhou pelo vigor de sua pena, brilhou pelo coração e pelo talento que Deus lhe deu.

No relance retrospectivo da sua privilegiada existência e desta evocação, é de ouvir o admirável Desembargador João Antônio Neto, personalidade primorosa da intelectualidade mato-grossense, que com a sabedoria do gênio diz:

“VERDADEIRAMENTE, os vivos é que partem e nos deixam sozinhos. Os mortos permanecem e ficam conosco. E essa verdade é tanto maior quando se trata daqueles que transcenderam seu destino individual e se projetaram na vida e na consciência comum, tecendo a teia inconsútil da perpetuidade. Os grandes morrem, vencendo a morte e, como dizia EXUPÉRY, não são sepultados: são plantados e, plantados, criam raízes, brotam, frondejam e continuam dando flores e frutos, em todas as estações”.

QUE ASSIM SEJA.

A NOVA BASÍLICA

Luis-Philippe Pereira Leite

Há vinte anos era solenemente inaugurada para gáudio da gente cuiabana. A partir do ano de 1950, manifestavam-se os primeiros sinais visíveis de abalo da sua estrutura. O zeloso salesiano polonês, Antônio Wasik envidou todos os esforços para conter o seu avanço, utilizando para isso vigas de ferro que pouco a pouco se mostravam inúteis.

A parede lateral correspondente ao trono arquiépiscopal de 1,40m de largura afastava-se cada vez mais do seu prumo rumo à nave central. Urgia providência bastante corajosa. O tombamento junto ao serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional fora recusado, face à perda do estilo colonial com a modificação da única torre abobadada do lado do Palácio da Instrução pela dupla, em agulha, feito pelo governo de Mato Grosso na administração de Mario Corrêa em 1926, em comemoração ao centenário da Diocese.

A comunidade atuante foi convocada para decidir. O parecer dos técnicos era de que qualquer obra de reparação seria duvidosa além de onerosa, uma vez que em dado momento entraria em ação o peso da cobertura e o soterramento seria fatal. Coincidentemente passava por Cuiabá poderosa frota de máquinas do DER incumbida do asfaltamento de Cuiabá à Brasília.

Propunha fazer o desmonte e abertura dos alicerces em 30 dias. A cidade já se empolgava com os 250 anos da sua fundação.

Democraticamente a comunidade rezava, refletia, atenta a todos os detalhes e pareceres e afinal decidiu: 70% pela demolição e reconstrução 30% entendia somente se fizessem os reparos enquanto se aguardasse o

resultado. Foi assim que no dia 14 de agosto de 1968 iniciamos, com pesar para todos, a demolição da parte central que ficou concluída totalmente em fins de setembro seguinte. O que aconteceu a todos, edificou e deixou transparecer no meu livro “*Três Sorocabanos do Arraial*”.

Nessa obra ficaram mais uma vez marcados a fibra, a coragem, a dedicação e o amor da gente cuiabana pela sua terra.

Donativos chegaram de toda parte e, graças a Deus, pudemos concluir a obra gigantesca em 24 de maio de 1973, celebrando as bodas episcopais de prata de Dom Orlando Chaves, então arcebispo e responsável pela reconstrução e que logo depois alcançava do Santo Padre o nobre título de Basílica para a velha Sé Cuiabana.

LENDAS QUE ENRIQUECERAM NOSSA HISTÓRIA

Pedro Rocha Jucá

Cuiabá é rica em lendas e estórias. O povo se encarregou de transmiti-las ao longo dos séculos, acrescentando as que vão surgindo ano após ano, como resultado da soma das experiências vividas pelas mais diversas gerações. Quase todas elas são tipicamente cuiabanas, regionalíssimas na sua essência; uma ou outra apresenta conotação ou semelhança com outras lendas conhecidas nacionalmente. São exclusivamente lendas como as da Procissão das Almas, do Bate Bruaca, do Troá, do Candimba, da Carroça Mal Assombrada, do Minhocão do Pari, do Negrinho da Desavença e muitas outras.

Depois de escrever três livros destinados às crianças, abordando tema então atuais como o Pantanal, a Chapada dos Guimarães e a Arara Azul, o jornalista Arnaldo Niskier, membro da Academia Brasileira de Letras, com quem me correspondo há mais de 15 anos, está projetando agora um quarto livro; desta feita, sobre as lendas cuiabanas. Mais uma vez fui convocado para assessorá-lo.

Acostumado a não apenas escrever intelectualmente sobre a história de Mato Grosso e de Cuiabá, mas também, e principalmente, a senti-la e a entendê-la em toda sua plenitude, raciocinando mais como personagem do que como autor, nunca me despertou um maior interesse por essas lendas. E, por isto, procuro me redimir hoje de tamanha injustiça que sem intenção cometi. Explico e justifico esta postura ao dizer que a lenda é abastecida pela imaginação, como se fosse uma incursão no além ou uma excursão ao desconhecido, enquanto que a história é abastecida por fatos, registros e informações, que reforçam a razão na sua abordagem explícita e crítica.

As lendas cuiabanas, contudo, estão a merecer melhor e maior atenção, não só por parte dos historiadores ou dos culturadores das letras, mas também da comunidade em geral, e por muitos motivos. As suas características, sejam folclóricas ou até afetivas do processo de transmissão dos seus conteúdos, proporcionam experiências pedagógicas, ora na exposição analítica de exemplos, ora na manifestação pura e simples de história oral.

Na **lenda da Procissão das Almas** aprendemos que não devemos nos meter na vida alheia, pois a vela que a moça curiosa recebeu à noite se transformou em osso humano no manhã seguinte. Na **lenda do Bate Bruaca** temos duas lições: não devemos brincar com coisas sérias e que a mentira tem perna curta. As almas do frade e do oficial da Marinha jamais apareceram nas proximidades do cemitério do Segundo Distrito, embora tenha sido encontrado, numa escavação feita nas vizinhanças, um rosário de frade, sendo as contas feitas com castanha portuguesa e ligadas uma às outras por uma corrente de fio de cobre.

A **lenda do Troá**, por sua vez, nos leva a um passado cheio de preconceitos em relação ao casamento entre próximos, não escapando nem os compadres, mas nos ensina a necessidade de manter o matrimônio como instituição legal.

A viúva que se amasiou com o viúvo compadre virou troá, que é um toco de árvore, com penugem e desganhado, que depois da meia-noite se arrasta na escuridão das matas com um ruído semelhante a troá, troá, e assim por noite a dentro. Tiramos daí outras lições: o cuidado que deve haver na escolha das amizades e a importância da mulher no ambiente familiar.

A desmoralização do mau caráter está presente na **lenda do Candimba**, que era uma pessoa sem qualquer defeito físico e que ficou deformada depois que passou a maltratar a própria mãe. Até rabo o Candimba teve. Não será necessário lembrar que mãe é um ente sagrado.

História e estória se confundem na **lenda da Carroça Mal Assombrada**. A guerra com o Paraguai foi uma cruenta realidade para os

cuiabanos, pois a bexiga negra foi mais do que uma peste. Famílias inteiras morriam da noite para o dia. Mais da metade da população de Cuiabá na época morreu e a calamidade era tanta que os enterros eram coletivos, traumatizando a todos. Mesmo depois que tudo se normalizou, a carroça mal assombrada, com o seu sinistro barulho, continuou a assustar, percorrendo a Rua Cândido Mariano, Rua Batista das Neves (naquela época correspondendo ao beco do Peagaú, que ia até à Cacimba do Soldado, na atual Avenida Isác Póvoas), descendo até à Rua 13 de Junho, atingindo o antigo Lavra Pau, retornando das proximidades do atual DNER até ao Bairro do Cói-Cói, passando pela Cruz Preta, a carroça mal assombrada jamais foi vista, mas muitos disseram que ouviram o trepidante choque das suas rodas no atrito com as pedras de cristal.

De todas as lendas cuiabanas a mais conhecida é a do **Minhocão do Pari**.

Era uma espécie de serpente, de cor preta reluzente, longa e cabeçuda, que se aninhava na região do Pari, no Rio Cuiabá, entre a foz do Ribeirão do Lipa e a ponte próxima ao início da Rua Barão de Melgaço. Vivia junto ao barranco e geralmente coberto por terra, como a arraia. Com raiva ou com fome, o minhocão aparecia furiosamente, com a sua enorme cabeça sobre as águas. Fazia, nesses momentos, a maior agitação, virando barcos, devorando pescadores. A sua fúria era incomparável. Ninguém viu o que seria exatamente o minhocão do Pari. Cada um que conta a lenda sempre acrescenta alguma coisa. Do espetacular deste lenda podemos tirar uma lição valiosas: a riqueza do Rio Cuiabá, e a nossa responsabilidade de preservá-lo.

Destaquei, ainda, a lenda do **Negrinho da Desavença**. As asas da imaginação nos permite voar até ao impossível, pois, de acordo com a própria lenda, o negrinho era transparente, e portanto sem cor. Jamais foi visto, mas dizem que ele é “retinto como carvão”, estimula a malvadeza nos adultos e atíça a criança para as mais diversas artimanhas. O negrinho, no dizer dos moradores do Porto, era responsável até pelos bate-bocas dos residentes entre a Igreja de São Gonçalo e o Arsenal de Guerra,

nos fundos do atual Estádio Presidente Dutra. A imaginação popular é fértil, mas a lenda do Negrinho da Desavença tem também, o seu efeito pedagógico. Não devemos, por exemplo, acusar sem conhecimento de causa, ou, então, transferir os nossos erros ou naturais falhas a outros.

As lendas citadas acima poderiam ser catalogadas como lendas folclóricas. Na verdade, todas as lendas são folclóricas, mas as que contarei a seguir possuem algo mais do que o saber popular, Uma delas poderia ser classificada como antológica, a lenda da **Alavanca de Ouro**, que mereceu a glória de ser cantada em verso pelo maior nome da literatura mato-grossense, dom Francisco de Aquino Corrêa, ex-arcebispo de Cuiabá.

O cenário da lenda da Alavanca de Ouro é o outeiro da Igreja do Rosário, ponto inicial da povoação de Cuiabá. De acordo com a história, ali existiram as famosas Lavras do Sutil, que motivaram a vinda dos bandeirantes paulistas, que então se encontravam na região de Forquilha, às margens do Rio Coxipó do Ouro. O sorocabano Miguel Sutil de Oliveira havia recebido a missão de plantar roças para garantir a alimentação dos seus companheiros e por isto escolheu as margens do então córrego mais tarde chamado da Prainha, hoje coberto pelas duas pistas da Avenida Coronel Duarte.

As Lavras do Sutil estavam localizadas justamente ao redor do outeiro da Igreja do Rosário, onde foi registrada a maior mancha de ouro jamais vista em outro lugar do Brasil. Grande parte do valioso mineral estava à flor da terra, em pepitas de considerável tamanho. A fartura era tal que os bandeirantes usavam o ouro para substituir o chumbo (que vinha da Europa) em suas armas e, nas cozinhas improvisadas, as pepitas maiores sustentavam as panelas ao fogo. Abastecido de grande quantidade de ouro, Miguel Sutil de Oliveira retornou a Sorocaba e procurou investir a sua riqueza. Infelizmente, ele encontrou as mais diversas barreiras. A sorte não lhe favoreceu e faleceu pobre. Tão pobre que o seu corpo foi recomendado sem a música que pedira em seu testamento.

A lenda da Alavanca de Ouro apresenta um argumento semelhante, embora com outros personagens, repetindo a lição do ditado popular: “*Nem tudo que reluz é ouro*”. Ou ainda: a riqueza não é eterna e nem é tudo. Esta lenda é interessante ainda pela sua época. Os escravos cavavam no sopé do outeiro da Igreja do Rosário em busca de ouro. Um deles avistou um objeto reluzente e tamanho maior do que as tradicionais pepitas do lugar. Pelas normas de então, ele deveria comunicar o achado ao patrão, o que faria na manhã seguinte, pois era noite. Os olhos do escravo brilhavam mais do que o objeto que ele encontrara, tanto que o sono não lhe vinha. A sua mulher, também escrava, ficou preocupada com toda aquela inquietação e assim ficou sabendo do fabuloso achado. Dizem que mulher não guarda segredo e foi o que aconteceu.

Já no romper da aurora todos os outros escravos sabiam ao acontecido. Não queriam apenas ver, mas também alcançar o objeto, movidos pela ganância, pela riqueza fácil, a fonte luminosa tinha forma semelhante a uma alavanca usada pelos escravos e estava direcionada para dentro da terra. E por mais que cavavam, ela se aprofundava. A notícia chegou aos feitores que, de chibata em punho, exigiam até o impossível de esforço físico dos escravos.

Quando a exaustão se avizinhava, apareceu um velho maltrapilho que pediu água aos escravos. Apenas um deles lhe deu atenção e foi até ao córrego para encher o seu copo de ouro com a água límpida da Prainha. Em sinal de agradecimento, o velho lhe avisou que a terra ia gemer três vezes e que na última o escravo que lhe atendeu deveria fugir para fora do buracão. Por vários dias a alavanca de ouro continuou indo mais fundo e mais os escravos cavavam em busca dela. Finalmente, cumpriu-se a profecia; no terceiro urro da terra, acompanhado de forte tremor, com uma densa nuvem de poeira soterrando feitores escravos e curiosos, com ferramentas e tudo mais. Sobreviveu apenas o escravo que deu água ao velho maltrapilho, que seria Nosso Jesus Cristo, em busca de melhor conhecer o coração humano.

Mais lições extraímos desta lenda. Existe a ganância e ela é limitada por desígnios acima do nosso entendimento. A caridade deve ser uma

característica do ser humano, que não pode e nem deve extrapolar a sua ambição. A natureza é rica, mas devemos aprender como utilizá-la devidamente, pois poderemos ser um dia soterrados por ela. E ainda: o bem sempre vencerá o mal.

Poderíamos citar mais duas lendas, que consideramos históricas, não apenas por fazerem parte da História de Mato Grosso, como também pelo que representam no processo de ocupação demográfica e desenvolvimento cultural do nosso povo, através da fé, na crença de valores que enriquecem as nossas origens em pleno período colonial, quando os interesses de Portugal estavam acima dos sagrados direitos do nosso povo.

Cuiabá é resultado de um processo histórico que teve início no arraial de São Gonçalo, às margens do Rio Cuiabá, com uma etapa evolutiva no arraial de Forquilha, na margem direita do Rio Coxipó do Ouro, sendo concluído no atual Outeiro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ali, existiram as famosas Lavras do Sutil. Contudo, a primeira igreja construída em Cuiabá foi a do Senhor Bom Jesus, que começou com instalação modestas, inferiores à de uma pequena capela, chegando hoje à privilegiada honraria de basílica, depois de ser matriz e catedral. Ela foi construída em 1722, no cumprimento de uma promessa votiva feita pelo capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes.

As suas lendas seguintes estão relacionadas com esta igreja. Ocorreram, de acordo com a tradição popular, nos anos de 1728 e 1729, impedindo o esvaziamento populacional da vila criada em 1727, mas que enfrentava sérios problemas. A fatura do ouro das Lavras do Sutil já não existia. O acesso a São Paulo pelo Rio Cuiabá era dificultado pelas investidas dos índios Paiaguás, tudo isto sem esquecer que as minas de Goiás eram mais próximas de Sorocaba, de onde vinham as bandeiras paulistas no período das monções, e de Vila Rica, a mais importante localidade da colônia na época.

Na Quaresma de 1728 aconteceu um verdadeiro milagre. Na Quinta Feira Santa, a Matriz do Senhor Bom Jesus estava lotada. Era mais uma missa de despedida, pois quase todos os bandeirantes iriam embora

para Goiás logo em seguida. A custódia com o Santíssimo Sacramento foi colocado no trono que era servido apenas por uma escada. Em determinado momento da cerimônia religiosa, a custódia se volta para a parte da epístola, ficando de lado para o povo. Vendo isto, um sacerdote subiu a escada e colocou a custódia em posição voltada para os que assistiam à missa. Por três vezes seguidas, a custódia voltou-se para a epístola. Os bandeirantes, ainda atônitos com o que acabaram de ver, decidiram permanecer em Cuiabá, afastando de uma vez por todas a ameaça de despovoamento da vila, que estava ameaçada de desaparecer.

No ano seguinte, o Senado da Câmara e as pessoas mais ricas da vila mandaram buscar a imagem do Senhor Bom Jesus que estava em Camapuã, hoje Mato Grosso do Sul. A citada imagem foi fabricada, em madeira, por uma mulher residente em Sorocaba e foi trazida até Capapuã pelo sorocabano Pedro de Moraes, que lhe deixou num caixão, pelas dificuldades em seguir viagem para Cuiabá. Neste ponto confunde-se a lenda e o milagre. Enquanto a imagem do Senhor Bom Jesus permaneceu à espera de que os cuiabanos viessem buscá-la, um comerciante que vinha de Cuiabá tentou levá-la para Sorocaba. Não houve força humana capaz de levantar aquela imagem de pequeno porte, que permanecia em um rancho construído pelo criminoso Manoel Homem, foragido que por ali passou. O comerciante cuiabano, ao retornar à vila depois da sua viagem a Sorocaba, mobilizou a população local contando o que ouvira em Guarapiranga na região de Camapuã: a imagem somente era erguida quando havia a intenção de conduzi-la para Cuiabá. O Senhor Bom Jesus de Cuiabá foi festivamente recebida pela população do Porto, de onde a imagem foi trazida em procissão até à matriz, onde se encontra até hoje. Todos os anos, os devotos do Senhor Bom Jesus de Cuiabá rememoram a chegada da imagem a esta Capital com uma procissão tradicional, nas tardes de primeiro de janeiro.

Lenda ou milagre? Não importa. Cuiabá é um verdadeiro milagre urbano se formos considerar as condições existentes em 1719. Todas as adversidades existiram e ainda existem, mas todas estão sendo superadas. O arraial que os bandeirantes paulistas implantaram aqui é hoje uma das

maiores capitais do Brasil, no centro geodésico da América do Sul, entre as duas maiores bacias hidrográficas do mundo, espalhando-se das bordas da Chapada dos Guimarães até o Pantanal Mato-Grossense, desafiando os séculos e os impecilhos, confirmando a lenda da Fênix, que renasce das próprias cinzas, do alto do seu brasão de armas, legado ainda das Cortês de Lisboa.

JOÃO VILLASBOAS, PARLAMENTAR MATOGROSSENSE

Luis-Philippe Pereira Leite

Ligeira indisposição de saúde atribuída aos problemas de hipertensão privou-me de participar da alegria e da satisfação dos diletos confrades, da boa gente cuiabana, da ilustre senhora Izabel Santiago Villasboas e seus distintos convidados, no lançamento de um livro de autor mato-grossense na Casa Barão de Melgaço.

Jamais me passou escrever a biografia de figura tão eminente da política de Mato Grosso. As circunstâncias da amizade e da vizinhança na antiga Trav. da Assembléia, esquina da Pedro Celestino, no antigo escritório do causídico, primeiro à esquerda e depois na esquina, à direita de quem sobe, levou-me desde a infância a manter, diariamente, o estreito convívio com João Villasboas. Eu me alfabetizava e passava ao seu lado horas cumprindo suas determinações para que não faltassem água às suas galinhas e nem alimentos que vinham à disposição, além da colheita dos ovos. Só não me era lícito esquecer livro, caderno, lápis, borracha em cima de sua mesa de trabalho, pois além do meu nome já escrito com letra de forma, ele acrescentava qualquer coisa para provocar minha ira. Era, então, que ele ria a valer, quase a perder o fôlego, passando eu da ira ao perdão. Entendíamos-nos muito bem e muita coisa aquele computador obscuro e mirim foi gravando na memória tanto que, interpelado mais tarde não se lembrava de muitas delas.

Quando fui estudar no Rio, viajei com os seus familiares e por alguns dias me abriguei na confortável vivenda de sua mãe, na Rua São Clemente, 329, na testada delimitada pelas ruas da Matriz e Real Grandeza, depois Demétrio Ribeiro. Pouco acima, antes da esquina desta, situava-se o quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar.

Do outro lado da Rua a sombria Embaixada Inglesa, na qual logo depois se hospedaram o Príncipe de Galles e o Duque de York, mais tarde Eduardo VII e Jorge VI.

Naquela vivenda, a figura muito querida, bondosa e amiga da senhora Josefina Gahyva Villasboas, cercada pelas filhas, era visitada diariamente, em cada tarde ou cada noite, pelo seu único filho varão, o seu querido Minô, fruto do matrimônio com o saudoso Benedito Pio Villasboas, desde 1923 já instalado no Rio. No Parlamento era destaque ao lado do Senador Adolfo Bergamine de Sá e da equipe da Câmara integrada pelos deputados João Café Filho, Acúrio Torres e Maurício Lacerda, este inconfundível com o seu traje escuro, a gravata borboleta preta e a sua respeitável careca. Eram os mais notáveis tribunos da época.

Momento houve na sua vida parlamentar em que Mato Grosso teve a honra de oferecer à Câmara Alta, ao mesmo tempo, o líder da maioria, Senador Filinto Muller e o líder da minoria, Senador João Villasboas.

O trabalho modesto que entrego aos conterrâneos é fruto do apoio que lhe dispensou a digna senhora Izabel Santiago Villasboas que o custeou e o ilustrou com muito carinho e muito amor. A ela e aos presentes minha imorredoura gratidão.

O ARCEBISPO

Leopoldino Marques do Amaral

O espaço de tempo que nos é dado a percorrer nesta vida, varia para cada um, para uns mal começa, para outros demora um pouco mais, sendo inegável, todavia, a brevidade da vida para todos. Sêneca, o grande filósofo romano, ficou tão preocupado com tal realidade que escreveu um pequeno livro sobre a brevidade da vida -, em que ele alerta: "*vivera tota vita descendum est mori*", isto é: viver é o que se deve aprender por toda a vida, do que talvez mais te espantes, o que deve aprender por toda a vida é morrer. Relembro esta passagem do livro de Sêneca pois, lido estudado e admirado por Dom Francisco de Aquino Corrêa que, aliás, em seu último momento, lembrou-se desse filósofo pagão, mas cujos ensinamentos têm a profundidade em muitas passagens, do viver cristão, para despedir-se da vida.

"*Saiba morrer o que viver não soube*". O sacerdote ao seu lado, lembrou-lhe: "Mas V.Exa. viveu bem!"

Que os anjos digam amém, disse por fim, o moribundo arcebispo.

"*Tota vita descendum est mori*". Dom Aquino, sem dúvida que passou a vida aprendendo a morrer. Convivi com ele nos seus dois últimos anos de vida .

Tornamo-nos amigos. Eu era para ele o "*Chanca*" e ele era para mim "*S. Exa.*" Apesar dos meus onze anos, admirava a cultura daquele homem, a facilidade com que mudava de idioma em conversas com sacerdotes de origens diversas. Falava o italiano melhor do que os italianos. Sabia a "*Divina Comédia*" de cor. Decorou-a no caminho da casa dos salesianos, onde morava, à Universidade Gregoriana. Da mesma

forma, falava o francês, o inglês e o espanhol; falava o latim, com domínio absoluto, ao ponto de ter escrito inúmeros poemas em latim, com a observância perfeita da métrica latina, que é verdadeiro quebra-cabeças.

Quando falava da flora e da fauna brasileiras, era um cientista. Sabia tudo, o nome vulgar e o nome científico.

O seu refeitório ficava em frente ao nosso. Ali vi entrar pessoas ilustres que compartilhavam de sua mesa para, na verdade, compartilhar de sua sabedoria.

Foi assim que conheci, por exemplo, o Desembargador José Barnabé de Mesquita, o Dr. Fernando Corrêa da Costa, o Dr. João Ponce de Arruda, o Marechal Cândido Rondon e o geógrafo Aroldo de Azevedo, que aqui esteve, em viagem científica para desfazer a dúvida que tinha e ensinava no seu livro de Geografia, sobre ser o rio Cuiabá afluente do rio São Lourenço.

Dessa viagem concluiu, para satisfação do orgulho dos cuiabanos e também em homenagem à verdade, que o São Lourenço é que é afluente do rio Cuiabá.

Quase que diariamente saía o arcebispo a perambular pelos bairros periféricos da cidade em visitas aos seus compadres e amigos. Eram passeios matinais, feitos a pé para manter-lhe a forma esguia e magra.

Com os humildes falava o falar cuiabano, bem puxado, sem constrangimento algum, aliás nessas horas, podia-se perceber nele um ar de imensa satisfação.

Quantas e quantas vezes, com o apoio logístico do seu fiel escudeiro, um santo homem chamado Francisco Arese, mestre salesiano, fui ao seu escritório, pedir-lhe socorro na tradução das fábulas de Pedro, que era obrigado a fazer como estudante de latim da 1ª série ginasial. Pelas amplas janelas de seu escritório podia-se ver uma belíssima e copada figueira que encobria um pouco a visão da Santa Casa, figueira que Dom Aquino imortalizou em poesia. Ao ver-me perguntava - qual é o problema

desta vez? À minha resposta de que era a tradução desta ou daquela fábula, dizia - qual é fábula? É a Lobo e o Cordeiro. Ah! sim! É aquela que diz: "*Adrivum eundem lupus et agnus venerant siti compulsi*", etc... etc? É. Vou recitar e você confira se ainda sei. E recitava, sem titubear, com uma fluência impressionante. Dom Aquino sabia todas as fábulas de Fedro, em latim, de cor. Evidentemente que a tradução que me ajudava a fazer, tinha um preço. No dia seguinte, ou dois ou três dias após deveria voltar ao seu escritório e recitar-lhe de cor, em latim, a fábula, ou um poema de sua autoria. Foi assim que aprendi, por exemplo, o seu poema sobre a mãe, no meu modesto modo de ver o mais lindo poema, em língua portuguesa, sobre a mãe - "*Nem sempre, com o tempo, se cancela/. A beleza, ou a esfloram desenganos:/ Pois, com os seus sessenta anos,/ Eu acho minha mãe sempre mais bela!*", os poemas A Virgem da Guanabara, Ave Maria, Caveira Idolatrada, A Perdiz e a Jaó, Canção do Paiaguás (nascida à beira/ Da água ligeira/ Sou Paiaguás!/ De sul a norte,/ Tribo mais forte/ que nós não há), e tantos outros.

Com Dom Aquino aprendi dois comportamentos, que conservo até hoje - quando tiver que fazer alguma redação, discurso ou qualquer escrito, nunca fazer direto, sem rascunho; o rascunho é fundamental para o trabalho bem feito. O outro comportamento - se for incumbido de escrever algo, primeiramente fazer tudo mentalmente só, então, lançar no papel. É por isso que, após os seus concorridos sermões dominicais, repetia-os palavra por palavra a quem lhe pedia cópia dos mesmos.

O Arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa foi um príncipe da igreja, um príncipe de letras, que colocou Mato Grosso na Academia Brasileira de Letras, mas era, acima de tudo, um ser humano de primeira grandeza.

ATA DE FUNDAÇÃO DE CUIABÁ:

Uma Análise Crítica

Paulo Pitaluga Costa e Silva

APRESENTAÇÃO

A Ata de Fundação de Cuiabá é a própria certidão de nascimento da cidade, onde encontramos datas, fatos e personagens que dão ao início a quase três séculos, não só do arraial, vila e cidade de Cuiabá, mas como de toda a penetração, ocupação e colonização de Mato Grosso.

Teoricamente esse documento, esse “*Termo de Certidão*” foi devidamente anotado, com a preocupação notória do registro para o futuro, para efetivamente marcar a data, o local e os nomes de todos aqueles pioneiros e aventureiros que, em início do século XVIII, tiveram o mérito histórico de, pela primeira vez, se instalar com ânimo definitivo nas margens dos rios Cuiabá e Coxipó.

Obviamente esse registro histórico foi lavrado e reduzido a termo, em um papel avulso ou ao maço, e devidamente assinado pelo escrivão e por quantos assistiram aquele memorável acontecimento. Só que infelizmente esse precioso e único documento deve ter-se perdido na poeira dos séculos, no descaso de autoridades que tinham por obrigação institucional preservá-lo como parte integrante da memória social matogrossense.

A história até hoje tem aceitado que esse documento tenha realmente existido e, graças ao espírito indagador e à preocupação com

o registro de José Barbosa de Sá, o primeiro cronista das coisas do passado cuiabano e matogrossense, o conteúdo desse termo foi devidamente salvo do completo desaparecimento.

O licenciado José Barbosa de Sá, o primeiro historiador, o primeiro que delineou e deu diretrizes cronológicas à nossa história, foi autor da *“RELAÇÃO DAS POVOAÇÕES DE CUIABÁ E MATO GROSSO DE SEUS PRINCÍPIOS ATÉ OS PRESENTES TEMPOS”*

Esta obra é de suma importância para nossa historiografia, não só pela ordenação, organização e relato de fatos históricos importantes, mas porque a contemporaneidade de seu autor com os fatos por ele contados lhe dá inegavelmente credibilidade e respaldo, e ainda porque relata determinados acontecimentos inéditos, jamais posteriormente registrados e que por certo teriam se perdido na memória do tempo não fosse a sua preocupação com o registro histórico.

E isso foi o que sucedeu especificamente com a Ata de Fundação de Cuiabá. José Barbosa de Sá a encontrou provavelmente nos arquivos do Senado da Câmara de Cuiabá, a pode manusear, ler, analisar e a transcrever em seus manuscritos, e assim, conseguiu salvá-la como documento único da memória histórica cuiabana. Isso é o que se tem como verdadeiro por quantos já contaram a história do passado mato-grossense.

Posteriormente, em obediência à Provisão Real de 20 de Julho de 1782, o Senado da Câmara de Cuiabá providenciou o histórico cronológico dos fatos ocorridos na mesma vila desde a sua fundação. O segundo vereador Joaquim da Costa Siqueira, encarregado da redação desses Anais, preferiu simplesmente copiar o histórico do relatado por José Barbosa de Sá, desde a fundação de Cuiabá até 1755, sendo daí por diante, o relato de sua própria autoria. Copiando os manuscritos do primeiro cronista, obviamente o vereador transcreveu também a Ata de Fundação nos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá.

Encontrando os originais de Joaquim da Costa Siqueira em S. Paulo, dentre os papéis do Marechal José de Arouche de Toledo Rendon, irmão de Diogo de Toledo Lara e Ordonhez que à época na qualidade de

Juiz de Fora era o Presidente do Senado da Câmara, o historiador Antônio de Toledo Piza os fez publicar com o título de “*Crônicas do Cuiabá*”, no volume 4º de 1899/90 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Assim, pela primeira vez, a Ata da Fundação de Cuiabá foi publicada, quase dois séculos após redigida pelos bandeirantes aventureiros às margens do rio Coxipó.

Logo em seguida a referida ata foi novamente publicada, desta vez no vol. XXIII dos Anais da Biblioteca Nacional em 1901.

E essa Ata de Fundação já foi inúmeras vezes transcrita em livros e artigos, mas sem que, os historiadores que a transcreveram, se preocupassem com uma análise crítica maior, no tempo e no espaço, a respeito da mesma.

Nos dois textos mencionados, a “*Relação ...*” de Barbosa de Sá, nas “*Crônicas do Cuiabá*” tanto na publicação de Toledo Piza como nos Anais da Biblioteca Nacional, as diferenças são mínimas e irrelevantes dentro da compreensão geral do texto. Dentre nomes daqueles que assinaram a Ata, Barbosa de Sá nomeia um Pedro de Godoi e um outro José Paes da Silva, enquanto que para esses Joaquim da Costa Siqueira grafa Pedro de Goes e José da Silva Paes. As demais diferenças prendem-se a tão somente supressão de uma palavra ora num ora noutro texto, além de pequenas trocas de vocábulos por outros assemelhados.

Assim, graças à preocupação com o registro histórico por parte de José Barbosa de Sá em sua “*Relação das Povoações...*”, ao mérito da transcrição de Joaquim da Costa Siqueira nos “*Anais do Senado da Câmara*” e ao zelo de Antônio de Toledo Piza, com a publicação das “*Crônicas do Cuiabá*”, a Ata de Fundação de Cuiabá é hoje conhecida e salva dessa forma, como peça principal e maior da historiografia matogrossense.

I

OS PRIMEIROS ANOS DE CUIABÁ

Em algum ano entre 1673 e 1682 (há contradição histórica a respeito da data correta) os bandeirantes paulistas Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, este o primeiro Anhanguera, penetraram território matogrossense em busca das lendárias Minas dos Martírios.

Em companhia de seus filhos menores, Antônio Pires de Campos e Bartolomeu Bueno da Silva, que se tornaria o 2º Anhanguera, com 14 e 12 anos respectivamente, essa bandeira unificada pelo encontro dos dois grupos em pleno sertão, chegou até a confluência dos rios Cuiabá com o Coxipó. Aí os bandeirantes acamparam e chegaram mesmo a plantar roças de subsistência, denominando o lugar de São Gonçalo.

Por informação de índios boróros, tomaram rumo norte em direção às nunca encontradas Minas dos Martírios.

Essa foi a primeira vez, pelo menos que a história tenha deixado registrado, que bandeirantes chegaram à região superior do rio Cuiabá, e isso ainda no século XVII.

Cerca de 37/45 anos após essa primeira penetração, voltou Antônio Pires de Campos à região, subindo em 1717 o Rio Cuiabá em busca de índios para escravização.

Na confluência do rio Cuiabá com o Coxipó, no mesmo lugar que décadas antes havia arranchado com seu pai e com o 1º Anhanguera, acampou novamente e denominou o local de São Gonçalo Velho.

Esse local por quase um ano serviu de acampamento base em suas incursões contra os índios Coxiponés que habitavam por toda a região.

Em 1718 retirou-se da região descendo o Rio Cuiabá em direção a São Paulo, para a venda em Sorocaba dos índios escravos pela sua bandeira preados.

Em pleno Mar dos Xaraiés encontrou-se com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral Leme, paulista de Sorocaba, que há 2 anos já andava por terras do hoje Estado de Mato Grosso do Sul, escravizando índios e fazendo toda a sorte de incursões predadoras.

Pires de Campos, bandeirante de nomeada, informou a Pascoal Moreira sobre o resultado de suas incursões e deu indicações dos índios Coxiponés, habitantes do Cuiabá acima e por todo o vale do Coxipó.

Nesse mesmo ano de 1718 chegou a nova bandeira capitaneada por Pascoal Moreira Cabral na região dos perseguidos índios Coxiponés. E São Gonçalo, o antigo acampamento de Manoel de Campos Bicudo, viu pela terceira vez homens brancos se arrancharem em suas terras num período de cerca de quatro décadas.

Pascoal Moreira subiu o Coxipó Mirim acima, há algumas léguas de São Gonçalo onde deixara alguns de seus homens, e nos rios dos Peixes e Mutuca, encontrou, combateu e aprisionou os índios que procurava.

Todavia, os índios revidaram de forma violenta os ataques dos bandeirantes, o que obrigou Pascoal Moreira a retroceder até o seu acampamento base, o mesmo São Gonçalo Velho da confluência do Cuiabá com o Coxipó.

Nesse local, em seu retorno, os companheiros que ficaram já os surpreenderam com o ouro encontrado em abundância às margens do rio Coxipó. Pascoal Moreira e seus homens, com o metal precioso em fatura, passaram de preadores de índios a faiscaadores do ouro.

“Ai formaram o seu arraial, para tomar descanso cantando vitória contras as fadigas da pobreza e suas largas peregrinações dando uns aos outros os parabéns de suas fortunas” como nos conta o cronista Barbosa de Sá em sua *“Relação...”*

Com as mãos, com chapéus, com utensílios de cozinha, com ferramentas improvisadas, o ouro ia saindo com abundância do leito farto do Coxipó.

Todavia, o índio Coxiponé era aguerrido e não dava tréguas aos bandeirantes pioneiros. Numa única ocasião Pascoal Moreira conseguiu levar a melhor, na incursão contra uma Aldeia existente no local denominado posteriormente Porto do Borrvalho.

Em seus apertos com os índios, Pascoal Moreira despachou canoa ligeira atrás de bandeiras que estavam perambulando mais ao sul, para ajudá-lo em sua guerra contra os indígenas e na mineração do ouro.

Após tempos, chegou a bandeira de Fernando Dias Falcão, e este intrépido bandeirante, com os seus homens bem armados, conseguiu salvar o velho sertanista de um desastre total.

Sobre este episódio o próprio Pascoal Moreira nos dá conta através uma certidão de 7 de Abril de 1723; "*O Capitão-Mór Fernando Dias Falcão me chegou a este Arraial com 130 homens de guerra de socorro na era de 1718, estando eu e os mais sem armas, sem pólvora, sem chumbo e sem ferramentas, sem termos nenhuma resistência, e com este socorro ficamos remediados de tudo e restaurou nossa vidas que estávamos sentenciados pelo gentio à morte...*"

Com esse socorro trataram logo de melhorar seus ranchos e fazer lavouras pelas margens dos rios e assim, consolidando a conquista, tentar expulsar definitivamente o gentio que ainda lhes rondava.

Tudo indica que, pelo que José Barbosa de Sá deixa transparecer em sua crônica pioneira, os bandeirantes já devidamente instalados, devem ter erigido uma pequena capela ao padroeiro do local, São Gonçalo. E isso era o costume. Um arraial mais ou menos consolidado tinha que ter um largo, a rancharia de moradia, um local de guarda e estoque de mantimentos e um rancho de palha que servia, senão de capela, face a ausência de padres nos primeiros tempos, ao menos de oratório para as orações dos devotos. Provavelmente um rancho à guisa de capela ou oratório deve ter

sido erigido no Arraial de São Gonçalo Velho tendo como padroeiro natural e histórico, obviamente o dito São Gonçalo.

Em 8 de Abril de 1719, vários meses após a sua chegada em São Gonçalo Velho, reuniram-se os principais do arraial, e escolhendo para escrivão Manoel dos Santos Coimbra, talvez por ser o mais letrado entre todos, lavrou-se o tal “*arranzel*”, como o próprio Barbosa de Sá a ele se refere, institucionalizando assim as minas recém descobertas.

Enviados alguns homens para São Paulo a dar notícia do achado, “*foi tal o movimento que causou nos ânimos que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de toda a Capitania de São Paulo se abalaram muitas gentes deixando casas, fazendas, mulheres e filhos botando-se para estes sertões como se fora a terra da promessa ou o paraíso...*”, como nos informa Barbosa de Sá.

Todavia, o ouro muito bateado e catado pelas margens do córrego foi rapidamente se escasseando, só sendo encontrado com mais abundância muito longe, pelo Coxipó acima. A distância do ouro fácil, o perigo do gentio sempre incerto e ameaçador, fez com que, após 2 anos e meio arranchados em São Gonçalo Velho, mudassem o seu arraial para o local denominado Forquilha.

“*...mudaram-se todos para o Coxipó acima, lugar chamado hoje a Forquilha onde formaram Arraial e levantaram igreja com o título de Nossa Senhora da Penha de França e celebraram-se ofícios divinos...*” conforme ainda nos conta Barbosa de Sá .

Novos bandeirantes, novos pioneiros, religiosos, mineradores e gente de todas as profissões chegavam ao novo arraial da Forquilha, apesar do perigo que constituía a vagem de São Paulo até as novas minas, face costumeiros ataques dos índios Paiaguás. Mas o ouro abundante dava esperança e por certo, guarida e recompensa a todos os que para lá se dirigiam sonhando com a riqueza fácil.

Em outubro de 1722, o paulista Miguel Sutil, através dois índios seus escravos, encontrou abundante ouro às margens do Córrego da

Prainha. Espalhada a notícia no Arraial da Forquilha ou Arraial do Coxipó como também era conhecido, em pouco tempo esse povoado inteiro se fez transportar para as novas lavras do Sutil.

A ocupação iniciou-se pelas margens da Prainha, nas imediações do que seria hoje a Igreja do Rosário, local posteriormente chamado de Tanque do Ernesto, e rapidamente se espalhou a rancharia pela planície existente em sua margem direita.

A partir de 1723, o arraial se institucionalizou, com o início da cobrança dos quintos reais e as nomeações em 26 de abril para guarda mór, confirmando Pascoal Moreira Cabral nesse cargo, a 7 de maio a Lourenço Leme como Provedor dos Quintos e João Leme como Sargento Mór. Ainda nesse mesmo ano, por ordem do Capitão General Rodrigo César de Menezes, se fez eleição para 12 deputados, espécies de fiscais à época, bem como um escrivão e um meirinho.

Estava se iniciando assim a institucionalização e a consequente consolidação nesse local às margens do Córrego da Prainha, do que seria a futura vila a 1º de janeiro de 1727 e cidade de Cuiabá a 17 de Setembro de 1818.

De São Gonçalo Velho na confluência do Rio Cuiabá com o Coxipó, passando pela Forquilha ou Arraial do Coxipó ou Minas do Coxipó, na confluência desse rio com o córrego Mutuca, até as Lavras do Sutil ou Arraial do Cuiabá às margens do Córrego da Prainha, passaram-se certamente mais de 4 anos de perigos, guerras, doenças, e principalmente, sonhos e esperanças de toda a ordem.

II

A ATA

José Barbosa de Sá em sua já citada “*Relação...*” em texto original nos transcreve a Ata comentando:

“... e juntos os que ficaram, mandaram escrever um arranzel para seu regime que é o seguinte copiado do mesmo original:”

“Aos oito dias do mês de Abril da era de mil setecentos e dezanove anos neste Arraial do Cuiabá fez junta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e ele requereu a eles este termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó invocação de Nossa Senhora da Penha de França depois de foi o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes com as amostras que levou do ouro ao Senhor General com a petição do dito capitão mór fez a primeira entrada aonde assistiu um dia e achou pinta de vintém e de dois e de quatro vinténs a meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada em que assistiu sete dias eles e todos os seus companheiros às suas custas com grandes perdas e riscos em serviço de Sua Real Magestade e como de feito tem perdido oito homens brancos fora negros e para que a todo tempo vá isto a noticia de sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nós assinamos todos neste termo o qual eu passei bem e fielmente a fé de meu officio como escrivão deste Arraial. Pascoal Moreira Cabral, Simão Rodrigues Moreira, Manoel dos Santos Coimbra, Manoel Garcia Velho, Baltazar Ribeiro Navarro, Manoel Pedroso Lousano, João de Anhaia Lemes, Francisco de Sequeira,

Asenço Fernandes, Diogo Domingues, Manoel Ferreira, Antônio Ribeiro, Alberto Velho Moreira, João Moreira, Manoel Ferreira de Mendonça, Antônio Garcia Velho, Pedro de Godois, José Fernandes, Antônio Moreira, Inácio Pedroso, Manoel Rodrigues Moreira, José Paes da Silva.

No mesmo dia e ano atrás nomeado elegeu o povo em voz alta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mór regente até ordem do senhor General para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar e examinar e composições aos mineiros e botar bandeiras tanto a minas como nos inimigos bárbaros e visto elegerem ao dito lhe acatarão o respeito que poderá tirar auto contra aqueles que forem régulos com é emotinador e alevos que expulsará e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dividas e que nenhum se recolherá até que venha o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes de que todos levamos a bem hoje oito de abril de mil setecentos e dezenove anos eu Manoel dos Santos Coimbra escrivã do Arraial que escrevi, Pascoal Moreira Cabral”.

No parágrafo imediatamente seguinte dando sequência ao texto retro de ata, o cronista barbosa de Sá continua em sua “Relação ...”

“Aos vinte e quatro do mês de julho botou o guarda mór Pascoal Moreira Cabral uma bandeira a descobrimento de ouro aonde foi por guarda menor Manoel Garcia Velho junto como escrivão, das datas aonde descobriu um ribeiro por nome São João com pinta de oitavas e meia pataca e dois vinténs, e outro ribeiro de Santo Antônio com a mesma pinta ribeiros de porte para se repartir e por assim ser verdade mandou o guarda mór passar este termo por mim escrivão, das datas que o escrevi bem e fielmente a fé de meu officio hoje quinze do mês de agosto de mil setecentos e dezenove anos. Manoel dos Santos Coimbra; Pascoal Moreira Cabral, Manoel Garcia Velho”.

Face o desaparecimento por completo do documento original, como o próprio José Barbosa de Sá nos diz em suas crônicas cuiabanas “*Por esta escrita aqui copiada do próprio original ...*” conseguiu ele salvar para sempre esta Ata do esquecimento e do desaparecimento completo. Graças a ele, à sua veia inata de historiador e de competente cronista com a preocupação do registro para o futuro, temos hoje esta verdadeira certidão de nascimento de Cuiabá. Pelo menos essa versão é a aceita hoje em dia pelos historiadores do passado matogrossense.

III

TRANSCRIÇÃO PARALELA DE DOIS TEXTOS DA ATA

Texto original de José Barbosa de Sá - transcrito In - "Relação das povoações..." - Cuiabá - Ed UFMT - 1975

“Aos oito dias do mês de abril da era de mil setecentos e dezenove anos, neste Arraial do Cuiabá fez junta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral com seus companheiros e ele requereu a eles este termo de certidão para notícia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó invocação de Nossa Senhora da Penha de França depois de foi o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes com as amostras que levou de ouro ao Senhor General com a petição do dito Capitão Mór fez a primeira entrada adonde assistiu um dia e acho pinta de vintém e de dois e de quatro vinténs a meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada em que assistiu sete dias ele e todos os seus companheiros as suas custas com grandes percas e riscos em serviço

Texto transcrito por Joaquim da Costa Siqueira - In "Crônicas do Cuiabá" - In vol IV da Rev. Inst. Hist. Geogr. de S. Paulo de 1899/90

“Aos oito dias do mês de abril de mil setecentos e dezenove anos, neste Arraial do Cuiabá fez junta o capitão mór Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a eles este termo de certidão para notícia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó invocação de Nossa Senhora da Penha de França depois que foi o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes com as amostras que levou do ouro ao senhor General com a petição do dito capitão mór fez a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintém, de dois e de quatro vinténs e meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada em que assistiu sete dias e todos os seus companheiros as suas custas com grandes perdas e riscos em serviço

de Sua Real Magestade e como de feito tem perdido oito homens brancos, fora negros e para que a todo tempo vá isto a notícia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nós assinamos todos neste termo o qual eu passei bem e fielmente a fé de meu ofício como escrivão deste Arraial.

Pascoal Moreira Cabral
Simão Rodrigues Moreira
Manoel dos Santos Coimbra
Manoel Garcia Velho
Baltazar Ribeiro Navarro
Manoel Pedroso Lousano
João de Anhaia Lemos
Francisco de Sequeira
Asenço Fernandes
Diogo Domingues
Manoel Ferreira
Antônio Ribeiro
Alberto Velho Moreira
João Moreira
Manoel Ferreira de Mendonça
Antônio Garcia Velho
Pedro de Godois
José Fernandes
Antônio Moreira
Inácio Pedroso
Manoel Rodrigues Moreira
José Paes da Silva
No mesmo dia mês e ano atras

de Sua Real Magestade e como de feito tem perdido oito homens brancos fora negros e para que a todo o tempo vá isto a notícia de S. Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nós assinamos neste termo o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu ofício como escrivão deste Arraial.

Pascoal Moreira Cabral
Simão Rodrigues Moreira
Manoel dos Santos Coimbra
Manoel Garcia Velho
Baltazar Ribeiro Navarro
Manoel Pedroso Lousano
João de Anhaia Lemos
Francisco de Siqueira
Ascenço Fernandes
Diogo Domingues
Manoel Ferreira
Antônio Ribeiro
Alberto Velho Moreira
João Moreira
Manoel Ferreira de Mendonça
Antônio Garcia Velho
Pedro de Goes
José Fernandes
Antônio Moreira
Inácio Pedroso
Manoel Rodrigues Moreira
José da Silva Pes
No mesmo dia mês e ano atras

nomeado elegeu o povo em voz alta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mór regente até ordem do Senhor General para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar e examinar e composições aos mineiros e botar bandeiras tanta a Minas como nos inimigos bárbaros e visto elegerem ao dito lhe acatarão o respeito que poderá tirar auto contra aqueles que forem régulos com é amotinador e alevos que expulsará e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dividas e que nenhuma se recolherá até que venha o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes de que todos levamos a bem hoje oito de abril de mil setecentos e dezenove aos eu Manoel dos Santos Coimbra escrivão do Arraial que escrevi.

Pascoal Moreira Cabral

nomeados elegeu o povo em voz alta o capitão mór Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mór regente até ordem do senhor General para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar examinar e fazer e composições aos mineiros e botar bandeiras tanto nas minas como aos inimigos bárbaros e visto elegerem ao dito lhe acatarão o respeito que poderá tirar autos contra aqueles que forem régulos com é amotinador e alevos que expulsará e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dividas e que nenhuma se recolherá até que venha o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes o que todos levamos a bem hoje 8 de abril de 1719 anos e eu Manoel dos Santos Coimbra escrivão do Arraial que escrevi.

Pascoal Moreira Cabral

Por essa transcrição paralela pode-se observar que pouquíssimas diferenças existem entres os textos apresentados. Uma ou outra palavra acrescentada, substituída ou omitida, nomes próprios trocados ou mesmo completados, mas que absolutamente em nada interferem na compreensão e entendimento geral do texto.

Presume-se com isso, que o texto original da referida Ata, transcrita por José Barbosa de Sá em sua “*Relação ...*” tenha chegado até hoje bastante integral, apesar de passados quase três séculos.

Outrossim, a Ata transcrita nos originais das “*Crônicas do Cuiabá*”, escritas por Joaquim da Costa Siqueira, por ter uma melhor compreensão em seu texto, face inclusão de algumas poucas palavras para

melhorar o seu sentido, é de se inferir que tais modificações hajam sido introduzidas pelo historiador Antônio de Toledo Piza. Este brilhante historiador encontrou os manuscritos das “*Crônicas do Cuiabá*” dentre os documentos deixados pelo Brigadeiro José de Arouche Toledo Rendon, que certamente obtivera os mesmos de seu irmão Diogo de Toledo Lara Ordonhez. Toledo Piza ao publicar essas crônicas na Revista nº IV do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo em 1899/90, certamente, no que concerne à transcrição da ata, deu uma ligeira burilada no texto da mesma, com a finalidade de facilitar o seu entendimento.

O texto da Ata publicada pela Universidade Federal de Mato Grosso em 1975 é idêntico ao publicado no vol. 23 dos Anais da Biblioteca Nacional, e este foi baseado em manuscrito, talvez da própria lavra de Barbosa de Sá, encontrado nessa mesma biblioteca.

Ramiz Galvão em seu catálogo da Exposição de História do Brasil, publicada no vol. 9 de 1881/82 nos Anais da Biblioteca Nacional, no item 647, nos relata:

“647 - *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso desde seus principios the os prez.es tempos (Por Jozé Barboza de Saa) 1775 - manuscrito original - In. fol. 82 ff - Expositor Barão da Penha*”.

Assim, provavelmente esse manuscrito, hoje pertencente à Biblioteca Nacional, é o original da própria autoria de José Barbosa de Sá, onde se acha transcrita a referida Ata de fundação de Cuiabá.

Dessa forma a Ata transcrita pelo primeiro cronista cuiabano em sua “*Relação ...*”, editada pela UFMT em 1975 e pelos Anais da Biblioteca Nacional em 1901, procedem da mesma origem, tal seja, um manuscrito encontrado nessa biblioteca de provável lavra original do próprio cronista em suas “*Crônicas do Cuiabá*”, contendo algumas modificações, possivelmente introduzidas no texto pelo historiador Toledo Piza. É o que se infere da leitura e análise dos três textos conhecidos que transcreveram a ata.

IV

DA ANÁLISE DO TEXTO

Historiadores e paleógrafos, acostumados a ler documentos originais ou mesmo transcrições do século XVIII notadamente, estão perfeitamente familiarizados e em sintonia com o conteúdo e forma do texto que nos é apresentado por Barbosa de Sá, do que convencionou-se dispor como sendo a Ata de Fundação da cidade de Cuiabá.

Na forma, o texto é reduzido como costuma acontecer em tais documentos institucionais. Carece principalmente de pontuação e sinais gráficos convencionais acertadamente aplicados, o que dificulta a sua inteligência, salvo uma análise mais atenta e acurada. Apesar da falta de pontuação proporcionar a dificuldade de inteligência do texto, não se percebem erros graves de português, de acentuação, concordância e ou conjugação verbal.

No seu conteúdo, pretenderam os bandeirantes registrar a seu modo, através termo, o descobrimento de novas minas de ouro em pleno sertão, no começo do século XVIII.

Em poucas linhas consegue o texto sintetizar fatos como o novo descobrimento no Coxipó, o bandeirante enviado a S. Paulo, a capela e a invocação a Nossa da Penha de França, as primeiras descobertas de ouro e as quantidades respectivas, os homens que morreram, a eleição de Pascoal Moreira Cabral e a sua competência e atribuições de guarda e administração sobre o lugar e ainda as assinaturas de quantos participaram dessa solenidade de fundação.

Há que se salientar uma observação interessante. A Ata propriamente dita foi dividida em 2 partes distintas. A primeira parte, conforme acima pode-se observar, termina com as assinaturas de Pascoal Moreira,

do escrivão Manoel dos Santos Coimbra e de 20 outros bandeirantes que estavam presentes ao ato. Essa primeira parte não fala em fundação de arraial, mas em “...*termo de certidão para notícia do descobrimento novo...*” A segunda parte, nos relata a eleição de Pascoal Moreira como guarda mór do arraial e dos poderes de que foi investido. Começa com um lacônico “*no mesmo dia mês atrás nomeado...*” parecendo a princípio ter sido escrita posteriormente à primeira parte. Todavia terminam ambas as partes com a mesma data de oito de abril de 1719.

Tudo leva a crer que fez-se lavrar a primeira ata pelo escrivão Manoel dos Santos Coimbra e seguiram-se as assinaturas dos presentes. As discussões deviam ter continuado, quando se lembrou e discutiu a eleição de Pascoal Moreira Cabral para o seu Guarda Mór e dessa forma, dar-lhe poder de direito para administrar as minas e os mineiros, reabriu-se a ata e se deu continuidade à mesma. Foi quando então se iniciou a segunda parte da mesma, assinada, desta vez, somente por Pascoal Moreira e pelo escrivão.

Assim, a rigor o termo lavrado em 8 abril de 1719 não é propriamente um Ata de Fundação de arraial, mas sim um termo para se dar notícias do descobrimento de minas de ouro, conforme o próprio texto nos indica.

Tal termo deve ter sido escrito em algum papel solto. Muito improvável que após anos de sertão tivesse Pascoal Moreira em seu poder algum livro de atas para que pudesse nessa ocasião ter lavrado o tal termo.

Uma folha solta, um papel de carta, uma folha de papel ao maço provavelmente teria sido o papel em que o escrivão do arraial efetuou o tal registro.

Mas como se explicaria, numa folha solta, conforme cópia de Barbosa de Sá, além das duas partes distintas em que se divide a ata, uma terceira parte, datada de 15 de agosto de 1719, relatando descobrimento de ouro em ribeirão pelas imediações, em 24 de julho, assinada por Pascoal Moreira Cabral, pelo escrivão Coimbra e ainda por Manoel Garcia Velho, este guarda menor das minas de São João e Santo Antônio.

Seria o início de um registro cronológico que ficou em tão somente duas anotações? Seria essa terceira parte um rascunho de algum documento que se enviou para S. Paulo comunicando mais descobertas de ouro? Porque somente 4 meses após os primeiros registros, 8 de abril, se fez a 15 de agosto esse outro registro? Difícil as respostas.

Mas o fato é que, tudo indica, José Barbosa de Sá deve ter visto esse documento e o transcreveu em sua crônicas, e lá estavam os três registros. Dois de 8 de abril e um de 15 de agosto de 1719, que ele sequencialmente copiou.

Pelo menos, é essa a versão oficial da história hoje aceita, história essa contada pelo cronista primeiro José Barbosa de Sá. Ele nos conta que copiou o documento, donde se conclui que ele viu manuseou, analisou e transcreveu essa folha.

Realmente uma pena essa página solta contendo o precioso documento não tivesse sobrevivido aos séculos e ter chegado intata até nossos dias, para podermos ou não confirmar essa versão de ata, contada pelo cronista José Barbosa de Sá, hoje em dia tida como oficial.

V

INTERPRETAÇÃO DO TEXTO

- 1 - *“Aos oito dias do mês de abril da era de mil setecentos e dezenove anos neste Arraial do Cuiabá...”*

Demonstra o escrivão que na data acima e localizado no Arraial do Cuiabá iniciou a redação do texto. Em especial com relação ao local foi muito claro de onde escrevia, do Arraial de Cuiabá.

- 2 - *“...fez junta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros...”*

Nesse local reuniu Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros de jornada e de lutas pelos sertões. Capitão Mór geralmente se designava ao comandante da bandeira que adentrava aos sertões, ou então chefe de algum arraial. Antes de ser o guarda mór das minas de Cuiabá, Pascoal Moreira Cabral era o Capitão Mór de sua bandeira.

- 3 - *“...e ele requereu a eles termo de certidão para notícia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó...”*

Assim, reunidos os companheiros, o mesmo Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral requereu que se lavrasse um termo de certidão, ou seja uma ata para que se anotasse a notícia do novo descobrimento de ouro. Fica por esse termo patente que o descobrimento deu-se às margens do ribeirão Coxipó onde estavam acampados os bandeirantes.

- 4 - *“...invocação de Nossa Senhora da Penha de França...”*

Pelo termo, havia alguma capela ou algum rancho de oração tendo como padroeira a referida Nossa Senhora da Penha de França nesse local, nessa rancharia onde estavam reunidos os bandeirantes.

5 - *"...depois de foi o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes com as amostras que levou de ouro ao Senhor General..."*

Essa reunião foi levada a efeito após viagem do Capitão Mór Antônio Antunes Maciel a São Paulo, para onde levou amostras de ouro e dar notícias das novas minas ao Capitão General da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar.

6 - *"...com a petição do dito Capitão Mór..."*

Provavelmente o "dito" refere-se ao Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral, que foi o primeiro descobridor das minas, e chefe incontestado de todas as bandeiras que para o Coxipó foram em seu socorro. Assim, entende-se que o Capitão Antônio Antunes Maciel, além das amostras do ouro levou também uma carta de Pascoal Moreira dando conta do descobrimento das novas minas ao Capitão General. Antônio Antunes Maciel era homem de confiança do guarda mór, pois anos antes, juntaram as respectivas bandeiras nos sertões do Mbotetei, hoje Mato Grosso do Sul, onde andaram destruindo aldeias e aprisionando índios.

7 - *"...fez a primeira entrada aonde assistiu um dia e achou pinta de vintém..."*

Esta frase está desconectada com a frase antecedente, numa linguagem arrevezada e própria de documentos da época. Entende-se que Pascoal Moreira Cabral fez uma primeira entrada, uma primeira pesquisa que durou somente um dia de serviço. Nesse trabalho achou-se pinta, ou seja, uma amostra de um vintém em ouro. Pinta significa amostra de jazida aurífera.

8 - *"...e de dois a quatro vinténs e meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada em que assistiu sete dias ele e todos os seus companheiros..."*

Com certeza, em uma nova entrada, em uma nova pesquisa de 7 dias de trabalhos de garimpagem, o Capitão Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros encontraram no mesmo local em que pesquisaram a primeira pinta, a quantidade de ouro que se descreve.

9 - “...às suas custas com grandes perdas a riscos em serviços de Sua Real Magestade...”

Essas duas entradas, de um e sete dias pesquisando veios auríferos, foram efetuadas às custas de Pascoal Moreira que na ocasião perdeu homens em tal empreitada. Coloca-se ainda que a entrada, as penetrações, as lutas com os índios, as pesquisas auríferas estavam sendo efetuadas para o bem e a serviço de Sua Magestade Real, o Rei D. João V.

10 - “...e como de feito tem perdido oito homens brancos fora negros...”

Descreve a quantidade de homens que perdeu o Capitão Mór a serviço de Sua Magestade Real, com certeza em suas lutas com os índios Coxiponés, que de todas as maneiras procuravam expulsar os bandeirantes de suas terras.

11 - “...e para que a todo o tempo vá isto a noticia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem os seus direitos...”

E os fatos já antes relatados, através do termo de certidão lavrado em reunião, deveriam ser enviados a Sua Magestade, a fim de que para sempre se tivesse conhecimento desse descobrimento efetuado pelos bandeirantes. Ainda se coloca a preocupação de que, tendo para sempre esse conhecimento, os sucessivos governos reais não pudessem eventualmente vir a perder os seus direitos dominiais sobre as novas minas descobertas.

12 - “...e por assim ser verdade nós assinamos todos neste termo o qual eu passei bem e fielmente a fé de meu officio como escrivão deste Arraial” - seguem-se as 22 assinaturas -

É a linguagem cartorial de fé pública até hoje usada pelos tabeliães. Por ser tudo o que se relatou no termo lavrado, verdadeiro e historicamente correto, foi redigido o referido documento e por todos os presentes devidamente assinados.

Nesta parte, faz-se uma pausa, parecendo que estavam encerrados os trabalhos da junta que Pascoal Moreira Cabral fizera reunir. Todavia,

em seguida, dão os bandeirantes continuidade à reunião e reabrem novamente o termo de certidão que antes havia sido devidamente encerrado.

13 - "*No mesmo dia e ano atrás nomeado...*"

Reabrem a ata no mesmo dia, mês e ano e provavelmente horário da recém encerrada ata, tal seja, 8 abril de 1719.

14 - "*...elegeu o povo em voz alta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mór regente...*"

Numa primeira eleição ocorrida em terras matogrossenses, os bandeirantes reunidos elegeram o seu chefe Pascoal Moreira Cabral para ser o guarda mór das novas minas descobertas. Com isso, esse notável bandeirante paulista e Capitão Mór de sua bandeira, com a provável e óbvia aquiescência dos Capitães-Mór de outras bandeiras, que lá já estavam, passou a exercer a função institucional de guarda mór regente das minas auríferas recém descobertas.

15 - "*...até ordem do Senhor General...*"

Isso demonstra ter sido a eleição em voz alta muito provisória, pois dependia de uma nova ordem ou confirmação do Capitão General D. Pedro de Almeida Portugal. Em 6 de novembro de 1720, Fernando Dias Falcão foi eleito pelo povo do arraial, Cabo Maior das minas e expressamente, pelo Termo lavrado nessa ocasião, conservou-se Pascoal Moreira Cabral em seu posto de Guarda Mór. Somente por patente de 27 de Abril de 1723, passada pelo Capitão General Rodrigo César de Meneses, Pascoal Moreira Cabral foi oficialmente confirmado no cargo de guarda mór regente das minas do Cuiabá.

16 - "*...para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar e examinar e composição aos mineiros...*"

Define-se a competência do guarda-mór eleito. Competia a ele a guarda e proteção dos veios auríferos representados pelos ribeiros e

riachos que desaguavam no Coxipó, bem como mandar efetuar pesquisas e recolher amostras de ouro nesses locais. Estava ainda sob sua inteira jurisdição a distribuição de locais para se proceder à mineração, fazendo assim, uma composição com os bandeirantes mineradores que avidamente queriam a sua data para trabalhar.

17 - “...e botar bandeiras tanto nas minas como os inimigos bárbaros...”

Continuando definindo a competência administrativa do guarda mór, colocou-se que o mesmo podia mandar fazer expedições para novas descobertas auríferas, bem como ir à guerra contra os índios que com certeza ainda incomodavam bastante os bandeirantes, agora transformados em fiscadores de ouro.

18 - “...e visto elegeram o dito lhe acataram o respeito...”

Tendo a vista a eleição democrática e em voz alta a que se procedeu, e com certeza, por unanimidade foi escolhido Pascoal Moreira Cabral para guarda mór, essa eleição lhe dava respaldo e fazia com que os bandeirantes-eleitores teriam para com ele o máximo respeito, e faria ainda com que as suas ordens fossem acatadas, respeitadas e executadas. Todos lhe acatariam e obedeceriam.

19 - “...que poderá tirar auto contra aqueles que forem régulos como é amotinador e alevés...”

Continuando definindo as atribuições e competências do guarda mór, informa que poderá tirar autos de devassa, tal seja, abrir inquéritos contra criminosos, ladrões, insufladores, amotinadores e enquadrá-los devidamente dentro das normas legais penais. “Alevés” quer dizer traidores.

20 - “...que expulsará e perderá os seus direitos...”

Enquadrando-os nas penas da Lei, o guarda mór poderá expulsar tais indivíduos das minas recém descobertas decretando ainda as perdas dos

direitos que porventura tiverem sobre datas auríferas que estiverem minerando.

21 - “...e mandará pagar dívidas...”

O escrivão no caso pretende dizer que o guarda mór no caso de expulsão do criminoso, poderá determinar a venda de seus bens pessoais tais como ouro, rancho, armas, pólvora, utensílios, etc, para pagamento de dívidas que por acaso o mesmo tivesse contraído nas minas.

22 - “...e nenhum se recolherá até que venha o nosso enviado Capitão Antônio Antunes...”

Por essa ata, condensando a opinião de todos os presentes na reunião, convencionou-se que não se recolherá à Real Fazenda nenhum tipo de imposto, ou quintos de ouro, até que tal assunto venha perfeitamente definido com o retorno do enviado Antônio Antunes Maciel. O guarda mór recém eleito cuidaria do cumprimento desse acordo feito com os bandeirantes mineiros.

23 - “...de que todos levamos a bem...”

Expressam os bandeirantes presentes à reunião a concordância unânime com os precisos acertos lavrados no dito termo de certidão pelo escrivão Manoel dos Santos Coimbra, dando todos assim, o seu acordo no tal arranzel.

24 - “...oito de abril de mil setecentos e dezenove...”

Confirma pela segunda vez, nesta segunda parte do termo lavrado, a data da reunião, como a mesma data aposta na primeira parte.

25 - “...e eu Manoel dos Santos Coimbra escrivão do Arraial que escrevi,
Pascoal Moreira Cabral.”

Confirma a condição de Manoel dos Santos Coimbra designado escrivão do arraial recentemente estabelecido, talvez por ser o mais letrado dentre os bandeirantes ali presentes. Tudo indica que, somente o escrivão e Pascoal Moreira Cabral assinaram essa segunda parte da data.

VI

ÍNDICE BIOGRÁFICO DOS NOMES MENCIONADOS NA ATA

A Ata referida, embora pouco extensa, é rica em nomes próprios de homens que de uma forma ou de outra tiveram relação com os primeiros anos de Cuiabá e ficaram dessa maneira, registrados na história mato-grossense.

Além dos 22 bandeirantes pioneiros cujas assinaturas foram apositas diretamente nos originais da ata, conforme nos transcreve José Barbosa de Sá, encontramos também explicitamente duas referências ao Capitão Antônio Antunes Maciel, na qualidade de emissário dos bandeirantes para dar as notícias do novo descoberto de ouro, e ainda a menção ao Capitão General que à época tinha jurisdição sobre as minas, no caso D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar. Mencionando ainda Sua Magestade, estava o escrivão se referindo a D. João V.

Assim, faz o histórico documento referência a 25 nomes que abaixo relacionamos, acompanhado de um pequeno arrazoado biográfico para cada um desses nomeados.

ALBERTO VELHO MOREIRA - Paulista, engajado desde 1716 na bandeira de Pascoal Moreira Cabral, assinou a Ata de 8 de abril de 1719 e ainda o Termo de 6 Novembro de 1720.

ANTÔNIO ANTUNES MACIEL - Filho de João Antunes Maciel e Joana Garcia, nasceu em fins do século XVII em Sorocaba, São Paulo. Casou-se em 1711 em Sorocaba com Maria Paes Domingues e teve seis filhos. Era alferes e posteriormente teve a patente de Capitão e em 16 de abril de 1733 a de Coronel, passada pelo Conde de Sarzedas. Em cerca de

1715 seguiu para os sertões juntamente com seus irmãos e no ano seguinte de 1716 ou 1717, encontrou-se nas margens do rio Mbotetei, hoje rio Miranda, com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral. Unidas as forças, com este bandeirante subiu o Cuiabá até às margens do Coxipó para prear os índios Coxiponés. Com a descoberta de ouro, foi designado portador da notícia das novas minas ao Capitão General Pedro de Almeida Portugal. Deve ter retornado às minas em 1721. Posteriormente, em 1727, realizou bandeira juntamente com seu irmão Felipe Antunes Maciel contra os índios Parecis. Em 1733 combateu contra os Paiaguás em expedição preparada pelas autoridade cuiabanas, sob o comando do Mestre de Campo Manoel Rodrigues de Carvalho, para tentar por fim aos ataques desses índios às monções que vinham de São Paulo. Juntamente com seus irmãos João, Gabriel e Felipe, teve destacada vida em São Paulo, Sorocaba e Cuiabá. Faleceu em Sorocaba em 1745.

ANTÔNIO GARCIA VELHO - Paulista nascido em Guaratinguetá, era irmão do Sargento Mór João Garcia Velho. Saiu de Sorocaba em 1716 com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, acompanhando-o em suas incursões pelo rio Mbotetei e depois, em 1718, pelos rios Cuiabá e Coxipó, atrás dos índios Coxiponés. Faleceu provavelmente em Cuiabá.

ANTÔNIO MOREIRA - Um dos bandeirantes que acompanhou Pascoal Moreira Cabral desde Sorocaba, passando pelo Mbotetei, até a fundação do Arraial de Cuiabá, sendo um dos assinantes da referida Ata. Paulista de Itu, nessa cidade casou-se com Maria da Silva Aguiar, com quem teve 6 filhos. Faleceu em Jacareí, São Paulo, em 1734. Não se sabe quando saiu de Cuiabá, mas em 6 de Novembro de 1720 assinou o Termo feito pelos bandeirantes que se achavam nas minas, pelo qual consta a eleição de Fernando Dias Falcão para Cabo Maior das Minas e a confirmação de Pascoal Moreira Cabral como Guarda Mór do arraial.

ANTÔNIO RIBEIRO - Seu nome completo era Antônio Gonçalves Ribeiro, filho de Antônio Gonçalves Ribeiro e de Maria Leme da Silva. Paulista de nascimento, assinou, além da Ata, o Termo de 6 de novembro de 1720, não se tendo mais nenhum registro de sua vida.

ASCENÇO FERNANDES - A história não proporcionou qualquer registro a respeito desses bandeirante, a não ser a sua assinatura na Ata de 8 de abril de 1719.

BALTAZAR RIBEIRO NAVARRO - A única indicação que nos dá a historiografia a seu respeito é a sua assinatura aposta ao texto da Ata de 8 Abril de 1719.

DIOGO DOMINGUES - Chegou à região do Coxipó em 1719 com Pascoal Moreira Cabral. Assinou a ata em 1719, e em 1733 combateu os Paiaguás em pleno pantanal sob o comando do Mestre de Campo Manoel Rodrigues de Carvalho.

FRANCISCO DE SEQUEIRA - Ou Francisco de Siqueira, nascido em Parnaíba, São Paulo, filho de Francisco de Siqueira de Mendonça e Joana Leme de Brito, casou-se com Maria Leme da Silva. Chegou a Cuiabá em 1718 com Pascoal Moreira Cabral. Em 6 de novembro de 1720 assinou o Termo lavrado nesse ano nas minas cuiabanas.

INÁCIO PEDROSO - Chegou à Cuiabá com os primeiros bandeirantes que aportaram a região, provavelmente em 1718. Em 1733 combateu os índios Paiaguás na expedição comandada pelo Mestre de Campo Manoel Rodrigues de Carvalho.

D. JOÃO V - Rei de Portugal - A Ata referida menciona expressamente “*Sua Real Magestade*” por duas vezes em sua primeira parte. Na época o Rei de Portugal era D. João V, que governou o Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves de 1706 até 1750, quando faleceu e passou o trono para D. José I. Todos os atos administrativos importantes relativos às minas de Cuiabá e Mato Grosso até 1750, foram por ele autorizados. Dentre suas realizações em favor de Mato Grosso, temos a criação da capitania de Mato Grosso por Carta Régia de 9 de Maio de 1748, e ainda as gestões para a criação da prelazia de Cuiabá pelo Papa Bento XIV, através da Bula

Candor Lucis Aeternae em 8 de Dezembro de 1745. Graças à diplomacia e ao gênio político de seu Primeiro Ministro Alexandre de Gusmão, é que hoje devemos a consolidação de nossas fronteiras pelo Tratado de Madrid. Seu Reinado foi marcado por Tratados de Paz entre França, Espanha, o reatamento com o Vaticano, bem como a finalização do Tratado de Madri a 13 de janeiro de 1750.

JOÃO DE ANHAIA LEMOS - Nascido em Itu, filho de Garcia de Lemes e Maria de Almeida. Em princípios do século XVIII já buscava minas de ouro no interior da Capitania de São Paulo. Em 1710 ainda era morador da vila de Itu, sua terra natal. Saiu de Sorocaba em 1716 com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral para os sertões do Mbotetei e depois seguiu para Cuiabá. Diz Silva Leme que João de Anhaia Lemos, quando retornava para São Paulo, morreu em 1723 em combate com os índios Paiaguás de acordo com um livro de registro de óbitos de Itu. Todavia em suas crônicas, Barbosa de Sá, somente nos relata a monção de retorno do Padre André dos Santos Queiróz, carregada com os primeiros quintos pagos pelas minas de Cuiabá, como tendo sido a única nesse ano de 1723 a sair das minas para São Paulo. E essa expedição não consta ter sido atacada pelos Paiaguás.

JOÃO MOREIRA - Nasceu em Sorocaba cerca de 1680, filho de Belchior Moreira e Ana de Alvarenga. Casou-se em Sorocaba em 1703 com Clara Domingues com quem teve 6 filhos. Dois de seus filhos casaram-se na família Sutil de Oliveira de Sorocaba. A história nada mais registra a seu respeito.

JOSÉ FERNANDES - A historiografia matogrossense apenas o registra como um dos bandeirantes que assinaram a Ata de 1719.

JOSÉ PAIS DA SILVA - Anotado por Joaquim da Costa Siqueira como José da Silva Pais. O termo de 6 de novembro de 1729, registra a assinatura de um José Paes. Todavia nem a história nem a genealogia paulistana anota qualquer dessas 3 grafias de nomes em seus registros.

MANOEL FERREIRA - A história e a genealogia paulistana nos registram um certo Manoel Ferreira, natural de Itu, filho de Pedro Cordeiro de Almada e de Catarina de Mendonça, que desde 1716 andava pelos sertões a prear índios com a bandeira dos Antunes Maciel. São fortes os indícios de ser esse o mesmo que, em 1719, ainda em companhia dos irmãos Antunes Maciel e Pascoal Moreira Cabral, deixou a sua assinatura na ata de fundação do arraial.

MANOEL FERREIRA DE MENDONÇA - Natural de Sorocaba, filho de Jorge Ferreira de Mendonça e de Domingas Ribeiro, casado com Catarina de Torres, filha do notável bandeirante paulista Cunha Gago. Teve 4 filhos. Nada mais a história e a genealogia deixou registrado a seu respeito.

MANOEL GARCIA VELHO - Nascido em Taubaté em 1665, filho do Capitão Manoel Garcia Velho e Helena Rodrigues. Em 1718 assinou a Ata de Fundação de Cuiabá e em 6 de novembro de 1720 assinou também o termo já antes mencionado. Em 15 de agosto de 1719 assinou um termo juntamente com Manoel dos Santos Coimbra e Pascoal Moreira Cabral, pelo qual é designado guarda-menor das Minas de São João e Santo Antônio, na região do vale do Coxipó. Desconhecem-se mais dados sobre o mesmo sertanista.

MANOEL PEDROSO LOUSANO - O historiador Carvalho Franco o dá como paulista e um dos descobridores das minas do Cuiabá. Nada mais a história registrou a seu respeito.

MANOEL RODRIGUES MOREIRA - Natural de Taubaté, filho de Manoel Rodrigues Moreira e de Maria Bicudo. Casou-se com Ana Ribeiro Leme em Taubaté em 1699, e teve 9 filhos. Assinou o já mencionado Termo de 6 de novembro de 1720. Andou pelas minas do Cuiabá até cerca de 1728, quando retornou para São Paulo. Faleceu em São Paulo em 1766 em adiantada idade.

MANOEL DOS SANTOS COIMBRA - Sertanista, paulista certamente, vinha acompanhando Pascoal Moreira Cabral desde a partida de sua bandeira de Sorocaba em 1716. Por ser talvez o mais letrado e face sua amizade com o Capitão Mór, foi escolhido como escrivão do arraial recém criado. Redigiu a Ata de 8 de abril de 1719, bem como outro documento de 15 de Agosto de 1719. Em 6 de novembro de 1720, por um termo de assentada lavrado nas minas do coxipó, o escrivão a redigir tal termo foi Inácio Preto de Moraes. É muito curta a passagem de Manoel dos Santos Coimbra pela história de Cuiabá, sendo o seu registro tão somente no ano de 1719, não se sabendo sobre o seu destino em terras matogrossenses.

PASCOAL MOREIRA CABRAL LEME - Filho do Coronel Pascoal Moreira Cabral e de Mariana Leme, esse intrépido bandeirante nasceu em Sorocaba em 1654. Desde cedo iniciou as suas penetrações pelos sertões preando índios. Em 1682 fazia parte da bandeira de André Zunega, seu parente, na região do que restara das Missões Jesuíticas dos Itatins, às margens do rio Mboteteí, depois Rio Mondego, hoje Rio Miranda. Face os perigos da região, lá instalaram um arraial cercado por paliçada e devidamente fortificado com duas “*pecinhas*” de artilharia. Em 1699 esteve na região de Curitiba com vários outros bandeirantes, inclusive o posteriormente famoso Miguel Sutil de Oliveira, incursionando em pesquisa de ouro e de pedras preciosas. Em 1716 armou a sua própria bandeira e partiu novamente para a região do Mboteteí, onde passou por quase 2 anos fazendo incursões contra os índios da região. Nesse local encontrou-se com a bandeira dos irmãos Antunes Maciel e com ela uniu seus esforços para subir o rio Cuiabá. De Antônio Pires de Campos obteve informações sobre os índios Coxiponés, Cuiabá acima, que habitavam por todo o vale do Coxipó. Tendo fracassado na tentativa de escravização desses índios, acabou por descobrir ouro abundante nas margens desse córrego. Fundou sucessivamente os arraiais de São Gonçalo Velho em sua terceira ocupação, Forquilha e Cuiabá. Em 8 de abril de 1719 foi eleito guarda mór das minas recém descobertas. De acordo com termo de 6 de novembro de 1720, pelo povo reunido foi confirmado nesse cargo. Oficialmente essa

confirmação só chegou a 26 de abril de 1723, por ato do Capitão General Rodrigo César de Menezes, sendo tal designação sido aprovada por ato de D. João V de 28 de julho 1725. Pascoal Moreira Cabral casou em 1692 em Itu com Isabel de Siqueira Cortes, com quem teve dois filhos, sendo um de igual nome. De acordo com provisão do Capitão General Caldeira Pimentel de 19 de junho de 1730, este resolveu nomear a Antônio de Almeida Lara como guarda mór das minas de Cuiabá, pelo prazo de 1 ano, “*por estar ausente delas Pascal Moreira Cabral, que pelos muitos anos e achaques vive retirado das ditas minas...*” Em 19 de Dezembro de 1731, D. João V remete Carta Régia ao Capitão General Caldeira Pimentel, nomeando Tomé de Gouveia Silva e Quiroga como guarda mór das minas de Cuiabá, dizendo textualmente: “*Faço saber a vós, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, Governador da capitania de São Paulo, que os oficiais da Câmara da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá me representaram em carta de 29 de junho do ano passado, que no mesmo ano falecera Pascoal Moreira Cabral, guarda mór daquelas minas...*”. Assim o grande bandeirante paulista, intrépido sertanista fundador de Cuiabá, faleceu nessa cidade em junho de 1730, com 76 anos de idade.

PEDRO DE ALMEIDA PORTUGAL - Conde de Assumar - A Ata fala expressamente por duas vezes em “*Senhor General*”, que outro não é senão D. Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, Capitão General e Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Essa Capitania fora criada em 1710, com séde em Vila do Carmo, nas Minas Gerais. O Conde Assumar tomou posse na administração do governo em 14 de setembro de 1717, governando até 4 de setembro de 1721, com criação da Capitania de São Paulo e a posse do novo Capitão General Rodrigo César de Menezes. D. Pedro de Almeida Portugal, fidalgo português, foi posteriormente agraciado com o título de Marques de Castelo Novo e ainda nomeado vice Rei da Índia em 1744. A descoberta das novas minas do Coxipó por Pascoal Moreira Cabral e seus bandeirantes, deu-se ao tempo de sua jurisdição administrativa.

PEDRO DE GODOI - Denominado por Joaquim da Costa Siqueira em suas "*Crônicas do Cuiabá*" de Pedro de Gois. Segundo Carvalho Franco, parece ter sido o mesmo Pedro Correia de Godoi, filho de Baltazar de Godoi Bicudo e de Ines Dias de Alvarenga, casado com Ana de Borba, irmã do bandeirante Borba Gato. Foi um dos descobridores do Ribeirão do Carmo, sendo que em 1702 ainda continuava pelas Minas Gerais. Em 1715 estava casado novamente em Itu com Isabel Campos Bicudo, com quem teve 3 filhos, sendo que uma delas, Maria de Campos casou-se em Cuiabá com João Coelho da Fonseca. Parece ter sido um dos pioneiros da região, tendo acompanhado a bandeira de Pascoal Moreira Cabral desde 1716 e em Cuiabá realmente deve ter se estabelecido e aí terminado os seus dias.

SIMÃO RODRIGUES MOREIRA - A história tão somente registrou a sua assinatura na ata de 8 de abril de 1719 e no termo de 6 de dezembro 1720, nada mais anotando acerca desse sertanista.

VII

INDÍCIOS DA ATA TER SIDO LAVRADA APÓS A DATA QUE MENCIONA

Quando se escreve e produz história, há que se trabalhar em cima de hipóteses, em especial quando da análise documental de dados relativos a datas, personagens e fatos que podem suscitar dúvidas ou mesmo quando apresentam incoerências factuais.

No caso específico da Ata de Fundação da cidade de Cuiabá, numa crítica e em observação mais atenta, há pelo menos duas contradições com relação à cronologia histórica dos princípios da ocupação da região cuiabana, bem como mais um ponto digno de maior ponderação e estudo.

E em se analisando essas duas contradições históricas e esse ponto a ponderar, podemos deduzir que existem indícios muito fortes de que a Ata referida possa ter sido redigida alguns anos após a data por ela mencionada, tal seja, o 8 de abril de 1719, por todos até hoje aceita de forma incontestante.

São argumentações precisas e contundentes acerca da referida ata, no tempo e no espaço em que foi redigida e registrada pelos bandeirantes pioneiros desta terra cuiabana.

Senão vejamos:

1 - “*ARRAYAL DO CUYABA*”

Cronologicamente está devida e historicamente comprovado que Pascoal Moreira Cabral chegou à esta região, no denominado sítio de São Gonçalo Velho em 1718. Em 1721 o acampamento foi trasladado para o Arraial da Forquilha, Coxipó acima, e finalmente, em outubro de 1722,

novamente mudou-se para as Lavras do Sutil, situada às margens do córrego da Prainha, hoje centro da cidade de Cuiabá.

Assim, na data de 8 de abril de 1719, aposta na ata como sendo a da sua elaboração e assinatura, estava Pascoal Moreira Cabral e seu “*troço de guerra*”, devidamente arranchado em São Gonçalo Velho.

Nesse ponto é a própria Ata muito clara quando textualmente nos afirma “... *para noticia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó...*”. Desta forma, sem dúvida, estavam os bandeirantes às margens do Coxipó quando se deu a tal “*junta*” para redação e assinatura da Ata.

Há registros históricos, que no período de 1718 à 1721, remetiam os povoadores suas correspondências datando-as de:

- Arraial de São Gonçalo (S.Gonçalo Velho)
- Arraial do Carandá (possivelmente o mesmo S.Gonçalo)
- Minas do Coxipó (S.Gonçalo ou Forquilha)
- Arraial do Coxipó (S.Gonçalo ou Forquilha)
- Arraial da Forquilha

Não se encontra qualquer registro de que entre 1718 e 1721 escreviam do Arraial do Cuiabá ou mesmo recebiam correspondência endereçada a uma localidade com esta denominação.

Pelo menos nos arquivos de Cuiabá e de São Paulo não existem tais documentos.

O primeiro documento de que se tem notícia e que expressamente menciona o termo Cuiabá, é um bando expedido por D. Rodrigo César de Menezes de São Paulo em 23 de setembro de 1721, em que autoriza se apresentem pessoas para tentar “... *abrir se o caminho pelo sertão para as novas minas do Cuiabá...*”. A essa época os bandeirantes estavam arranchados ainda no arraial da Forquilha.

Pedro Taques nos transcreve documento a que ele próprio resolveu dominar de “*TERMO QUE FIZERAM OS PRIMEIROS EXPLORA-*

DORES QUE SE ACHARAM NAS MINAS DE CUIABÁ”, datado de 6 de novembro de 1720. Todavia, salienta-se, o título desse documento foi dado pelo historiador paulista. Taques dessa forma identifica o documento como uma referência, como uma mera apresentação do mesmo para fins de publicação e não como um título. Da mesma forma Toledo Piza resolveu chamar o histórico cronológico de Joaquim da Costa Siqueira de “*Crônicas do Cuiabá*” e como tal o publicou. Afonso de Taunay também resolveu chamar uma carta de Diogo de Toledo Lara Ordonhez de “*Carta de um Passageiro de Monção*”, e com esse título a mesma foi publicada.

Mas apesar dessa informação constatada, tal seja a não menção do nome Cuiabá em cartas, correspondências e ofícios, salienta-se, a Ata fala expressamente em “*Arraial do Cuiabá*”. Eis a incongruência notada.

Em abril de 1719 os bandeirantes estavam no Arraial de São Gonçalo Velho, podendo ser ainda ainda Arraial do Coxipó ou Minas do Coxipó. Com esses nomes a história registrou o local em que estavam arranchados com o seu Arraial.

Positivamente à época eles não chamavam o local de Arraial de Cuiabá. Este nome somente surgiu posteriormente, quando os bandeirantes estavam no arraial da Forquilha, antes mesmo da descoberta das Lavras Sutil em outubro de 1722, quando também, a partir de então, começou efetivamente a ser conhecida e chamada de Lavras do Cuiabá e Minas do Cuiabá.

Efetivamente, começaram a chamar os arranchamentos e povoados, de Minas do Cuiabá, e assim, referiam-se à toda região do rio Cuiabá, numa prova cabal de que, do nome do rio originou-se o nome da hoje cidade de Cuiabá.

Em sendo assim, como se explicaria um Ata de 1719 constar uma denominação que só seria efetivamente conhecida como tal cerca de 2 anos depois.

Seria esse um forte indício de que a tal ata assinada em 1719 teria sido realmente elaborada após essa data.

2 - "...INVOCÇÃO DE NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA..."

Positivamente está demonstrado que Pascoal Moreira Cabral estava arranchado desde 1718 na confluência do Rio Cuiabá com o Coxipó, no Arraial de São Gonçalo Velho.

A essa época a denominação São Gonçalo era já quase histórica, pois assim fora cognominada cerca de 4 décadas antes por Manoel de Campos Bicudo, por ocasião de sua bandeira em fins do século XVII, em busca das Minas dos Martírios.

Antônio Pires de Campos, quando já adulto a esse local retornou em 1717/1718, obviamente lembrando-se da localidade, reafirmou o nome de São Gonçalo Velho, pois anteriormente, na expedição do século XVII, quando aí esteve ainda menino em companhia de seu pai, aquela confluência de rios foi batizada de São Gonçalo.

A religiosidade desses homens rudes era espantosa. O respeito à religião, à igreja, a seus ministros e a seus santos era indiscutível.

Como já mencionado, no decorrer de dois anos e meio em que os bandeirantes estiveram efetivamente acampados no Arraial de São Gonçalo Velho, provavelmente, fruto dessa religiosidade, os seus habitantes devem ter erigido uma capela, ou mesmo um simples rancho para local de suas preces e promessas. Um simples local para a sua extremada devoção.

Quanto mais que em 1721, conforme nos relata o sempre mencionado José Barbosa de Sá, chegaram nesse ano os religiosos Frei Florêncio dos Anjos, da Ordem dos Carmelitas, o Padre Jerônimo Botelho e o Padre André dos Santos Queiróz, ambos do hábito de São Pedro e ainda o Frei Pacífico dos Anjos, franciscano.

E 4 padres sem nenhuma capela é coisa difícil de se entender. Alguma pequena e modesta igreja, alguma capela ou simples altar, algum rancho para a devoção e celebração religiosa devia haver naquele Arraial. Isso não tem dúvida. E em havendo tal, deveria ter sido erigida por invocação de São Gonçalo, o santo padroeiro do local, batizado com esse nome há já pelo menos 40 anos antes. Se o local era chamado de São

Gonçalo, obviamente a capela possivelmente existente deveria ter sido erigida em invocação desse mesmo santo protetor.

Posteriormente, nesse mesmo ano de 1721, foi efetivada a mudança da população do Arraial de São Gonçalo para o local denominado Forquilha. A esse respeito José Barbosa de Sá nos diz: “... *mudaram-se todos para o Coxipó acima lugar chamado Forquilha aonde formaram Arraial e levantaram igreja com o titulo de Nossa Senhora da Penha de França...*”.

Assim é que, somente no Arraial da Forquilha em 1721, dois anos após a data mencionada na Ata, é que se erigiu Capela por invocação de Nossa Senhora da Penha de França.

Assim houve capela no arraial de São Gonçalo Velho e a invocação seria a deste mesmo santo já padroeiro histórico do lugarejo, e já no Arraial da Forquilha erigiu-se capela em louvor a Nossa Senhora da Penha de França.

Fica difícil explicar como poderia a Ata de 8 de abril de 1719 mencionar em seu bojo Capela de Nossa Senhora da Penha de França que seria efetivamente erigida dois anos após, em 1721, em um outro arraial, Forquilha, que ainda não existia em 1719.

Mais uma vez fica demonstrado um outro indício bem acentuado de que a Ata possa ter sido lavrada após 1719.

3 - ASSINATURAS AUSENTES NA ATA

Não se sabe ao certo a quantidade de homens que com Pascoal Moreira Cabral vieram a ter no Coxipó. Em correspondência que enviou ao Rei de Portugal em 15 de Julho de 1722, o bandeirante assinalou: “...*em como ando há seis anos nestes sertões, ocupado no Real serviço de V.M. trazendo em minha companhia cinquenta a seis homens brancos fora escravos sustentando-os a minha custa, conquistando reinos gentios... Ao depois de perder um filho e quinze homens brancos e alguns escravos que os mataram e comeram o gentio...*” Assim vemos que, em

cerca de 1716, ao andar pelo rio Mbotetei, Pascoal Moreira tinha consigo 56 homens brancos e mais escravos. Menos 16 que perdeu, ao chegar ao Coxipó devia ter tão somente 40 brancos e mais escravos.

Outrossim, de acordo com certidão por ele próprio expedida e retro em parte transcrita, só com a bandeira de Fernando Dias Falcão, que veio em seu socorro no idos de 1718, estavam 130 homens de guerra, fora os componentes da bandeira dos irmãos Antunes Maciel, em quantidade ignorada. Juntadas as três expedições, deviam compor essas bandeiras unificadas pelo menos de 170 à 200 homens brancos no mínimo. Esses homens todos fundaram o Arraial de São Gonçalo Velho.

Mas porque, com duas centenas de homens, somente 22 deles assinaram a Ata?

Barbosa de Sá nos diz que “...e juntos os que ficaram mandaram escrever um arranzel para seu regime...” Assim, entende-se que todos, absolutamente todos, os que estavam no arraial “*mandaram*” lavrar a tal ata. E por que todos não assinaram?

Bem, uma parte era analfabeta, outros estavam atrás do ouro, outros preocupados com os índios. Mas o dia 8 de abril de 1719 deveria ter sido um dia de festa, um dia que tal solenidade deveria marcar a importância da data e como tal, seria uma ocasião previamente marcada e ansiosamente esperada. Assim, se houve “*junta*” de alguns chefes, houve reunião para todos que deveriam estar no Arraial aguardando com alguma curiosidade, ansiedade e alegria aquela simples solenidade. Pela primeira vez uma festa no arranchamento pioneiro.

E sendo assim, porque a ausência de Fernão Dias Falcão quando exatamente ele quem foi chamado com seus 130 homens de guerra, para socorrer Pascoal Moreira em suas aperturas com os índios e a quem o bandeirante devia a sua própria vida. Seguramente ele estava o arraial e não assinou a ata.

Quanto a Antônio Antunes Maciel, a própria Ata nos dá conta de que ele estava em São Paulo dando notícia e levando “*petição*” do guarda

mór ao Capitão General, acerca das descobertas das novas minas. Mas seu irmão e primo, estavam em São Gonçalo, e também não encontramos as suas respectivas assinaturas na referida Ata.

Temos Miguel Sutil de Oliveira, companheiro de Pascoal Moreira desde a bandeira de 1699 em terras curitibanas. Porque este sertanista não teve a sua assinatura aposta na ata referida?

Segundo nos conta Toledo Piza no Anexo B do volume XIII da coleção Documento Interessantes, “*Para Cuiabá seguiu muita gente anônima, porém no meio dela foram muitos cidadãos importantes por sua família, riqueza e posição social*” e cita Jacinto Barbosa Lopes, que chegou mesmo a ser Capitão Mór de Cuiabá e Provedor dos Quintos anos depois, Braz Mendes Paes, que fora Capitão Mór de Sorocaba e ainda a Gaspar de Godoy Moreira. E porque esses três também não assinaram aquela ata?

São perguntas e colocações pertinentes, mas praticamente impossíveis de serem respondidas documentalmente.

A ausência de assinatura de determinados bandeirantes que estavam no arraial, que não eram analfabetos, e a quem o guarda mór devia mesmo até a própria vida como ele mesmo afirmou, seus companheiros de décadas, constituem mais um indício de que a ata perfeitamente poderia ter sido lavrada não em 1719, mas após 1722, quando esses homens não mais estavam por lá.

Diogo de Toledo Lara Ordonhez, contemporâneo e amigo próximo de Joaquim da Costa Siqueira, o qual copiara a “*Relação ...*” de José Barbosa de Sá, em seus preciosos comentários e notas apostas à margem dos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá, também põe em dúvida a autenticidade da ata e dá indícios de uma suposta farsa. Textualmente nos diz Ordonhez: “*E não sei onde foi o autor José Barbosa de Sá buscar, para copiar, estes termos ou assinados, nos quais se não faz menção do dito Fernando Dias...*”. Refere-se Ordonhez, não saber onde o cronista Barbosa de Sá encontrou a dita e hoje conhecida ata de fundação de

Cuiabá. Ordonhez, conforme livro que já publiquei a respeito, “*DIOGO DE TOLEDO LARA ORDONHEZ - SALVAMENTO DE SUA MEMÓRIA E OBRA*”, foi o primeiro historiador que realmente pesquisou a fundo a história cuiabana. Para fazer os comentários nos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá, na qualidade de Presidente desse Senado, precisou consultar arquivos, documentos, livros, atas, registros e tombos, para abalisar o seu parecer.

Assim, com tanto estudo, com as informações pessoais que obviamente lhe dera Joaquim da Costa Siqueira, e a proximidade no tempo, tanto com os primeiros pioneiros e o contato com pessoas que conheceram intimamente Barbosa de Sá, munido de informações que desconhecemos, tudo levou o Juiz de Fora Diogo Ordonhez a lançar a primeira dúvida com relação à autenticidade da ata, bem como a dar corretamente o primeiro dado, a falta da assinatura de Fernando Dias Falcão, como sendo indício de incorreção histórica. Mas o fato é que, em suas pesquisas realizadas em 1786, Ordonhez não mais encontrou os originais da ata, e isso tão somente 30 anos após Barbosa de Sá dizer tê-la copiado de originais existentes em arquivos cuiabano.

Todavia, indícios são indícios, não se constituindo em provas que demonstrem uma inverdade histórica insofismável em que se possa plenamente afirmar ser a ata de 1719 uma farsa.

Os indícios são fortes, são convincentes, são significativos, todavia são realmente insuficientes para que se queira com base neles mudar-se a história cuiabana, pela primeira vez escrita em 1755 pelo cronista licenciado José Barbosa de Sá.

Mas com base nesses indícios, a história da ata, nos contada por José Barbosa de Sá em sua “*Relação...*”, já não fica mais tão tranqüila, tão mansa e pacífica, tão inquestionável assim.

VIII

HIPÓTESES PARA UMA POSSÍVEL FARSA

1 - HIPÓTESE ADMINISTRATIVA:

Dessa forma explanado, é perfeitamente possível que a Ata de Fundação de Cuiabá haja sido realmente redigida não em 8 de Abril de 1719, mas sim anos depois.

Somente esse fato poderia explicar o erro de se chamar o Arraial de São Gonçalo Velho de Arraial de Cuiabá, ainda e a invocação da Capela de Nossa Senhora da Penha de França que fora erguida tão somente em 1721, bem como a ausência de assinaturas de notáveis da época na ata referida.

Mas se for assim, porque esse engôdo e essa farsa toda?

Talvez a autoridade colonial portuguesa, representada no caso pelo Capitão General que tinha as novas minas sob sua jurisdição, face a burocracia administrativa e o formalismo cartorial exigir esse tipo de ato formal para até mesmo demonstrar e provar as conquistas e a consolidação das fronteiras do Reino de Portugal em terras da coroa castelhana.

Não podemos nos esquecer, que à época estava valendo o Tratado de Tordesilhas, e as minas cuiabanas estavam situadas muito além das 100 léguas de Cabo Verde definidas como limite português por esse Tratado.

Um documento como esse, uma ata lavrando a descoberta de minas de ouro e fundação de arraial, era uma prova incontestada do “*uti possidetis*” português na política de expansão de suas fronteiras coloniais.

A própria ata nos afirma textualmente que “...e para que a todo o tempo vá isto a notícia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos...”. Tal seja, uma sintomática preocupação de

comunicação da descoberta para que, no futuro, os governos de Sua Magestade não pudessem perder os seus direitos sobre o domínio pleno sobre a vasta e desconhecida região matogrossense.

E sem dúvida a preocupação institucional para, desde então, comprovar documentalmente o “*uti possidetis*” português, que anos depois seria alegado por Alexandre de Gusmão na ocasião das negociações do Tratado de Madri, que delimitou as fronteiras dos dois reinos ibéricos em terras tropicais.

Outrossim, talvez tal documento também pudesse administrativamente demonstrar e instruir processos junto ao Conselho Ultramarino visando institucionalização de medidas tais como a criação de Capitania, de Juizados, de Prelazia e outras repartições coloniais importantes.

Por isso, essa prática era adotada, e quando algum Capitão General percebeu esse lapso, não teve dúvida em redigir, “*a posteriori*” tal documento. Dessa forma explica-se o erro de denominação do local, o lapso da invocação da Santa protetora e a ausência das assinaturas de personagens importantes.

O fato é que, por um motivo ou por outro, realmente a Ata de 1719 possa mesmo ter redigida anos após, senão não haveriam necessariamente tais lapsos, não faltariam tais assinaturas.

2 - ATUAÇÃO DE JOSÉ BARBOSA DE SÁ:

Há ainda uma outra hipótese a comentar, suscitada face os fortes indícios retro mencionados.

José Barbosa de Sá, o primeiro cronista do passado colonial cuiabano, pelo que nos legou, mostra-se um tanto presunçoso, cabotino e irreverente .

Virgílio Corrêa Filho nos transcreve uma frase de sua autoria, que não deixa de ser uma pérola da historiografia matogrossense; “...*não*

careço de textos e autoridades para provar o que digo, que para autor, basto eu, e quem o duvidar, mostre o contrário, saia a campo que na palestra estou”.

Isso por si só demonstra que o seu cabotinismo chega às raias do ridículo.

Donde se pergunta: Não teria por acaso sido o próprio Barbosa de Sá o inventor da Ata de Fundação de Cuiabá?

Quem lê com atenção a sua “*Relação...*” chega e atravessa as duas partes em que se divide a Ata mencionada sem perceber nem de leve qualquer mudança no estilo que vinha mantendo o cronista em sua cronologia histórica. O estilo é o mesmo arrevezado, a linguagem atravessada, a falta de pontuação dificultando o entendimento e a compreensão do sentido das frases. Não se consegue distinguir o que é crônica de Barbosa de Sá do que é a Ata por ele copiada. Tudo o mesmo estilo.

Não teria por acaso, com o brilhantismo de sua inteligência, a vastidão de sua cultura bem acima da média cuiabana de então e a sua eterna preocupação com o registro, chegado ele a inventar ter copiado a Ata de um original, quando na realidade ele próprio entendeu escrever tal documento em 1755?

Isso também poderia explicar o erro do nome do local, o lapso da invocação religiosa e a ausência de nomes que deveriam ter assinado o termo ainda em 1719.

Daí a necessidade de afirmar, antes e depois da transcrição, ter copiado a Ata do próprio original. Ênfase demais, explicação demais, como a ocultar adrede alguma inverdade histórica. Antes da ata: “*...que é o seguinte copiado do mesmo original*”, e depois da transcrição: “*Por esta escrita aqui copiada do próprio original...*”

Na realidade Barbosa de Sá não era muito de transcrições, pois em sua relação além da Ata, somente transcreveu um Decreto de D. João V. a respeito do enforcamento de um escravo, sem qualquer importância

histórica. A bem da verdade, o cronista deixou de transcrever documentos importantes para nossa história tais como a elevação de Cuiabá à categoria de Vila em 1º de janeiro de 1727, a Carta Régia de Criação da Capitania de Mato Grosso de 9 de maio de 1748, a Ata de Fundação de Vila Bela de 19 de março de 1752 e a Bula Candor Lucis Eternae criando a Prelazia de Cuiabá em 8 de dezembro de 1745.

Porque se preocupou em transcrever tão somente o documento de fundação de Cuiabá e omitindo outros de real importância para o histórico cronológico dessa cidade?

Porque no caso, a decepção ao verificar a não existência de tal documento, a sua preocupação com o registro aliada ao cabotismo próprio de sua personalidade, deve tê-lo feito inventar o fato e redigir tal Ata. E assim, inventou tê-la copiado de original inexistente que dissera ter encontrado e inseriu o termo de sua própria redação no bojo de suas crônicas históricas.

Por isso o mesmo estilo observado e a explicação para os erros cometidos e as ausências de nomes anotadas. Anos depois dos fatos passados, sem querer cometeu esses pequenos deslizes que ora apontamos.

Assim, levantamos indícios, damos detalhes que por si só representam fortes suspeitas de que a ata realmente não tenha sido lavrada na data que mencionada em seu corpo.

Mas isso não há comprovação efetiva e ficamos no campo das hipóteses. E hipóteses, interpretações e teorias conceituais são perfeitamente admissíveis em análise históricas, mas que, sem a devida comprovação documental, ficam girando no campo da ficção.

Infelizmente ficamos no campo hipotético.

A Ata que temos é a compilada por José Barbosa de Sá em sua “*Relação...*”, e nos contentemos com ela.

Bibliografia:

- 1 - SA, José Barbosa de - "*Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*" - Cuiabá - Ed. Universidade Federal de Mato Grosso - 1975
- 2 - SA, José Barbosa de Sá - "*Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*" - In Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - vol 23 - Rio de Janeiro - 1901
- 3 - TAUNAY, Afonso - "*História Geral das Bandeiras Paulistas*" - vol. 10 - São Paulo - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - 1949
- 4 - FRANCO, Francisco Carvalho - "*Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas*" - S. Paulo - Comissão do IV Centenário da Cidade de S. Paulo - 1954
- 5 - SIQUEIRA, Joaquim da Costa - "*Crônicas do Cuiabá*" - In - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo - vol IV - S. Paulo - 1889/90
- 6 - CORRÊA FILHO, Virgílio - "*História de Mato Grosso*" - Rio de Janeiro - INL - 1969
- 7 - "*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*" - Edição do Arquivo Público do Estado de S. Paulo
- 8 - SILVA LEME, Luiz Gonzaga da - "*Genealogia Paulistana*" - São Paulo - Duprat & Cia - 1905 - 9 v
- 9 - AZEVEDO MARQUES, Manoel Eufrásio de - "*Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*" - São Paulo - Editora Itatiaia/USP - 1980
- 10 - TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME - Pedro - "*Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*" - São Paulo - Ed. Itatiaia/USP - 1980

11 - SILVA, Paulo Pitaluga Costa e - “*Notícias acerca do falecimento de Pascoal Moreira Cabral Leme*” - In - Mensário do Arquivo Nacional - ano 9 - n.1 - Rio de Janeiro - 1978

12 - SILVA, Paulo Pitaluga Costa e - “*Diogo de Toledo Lara e Ordonhez*” - Cuiabá - ed. Policromos - 1990

“GENTE DE QUEM VOCÊ É?”

Nilza Pinto de Queiroz

Essa pergunta, muito usada pelos mato-grossenses era dirigida à pessoas estranhas ao nosso meio, quando o Estado de Mato Grosso era uma “ilha”, navegável apenas na sua periferia...

Nossa estrada era o caminho natural, através dos rios, a começar pelo rio Cuiabá. Por ele chegavam mercadorias diversas, tais como:

- cerveja, que vinha embalada em palha;
- biscoitos estrangeiros, acondicionados em bonitas latas, sendo que, estas, futuramente, eram usadas para guardar objetos de costura;
- figurinos europeus (da Itália, da França);
- sal, o precioso condimento, do qual tanto se dependia... e irá se depender sempre, por questão geográfica;
- gente nossa, também chegava.

O cáis do Porto ficava movimentado...

- com “embarcadistas”, como eram tratados os servidores que trabalhavam a bordo;
- com changadores que descarregavam o navio;
- com novo carregamento, de mercadoria e de gente que se deslocava de Cuiabá.

De vez em quando, o barulho dos motores de avião da Força Aérea Brasileira, sobrevoando Mato Grosso, com escala nesta Capital...

Pois bem, nesse entra-sai de gente, chegou do Rio de Janeiro, na década de 40, um contingente do Exército, com militares que deveriam trabalhar na C.E.R. - 5 (Comissão de Estradas de Rodagem - nº 5), instalada, inicialmente, no Quartel do antigo 16º Batalhão de Caçadores,

para servir de apoio ao trabalho das estradas que dariam acesso a Rosário Oeste, Diamantino, Alto Paraguai, etc.

De passagem por Cuiabá, nenhuma mulher atendeu aos galanteios dos militares, porque se tratava de gente de fora, aos quais caberia a pergunta: “*gente de quem você é?*”, querendo indagar: de onde você saiu? Quem é seu pai, sua mãe ou seu avô?... Sim, porque, até então só se dava preferência - para namoro - aos mato-grossenses.

Segundo esse preconceito, uma tia minha ao ser chamada par escalar sobre a procedência do namorado de sua neta, respondeu: “*Não sei nada a respeito; ele é desses homens aparecidos por aqui*”.

O contingente militar se estabeleceu no interior de Rosário Oeste município que sempre se destacou pelas famílias bem constituídas, pela juventude estudiosa, pelo povo lutador.

Naquelas bandas, também as mulheres não fizeram festa com os militares... e eles se sentiram desprezados pelas mato-grossenses.

Após a conclusão do trabalho, os militares, vindos do Rio de Janeiro - naquela época, capital do país -, resolveram fazer um desabafo, tecendo as seguintes comparações com a suposta superioridade que ostentavam, a saber:

- eles, do Rio de Janeiro; nós de Mato Grosso;
- eles da capital federal: nós, de Estado do interior do Brasil;
- eles, criaram-se à beira-mar; nós, só conhecíamos rio;
- eles, usufruíam de boa luz elétrica; nós, tínhamos precária energia, o que nós obrigava, rotineiramente, ao uso de vela ou lamparina;
- eles, da “*Cidade Maravilhosa*”; nós da “*Cidade Verde*”;
- eles, só dormiam na cama; nós, usávamos rede;
- eles, enchiam a boca ao falar em camarão; nós, conhecíamos somente peixe de água doce;
- eles, viajavam de avião; nós, conhecíamos - de vista - os aviões da FAB;
- eles, achavam-se muito desembaraçados; nós, no seu conceito, éramos matutas;
- eles, viviam no asfalto; nós, lutávamos contra a poeira.

Por essas e por outras, os militares, em represália, fizeram uma música para as mato-grossenses, cuja letra transcrevemos a seguir:

“Lá em Rosário, já fomos classificados/ Todos nós já temos preço como coisas do mercado/ Essas granfinas da ‘Cidade Escuridão’/ Só conhecem a tal da rede nunca dormem em colchão/ Pensando elas que pacu é camarão/ Lamparina é luz elétrica/ E urubu é avião.

Nós que viemos da ‘Cidade Maravilha’/ Estamos conhecendo as matutas do sertão/ Sabendo elas que soldados brasileiros/ Não topam filhas de bugre nem resto de garimpeiro.

Nossa resposta pr’ esta classificação/ É que as ‘granfas’ de Rosário só se vestem de chitão/ Andam arrastando o chinelo na poeira/ E sentam na cadeira de caixote de sabão.”

Os rapazes do bairro Mundéo, afeiçoados ao violão, reuniam-se na calçada de D. Larissa Bicudo, a fim de cantarolar as músicas do momento. E quando estavam despeitados por amores não correspondidos, ofereciam às cuiabanas as músicas acima - Zelito Bicudo (filho da D. Larissa), Hélio Camacho, Paulo Camargo, entre outros musicistas, rodeados pelos então estudantes Anísio Sabo Mendes, Manoel Miranda que, no futuro, se tornaram médicos.

Voltando aos militares, eles tentavam desmerecer as mulheres de Mato Grosso, citando os bens materiais que aquela civilização já havia conquistado; enquanto, nós, interiorianas, defendíamos outros valores, quais sejam: o valor do homem mato-grossense; a riqueza da nossa flora e da nossa fauna; o rico trabalho das redeiras do rio-abaixo e do rio-acima; a nossa preocupação com escolaridade, com educação de filhos, com a saúde, com a religião, enfim, com valores filosóficos muito superiores, que tornaram o mato-grossense dotado de condições para ser Gente!

Hoje, com a estrada-mestra construída no Governo do Presidente Kubitschek e com a era do avião cruzando nossos céus, não há distanciamento que não possa ser vencido. Se quiser saber “*Gente de quem você é?*” como o Liu Arruda pergunta, basta solicitar a informação aos canais competentes, que a resposta virá por tele-fax, mostrando a folha corrida do pretendente. Para que essa facilidade chegasse a nós, foram precisos 50 anos, aproximadamente!... Assim acontecem as mudanças ao longo da História.

**HOMENAGEM A
ARCHIMEDES PEREIRA LIMA
1908 - 1993**

*Do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
Da Academia Matogrossense de Letras*



ARCHIMEDES PEREIRA LIMA

1908 - 1993

AO GUERREIRO INCANSÁVEL

Palavras de Pedro Rocha Jucá, diante do corpo do jornalista Archimedes Pereira Lima.

O corpo inerte que está diante de nós não é de um homem comum e sim de um homem monumento. A eternidade do seu sono exige de todos o maior respeito não apenas pelo presente, mas também, e principalmente, pelo passado. Dificilmente encontramos outros nomes para comparações. A sua luta foi insuperável. Chegou ao limite da capacidade humana.

Deixemos o guerreiro descansar. A sua profícua e constante jornada já se aproximava de um século, sem se abater jamais. Reverenciando a ele um silêncio respeitoso, externamos mais do que uma merecida homenagem, pois reconhecemos os seus méritos e nos curvamos diante de sua grandeza.

Dr. Archimedes Pereira Lima, estimados familiares, autoridades, confrades, amigos, convidados e demais presentes. Por muitas razões, sou a pessoa menos indicada para aqui falar em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. O forte afeto que me liga ao homenageado, motivo principal de minha escolha, pouco contribuiu para este instante de saudade, pois a emoção embaça a razão.

Gostaria de me despedir hoje de Dr. Archimedes como sempre fiz: com palavras amigas, com a mesma simplicidade. Será difícil, pois ele está no limiar da história. Agora, neste exato momento, não estou dirigindo apenas ao estimado amigo, que deixa fraternas recordações. Estamos homenageando o maior nome da imprensa matogrossense, o mais arrojado empresário de nossa geração, o grande desbravador da região do Araguaia, o homem público que se enriqueceu apenas de sonhos, esperanças e autênticas realizações para o bem comum.

Hoje ele não iniciará a sua jornada diária indo à capela da Cervejaria, capela esta que ele construiu por sugestão de D. Zelinda. Dentro em pouco, o Dr. Archimedes iniciará a sua última jornada, rumo à eternidade, atendendo ao chamado supremo de Deus, o Grande Arquiteto do Universo.

Deixemos o guerreiro descansar. Ele já fez demais por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Agora é o momento dele construir a sua paz.

MORRE ARCHIMEDES LIMA, FUNDADOR DE "O ESTADO"

Transcrito de "O ESTADO DE MATO GROSSO"

de 22.10.93

ARCHIMEDES PEREIRA LIMA, 85 anos de idade.

Jornalista, advogado, escritor, empresário, colonizador, desbravador, homem público, imortal... Físico franzino, fala mansa e uma determinação inigualável para cumprir seus ideais, Archimedes Pereira Lima deixou ontem pela manhã, em trágico acidente automobilístico na antiga estrada do Moinho (Coxipó), o convívio com os pobres mortais para ficar na história de Mato Grosso como um empreendedor nato. Hoje Mato Grosso chora a perda de um dos homens mais notáveis deste século, no Estado.

Filho de família tradicional, nascido em 1º de janeiro de 1908, em Campo Grande (então região Sul de Mato Grosso), já na adolescência ele decidiu enfrentar desafios. Foi concluir os estudos no Rio de Janeiro, então Capital da República, onde iniciou sua carreira no jornal Gazeta de Notícias. Depois se transferiu para a Agência de Notícias Havas, atual France Press, onde foi tradutor e redator.

Depois, foi tabelião em Corumbá, promotor de Justiça em Nioaque e professor colegial em Aquidauana - municípios que hoje pertencem a Mato Grosso do Sul. Então, retornou ao Rio.

Em 1937, convidado pelo interventor Júlio Müller, retornou a Mato Grosso para assumir a direção ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, onde trabalhou oito anos. De imediato, Archimedes transformou o órgão no que é hoje a Imprensa Oficial de Mato Grosso

(IOMAT). Decidiu ainda modernizar a denominação da Gazeta Oficial, que publicava os atos do governo: acabava de surgir, em 1937, o Diário Oficial do Estado.

Apaixonado pelo jornalismo, com aval de Júlio Müller, em 27 de agosto fundou o jornal *O ESTADO DE MATO GROSSO* - um caso de amor que o acompanhou pelo resto da vida. “*Das empresas que fundei, O ESTADO sem dúvida é a que ocupa maior espaço em meu coração*”, revelou ele, no dia 8 de abril de 1989, numa entrevista, quando o jornal completou 50 anos de circulação ininterrupta.

Novamente convocado pelo serviço público, foi presidente da Fundação Brasil Central - no governo Getúlio Vargas, antecessora da extinta Superintendência do Centro-Oeste (Sudeco). Nesse período, fundou o atual Município de Nova Xavantina (Vale do Araguaia) e outras cidades do Leste de Mato Grosso.

Archimedes Pereira Lima foi secretário da Agricultura de Mato Grosso duas vezes, nas décadas de 50 e 60. F, na seqüência, foi Secretário da Agricultura de Goiás. No governo Garcia Neto (1975-79), Pereira Lima foi Secretário-Chefe da Casa Civil.

Embora jamais tenha aceitado benefícios do poder público ou mesmo disputar cargos eletivos, no início dos anos 50 ajudou a fundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sempre como militante, teve no trabalhismo uma de suas principais bandeiras de luta.

VIDA EMPRESARIAL

Além de "O ESTADO", Archimedes Pereira Lima liderou outros empreendimentos empresariais. Nos anos 60, fundou a Usina de Álcool de Jaciara (Vale do São Lourenço), ainda hoje uma das maiores de Mato Grosso. Em 1967, como presidente de um grupo empresarial, fundou a Companhia Cervejaria Cuiabana - a primeira fábrica de bebidas de Mato Grosso, que atualmente tem a Brahma como maior acionista. Para a época, um investimento ousado e sem precedentes.

A paixão pelo jornalismo fez com que retornasse ao ramo em 1977, fundando o jornal Diário de Mato Grosso, apesar das dificuldades financeiras.

Em 1979, Archimedes decidiu que havia chegado o momento de entregar o Diário de Mato Grosso para outro grupo empresarial, surgindo então o extinto Jornal do Dia.

PARA SEMPRE

Depois de escrever o livro *OS PROBLEMAS DE MATO GROSSO*, Archimedes Pereira Lima conquistou merecidamente uma cadeira na Academia Mato-Grossense de Letras (AML). Tornou-se, então, imortal para sempre. Atualmente, era 1º vice-presidente da Academia Mato-grossense de Letras e também 1º vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Todas as vezes que lhe perguntavam a profissão ou quando tinha necessidade de preencher algum documento, Archimedes Pereira Lima não titubeava: **JORNALISTA**

(Por **RONALDO PACHECO** e **ADEMAR ANDREOLA**)

JORNAL FOI SEMPRE A PAIXÃO MAIOR

Transcrito de “O ESTADO DE MATO GROSSO”

de 22.20.93

Poucos meses após chegar em Cuiabá para assumir a direção da Imprensa Oficial do Estado (Iomat), o jornalista Archimedes Pereira Lima perguntou ao então interventor Júlio Müller: “*como é que uma Capital do porte de Cuiabá não possui um jornal diário?*”. Júlio Müller argumentou que havia outras questões para se preocupar além de um jornal. Diante da perplexidade de Müller, Archimedes avisou: “*Vou montar um jornal*”. Até hoje poucos sabem afirmar se o diálogo realmente ocorreu ou se faz parte da lenda do jornalismo matogrossense.

No entanto, Pereira Lima arregaçou as mangas e manteve contatos com velhos amigos no Rio de Janeiro para importar equipamentos. Nos dias 25 e 26 de agosto de 1937 teria trabalhado “*igual a um cavalo*”, como gostava de dizer nas recordações aos amigos. O resultado prático apareceu impresso na manhã do dia 27 de agosto de 39: o jornal *O ESTADO DE MATO GROSSO*. Um pouco mudado, é verdade, mas o mesmo que os senhores estão lendo neste momento.

Adepto da modernidade, Archimedes trouxe as primeiras linotipos de Mato Grosso e a primeira impressora rotativa - uma *MAN* - para o Centro Oeste. Esses equipamentos eram o sonho da maioria dos jornais do eixo Sul/Sudeste. “*O jornal O ESTADO é a soma de esforços de vários companheiros da comunicação e fruto da necessidade de Cuiabá ter um veículo com periodicidade diária*”, revelou Archimedes, em artigo assinado para *O ESTADO* publicado no dia 8 de abril de 1989.

“*O jornal O ESTADO DE MATO GROSSO é o meu filho mais bonito*”, confessou ele, referindo-se às empresas que fundou. Após 10

anos na presidência de O ESTADO, outros afazeres obrigaram-no a entregar a seqüência de seu belo filho para que outros o ajudassem a crescer. Ele dizia que, “*qualquer dia*” iria voltar à direção de O ESTADO. Não precisou, Archimedes Pereira Lima foi e sempre será o eterno presidente de honra de O ESTADO. Um casamento que nem a morte separa.

“NA CASA DE MEU PAI HÁ MUITAS MORADAS...”
ADENTRE ARCHIMEDES PEREIRA LIMA - ADEUS!

Transcrito de “O Estado de Mato Grosso” de 22/10/93

Avelino Tavares

Do seu majestoso quase singular "*Curriculum Vitae*", destaco a preciosa dedicatória "*Para Avelino Tavares, amigo de verdade, principalmente das horas difíceis, a cujo amparo espiritual nas horas mais dolorosas que tenho vivido muito devo..*

Archimedes Pereira Lima”

Deixou a vida física em pleno acidente de trabalho aos oitenta e cinco anos de idade, a caminho do persistente apostolado, regressando do escritório na Cervejaria Brahma, empreendimento que sucedeu "*Companhia Cervejaria Cuiabana*". Relevamos a coragem de Archimedes quase que obsessiva de persistir dirigindo seu automóvel sempre no trânsito para o trabalho; ou visitando amigos quais Antônio Moisés Nadaf, Avelino Tavares, Hugo Brandão, nas carícias da fraternidade.

Aos filhos que nasceram no meu "*bosque*" em Cuiabá; a D. Suely, esposa, enfermeira, amiga, que sucedeu Zelinda Pereira Lima, o nosso abraço fraternal.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso a Egrégia Academia Matogrossense de Letras...

As memórias no espaço da saudade...

Convencionemos, Archimedes não morreu! Adentrou-se sim a uma das múltiplas moradas prometidas por Jesus. Adeus Archimedes!

ACADEMIA DE LETRAS PRESTA ÚLTIMA HOMENAGEM À ARCHIMEDES PEREIRA LIMA

Transcrito de “O ESTADO DE MATO GROSSO”

de 22/10/93

Desde a tarde de ontem e durante a madrugada, centenas de pessoas estiveram na Casa Barão de Melgaço, sede da Academia Matogrossense de Letras (AML), para o último adeus ao jornalista Archimedes Pereira Lima. O corpo foi velado durante toda madrugada e o enterro será hoje, às 10 horas, no Cemitério Parque Bom Jesus de Cuiabá - Rodovia Cuiabá-Santo Antônio de Leverger (Parque Cuiabá).

O clima no Salão Nobre da AML era de dor e emoção.

Muitos parentes, amigos, velhos conhecidos e populares participaram no final da tarde da missa de corpo presente, celebrada pelo arcebispo da Arquidiocese de Cuiabá, Dom Bonifácio Piccinini. “*É um direito de todos os cristãos*”, afirmou Dom Bonifácio, após se comprometer em celebrar também a Missa de 7º Dia, na próxima quarta-feira, às 18 horas, na Catedral Metropolitana de Cuiabá.

Atendendo solicitação de familiares, o Batalhão de Trânsito da Polícia Militar de Mato Grosso se prontificou ontem a destacar homens para ordenar o trânsito durante o féretro entre a Academia de Letras, na rua Barão de Melgaço - Centro, e o Cemitério Parque Bom Jesus de Cuiabá, partir das 10 horas de hoje. A expectativa é de que, no mínimo, 50 carros acompanhem o enterro.

Os imortais da AML desejam que o caixão de Archimedes Pereira Lima seja coberto com uma bandeira de Mato Grosso, uma de Cuiabá e uma da Academia. Associação Comercial e o Sindicato dos Jornalistas colocarão uma coroa de flores.

ARCHIMEDES SOUBE COLECIONAR AMIGOS DURANTE TODA A VIDA

Transcrito de "O ESTADO DE MATO GROSSO"

de 22/10/1993

Extremamente educado, ético e de uma sagacidade invejável, o jornalista Archimedes Pereira Lima em 85 anos de vida colecionou amigos, admiradores e fiéis seguidores. Inimigos, ao menos publicamente, nenhum. Os velhos e novos amigos aprenderam muito com o velho mestre e têm histórias para contar.

Para o senador Júlio Campos, primeiro secretário do Senado, a intelectualidade de Mato Grosso está mais pobre com a perda de Archimedes. *"Antes de tudo, ele era um desbravador, incansável lutador pela modernidade e novos empreendimentos"*, afirmou o senador mato-grossense. Júlio Campos lembrou também da coragem de Archimedes como jornalista, que sempre buscou a verdade e por muitas décadas ajudou a escrever a história de Mato Grosso.

Em nota oficial distribuída à imprensa, o perfeito Dante de Oliveira disse que *"o povo cuiabano lamenta profundamente a perda trágica de tão ilustre figura que desempenhou de maneira destacada e honrada funções em diversos segmentos, político, empresarial, cultural e social em nossa cidade e Estado"*.

O jornalista e advogado Pedro Rocha Jucá, que dirigiu "O ESTADO" por quase 20 anos, classificou Pereira Lima como um homem que nasceu e viveu para ser um exemplo de determinação. *"Sem dúvida, ele foi o pai da imprensa mato-grossense neste século"*, avaliou Jucá. Da mesma forma pensa o jornalista e radialista Afrânio Borba de Moura, diretor de Jornalismo da TV Brasil Oeste (Rede Bandeirantes), que confessou ser um admirador das atividades de Archimedes.

“*Nunca demonstrava cansaço e vendia otimismo*”, observou Afrânio Borba.

O presidente da Associação Comercial de Cuiabá (ACC) e superintendente da Fecomércio, empresário Pedro Nadaf, lembrou que Archimedes fundou a entidade e foi presidente por vários anos. Ele disse que há 11 anos a Associação Comercial premia o *EMPRESÁRIO DO ANO* com o Mérito Archimedes Pereira Lima. Pedro Nadaf considera irreparável a perda de Archimedes para o empresariado matogrossense.

A presidenta do Sindicato dos Jornalistas Regina Deliberai, afirmou que a categoria está consternada com o falecimento de Archimedes. Ele foi um dos fundadores e é o filiado número 001 do Sindicato dos Jornalistas no Estado. “*Os jornalistas estão de luto*”, anunciou Regina Deliberai.

O conselheiro Ubiratam Spinelli, em nome do Tribunal de Contas do Estado, disse que com o desaparecimento de Archimedes vira-se uma página da história de Mato Grosso.

“*Não há parâmetros para comparação*”, afirmou Spinelli.

O GIGANTE TOMBA EM PÉ

Transcrito de “*Diário de Cuiabá*” de 22-10-93

Mato Grosso perde um de seus grandes vultos, desaparecido ontem tragicamente em desastre automobilístico, aos 85 anos de idade.

Numa dessas coincidências do destino, morreu nas proximidades da Cervejaria Brahma, um de seus muitos empreendimentos que criou e deixa para Mato Grosso. A fatalidade o atingiu quando saía dessa empresa, uma das maiores de Mato Grosso, e aonde comparecia pontualmente, todos os dias de expediente, para trabalhar. Aposentadoria para um homem da fibra e vitalidade de Archimedes Pereira Lima, só mesmo a da Eternidade...

Jornalista, administrador probo, mas sobretudo idealista, assim era Archimedes Pereira Lima. Comandou a famosa Marcha para o Oeste que desbravou a região de Barra do Garças e o Leste matogrossense à época em que Getúlio Vargas era presidente da República e o nomeou para presidir a Fundação Brasil Central de tantos e memoráveis serviços prestados a Mato Grosso e ao Brasil, sempre com a marca do arrojo e pioneirismo de um homem invulgar.

Falar das obras e do caráter de Pereira Lima, exige um espaço enciclopédico, tal a envergadura da sua trajetória na vida intelectual, pública e empresarial. Neste editorial, buscamos pois, limitados pela exigüidade do espaço, resgatar alguns de seus principais feitos. Próprios de um gigante que tombou em pé. Melhor dito: no exercício do trabalho; na senda da produção que sempre caracterizou sua vida.

Como profissional da imprensa, fundou o jornal “*O Estado de Mato Grosso*” e nesse campo a sua contribuição foi vasta desde os tempos em que trabalhava como redator da “*Gazeta de Notícias*”, no Rio de

Janeiro, na agência de notícias Havas e no “*Correio da Manhã*”, também naquele Estado. Em nosso Estado, mais recentemente fundou o “*Diário de Mato Grosso*” depois “*Jornal do Dia*” e hoje extinto.

Escritor membro da Academia Matogrossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, autor de livros, entre eles “*Problemas Matogrossenses*”, editado em 1946, além de centenas de artigos e conferências, Archimedes Pereira Lima teve uma existência intelectual profícua.

Na área pública, além da presidência da Fundação Brasil Central, em cuja direção plasmou uma saga colonizadora marcada pela bravura, ele exerceu em Mato Grosso os cargos de diretor da Imprensa Oficial, chefe da Casa Civil do Governo, Secretário de Agricultura. Mas sua contribuição à vida pública não se restringiu à Mato Grosso, ultrapassando nossas divisas e chegando ao vizinho Estado de Goiás, onde ocupou os cargos de Secretário de Indústria e Comércio e o de presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário daquele Estado.

Na esfera privada além dos cargos de direção em várias entidades representativas de classe do setor empresarial, ele ocupou os cargos de diretor presidente da Usina Central Sul Goiana em Santa Helena, Goiás e a presidência da Usina Jaciara na cidade do mesmo nome, em Mato Grosso, e de cuja empresa foi fundador. Já em Cuiabá, ele plantou, fruto do seu ideal desenvolvimentista, a Cervejaria Cuiabana, hoje fabricante de cerveja e refrigerantes marca Brahma.

Archimedes Pereira Lima parte mas deixa um legado de realizações materiais em vários campos da economia, da comunicação social e do setor governamental. Mas o seu maior legado e a herança moral, de homem que dirigiu orçamentos públicos e privados de grande monta, mas sempre aplicou esses recursos com competência e seriedade, pensando no retorno social que os capitais privado e o oficial - especialmente este último, podem e devem oferecer à população. Seja em termos de geração de empregos e impostos ou então em obras e serviços, a exemplo da Marcha para o Oeste, entre tantas outras realizações da lavra de Archimedes Pereira Lima, é que hoje enriquecem a História de Mato Grosso e do Centro-Oeste.

VERDADEIRO BALUARTE DA IMPRENSA CUIABANA

Transcrito do “*Diário de Cuiabá*” de 22-10-93

Muito emocionado, o advogado e escritor Clóvis de Mello, presidente da Academia Matogrossense de Letras definiu o perfil humano e profissional de Archimedes Pereira Lima como “*um baluarte do jornalismo, das letras e do empresariado matogrossense*”, dada a importância que teve nesses segmentos da vida estadual. Para ele, Archimedes deixa uma lacuna difícil de ser preenchida, principalmente na Academia e no Instituto Histórico e Geográfico, onde atuava com muita dedicação.

“*Ele era realmente um homem de escol, difícil encontrar igual. Sua vida como homem político, empresário e no meio cultural do Estado, merece de todos nós uma grande reflexão, para que tenhamos como exemplo a seguir e passar para as futuras gerações e normas a serem perseguidas*”, disse também Clóvis de Mello a respeito. Com relação à situação da Academia, o presidente observa que agora já são seis vagas existentes, “*o que é muito lamentável, isso porque ultimamente estamos perdendo muitos nomes importantes da cultura e da história de Mato Grosso*”.

ANTES DA ÚLTIMA ENTREVISTA ARCHIMEDES ESTAVA DANÇANDO

Transcrito de “*Diário de Cuiabá*” de 22.10.93

Na última terça-feira, no Cuiabá Tênis Club, os diretores da Fábrica da Brahma realizaram uma grandiosa festa para o lançamento do mais novo produto da Empresa, uma cerveja em garrafa descartável de 300 ml que não precisa de abridor. Para o evento a diretoria da Brahma de Cuiabá trouxe a Banda Paralamas do Sucesso.

Entre os que mais dançaram e aproveitaram a Festa estava Archimedes Pereira Lima. Lá ele deu suas últimas entrevistas, e para isso, foi necessário que a repórter interrompesse o bailar. Foram poucas palavras. Mas, a seriedade e a lucidez foram grandes. Segundo alguns que acreditam em “*Sétimo Sentido*”, na realidade ele estava despedindo-se da vida, tamanha era a intensidade da sua alegria na Festa.

A seguir as palavras do também jornalista Archimedes Pereira Lima, em entrevista:

“Minha filha, eu não sou um dos fundadores da Brahma. Eu sou o fundador da Brahma e depois, naturalmente, vieram grandes companheiros que toparam levar avante os nossos projetos. Isso foi, minha filha, há 28 anos. Entrei lá no mato, abrindo picadas, e lá estou até hoje. Tenho a minha sala lá e ainda estou trabalhando e feliz por ter visto transformar em realidade o que muitos achavam que era um sonho, apenas. Mas hoje é uma realidade. Eu entrei no Projeto Matogrossense e desejei de entrar num empreendimento que contribui para o desenvolvimento do Estado. E agora vemos a Brahma que continua aí e

patrocinando essa grande Festa de hoje, que você está assistindo. E tenho o prazer de participar. E continuo lá. Tenho a minha sala lá”

“Minha filha, por incrível que pareça eu não sou cervejeiro, nem bebo cerveja. Mas hoje a Brahma é um nome nacional. Apesar de toda a concorrência ela é a preferida.”

Sobre a Festa “Gostei muito, não só pelo comparecimento total, lotou aqui o Clube, mas pelo entusiasmo”.

Com quantos anos o senhor está hoje? *“Estou com 84 anos.”*

E finalizou: *“A Brahma é a melhor cerveja do Brasil. Eu estive nos Estados Unidos e vi lá, com satisfação, como a Brahma é tomada lá e é considerada uma das melhores cervejas do mundo, talvez seja um pouco de exagero da minha parte, mas, como fundador da Brahma eu teria que ser como sou, um adepto dessa marca”.*

Doralice Mattos

MORTE DE ARCHIMEDES DEIXA IMENSO VAZIO NO JORNALISMO DE MATO GROSSO

Transcrito de “*Diário de Cuiabá*”, de 22.10.93

Aos 85 anos de idade no pleno exercício do trabalho quando voltava da Brahma as quase 11 horas do dia 21 de outubro o grande homem Archimedes Pereira Lima foi vitimado por um acidente automobilístico, falecendo instantaneamente. Célere, a notícia correu pela cidade e deixou estarrecido o grande número de seus amigos e amadores.

Archimedes Pereira Lima possui um vasto currículo, tendo começado sua vida como jornalista no Rio de Janeiro. Lá, em uma das viagens do Interventor Júlio Müller, recebeu convite para transferir-se definitivamente para Mato Grosso. Também morou em Campo Grande, sua terra, onde militou no jornalismo. Em Cuiabá, além de ser diretor da “*Imprensa Oficial*”, dirigiu e fundou “*O Estado de Mato Grosso*”, juntamente com operários vindos do Rio de Janeiro.

De início, tomou-se de amores por Cuiabá e sua gente, onde também se filiou ao Sindicato de Jornalistas de Mato Grosso.

Era membro da Associação Brasileira de Imprensa (RJ) e da Federação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro, foi redator da “*Gazeta de Notícias*”, ex-tradutor da Agência Havas; ex-colaborador do “*Correio da Manhã*”, RJ. Escritor, membro assíduo da Academia Matogrossense de Letras escreveu várias obras como “*Problemas Matogrossenses*”, “*A Batalha da Borracha em Mato Grosso*”, “*A Companhia Mate Laranjeira vista por um repórter*”. Advogado provisionado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, teve a coragem de condenar

perigosíssimo bandido no Sul de Mato Grosso, homem que ninguém ousava relatar seus crimes. Empresário, exerceu a função de diretor-presidente das seguintes empresas: Usina Central Sul Goiana, em Santa Helena, Goiás; Usina Jaciara e Companhia Cervejaria Cuiabana.

Homem público, ocupou as Secretarias de Agricultura e da Indústria e Comércio, presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, pres. da Fundação Brasil Central, membro do Conselho Diretor da SUDAM e Sudeco, ex-vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Mineração de Mato Grosso, ex-secretário da Casa Civil (Gov. Garcia Neto), ex-presidente da Fed. das Associações Comerciais de Mato Grosso, ex-presidente da Associação comercial de Cuiabá, membro do Conselho diretor da Fundação de Pesquisa Cândido Rondon.

Muitas vezes condecorado, foi-lhe outorgado o troféu “*Mérito Industrial Archimedes Pereira Lima*”, conferido pela Associação Comercial de Cuiabá, entre outras lãureas.

Cidadão honorário de Aragarças GO e Barra do Garças MT, pelos seus relevantes serviços prestados à região como presidente da extinta Fundação Brasil Central, hoje Sudeco. Nos Estados Unidos, estagiou na Universidade “*College Station*” Recebeu diploma honorário do Texas, concedido pelo gov. Jonh Connally.

Marta Arruda

MATO GROSSO PERDE ARCHIMEDES

Transcrito de “A Gazeta” de 22-10-1993

Homem que abriu novos horizontes empresariais em Mato Grosso, na década de 50, empresário considerado arrojado na década de 60 e que trouxe para Mato Grosso as primeiras linotipos e rotativas, inovando o jornalismo morreu ontem, aos 85 anos, deixando vaga a décima-terceira cadeira e a vice-presidência da Academia Mato-grossense de Letras (AML). Archimedes Pereira Lima foi vítima de acidente automobilístico, às 10 horas da manhã, na estrada velha do Moinho, na altura da entrada do Jardim das Américas.

A mesma estrada onde morreu foi percorrida por ele por quase 30 anos. Por volta de 1964 ele encabeçou um grande projeto, na época questionado por muitos, como lembra o seu amigo, o escritor e presidente da Academia Mato-grossense de Letras, Clóvis de Mello. A hoje consagrada Companhia de Cervejaria Cuiabana, foi vista por ele como uma necessidade de atrair investimentos para Mato Grosso.

Mesmo aposentado, Archimedes não perdeu sua paixão pela fábrica.

“*Todos os dias passava por lá pelo menos por meia hora e participava ativamente do Conselho Administrativo*”, conta seu filho, Júnior. Destino ou fatalidade foi por esta paixão que ontem, mais uma vez, ele esteve na fábrica, momentos antes do acidente envolvendo seu Fiat com um Scort, com três ocupantes que até ontem estavam internados em estado grave.

Dom Bonifácio Piccinini, Arcebispo de Cuiabá, que realizou a missa para encomendar a alma, recorda-se com apreço de Archimedes.

Segundo o Arcebispo, ele foi um homem de enfrentar desafios e provido de honestidade. “*Certa época fui injustamente criticado por um político e Archimedes saiu em minha defesa com sua coluna no jornal*”.

A Associação Comercial de Cuiabá também está de luto. Seu presidente, Pedro Nadaf, fala da lastimável perda de Archimedes para o empresariado, lembrando que sua significação é tão grande que há 11 anos o troféu Mérito Empresarial, dado a empresários de destaque a cada ano, leva o seu nome.

Archimedes Pereira Lima nasceu em 1º de Janeiro de 1908, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Deixa a viúva e 5 filhos, além dos netos. Era vice-presidente da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Fundou o jornal “*O Estado de Mato Grosso*”, em 1939. Ocupou diferentes funções na vida pública, entre elas Secretário de Agricultura em Goiás e em Mato Grosso, Chefe da Casa Civil no governo Garcia Neto, primeiro presidente da Fundação Brasil Central, continuador da Expedição Roncador/Xingu. Fundou e dirigiu a Imprensa Oficial e o Diário Oficial.

Henry Falbo

UM HOMEM RICO... DE SONHOS

Trascrito de “*A Gazeta*” de 23/10/93

A morte costuma surpreender a vida. Não pela interrupção. Mas pelas lições e peças que prega aos que sobrevivem.

A morte do velho guerreiro Archimedes Pereira Lima é uma dessas mortes que vão além do fenômeno físico-espiritual. Suspendeu o exercício de vida de um homem que, às vésperas dos 86 anos, ainda insistia em continuar sua trajetória de trabalho.

Dele algumas definições foram expressas por amigos. Clóvis de Mello, por exemplo, lembrou Bousset diante do cadáver de Carlos IV: “*morto, parece maior do que vivo*”. Ou Pedro Rocha Jucá: “*um homem que viveu rico de sonhos*”, “*um desses homens a quem podemos chamar de homem-monumento...*”, ou “*Archimedes fez muito por Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Agora é a vez de cuidar da parte dele*”. Joel Bulhões lembrou a amizade de Archimedes e imaginou-o incentivando-o: “*vá em frente*”, “*como um símbolo*”, na definição do neto Archimedes Pereira Lima Neto, que falou ao avô entre lágrimas. Ou amigo inseparável de intermináveis conversas, Satyro de Oliveira: “*Archimedes alcançou as culminâncias da vida*”.

Sou um amigo suspeito ao falar nele. Conheci-o em 1976. Ao assumir a chefia da Casa Civil no governo Garcia Neto, ele fez uma afirmação que despertou minha curiosidade sobre o seu passado: “*sempre servi aos governos sem nunca deles ter-me servido*”.

O seu passado era tão grande quanto o seu presente. E certamente quanto a permanência viva do seu nome no futuro.

O deputado Ricardo Corrêa disse-me no instante que Archimedes deixava a Academia Matogrossense de Letras, da qual tanto gostava: “*o maior patrimônio de um homem é esse. O nome. Não se pode deixar herança maior*”.

Embora estivesse fora da vida pública atuante, Archimedes era uma dessas presenças sutis que falam no silêncio.

Voz mansa, gestos calmos. Poderosa energia mental. Amigo leal.

Seu último cargo público foi o de chefe da Casa Civil, até 1978. Depois, em 1986/87 o de presidente da Associação Comercial de Cuiabá.

No entanto, a sua morte veio confirmar que era uma fonte de inspiração para tanta gente moça e atuante na vida pública empresarial.

Diante dele velado, aos poucos as pessoas foram definindo traços de seu caráter e de sua personalidade. Ouvi tantos. Dignidade. Honradez. Determinação. Coragem.

E mais: “*já não existem mais homens assim*”. A vida de tantos já se marcou por fortunas e por homenagens trajetórias. Mas essa homenagem ao caráter do amigo Archimedes ressuscita uma reflexão extraordinária: as ações do homem superam o tempo. Através delas se podem sobreviver à morte.

Já vai quase meio século que Archimedes presidiu o início do desbravamento do Vale do Araguaia. Mas não foi esquecido. E nem foi esquecido também pela ousadia do jornalista visionário “*enriquecido de sonhos*”. E nem foi esquecido por tantas outras coisas que fez e sequer estão registradas devidamente. Mesmo assim a força delas o manterão vivo.

Archimedes vivia às turras com os filhos e com a sua pequenina Sueli sobre continuar dirigindo. Ele reagia com energia a qualquer idéia de deixar o carro. E argumentava que, se suas pernas já não o sustentavam como antes, no carro ele tinha a liberdade de ir e vir, como sempre fez. Um andarilho emérito. E foi numa dessas suas vindas que ele não voltou. Saira

da Cervejaria Cuiabana, que ele fundou no final da década de 60 e da qual fora presidente. Aposentado, continuou como assessor da presidência. Vinha para o centro trafegando na antiga estrada do Moinho que seria chamada de Avenida Archimedes Pereira Lima em breve, e dirigindo o seu carro. Em plena liberdade como gostava. E em plena atividade como sempre viveu.

Ali separou-se da vida. E de todos nós a quem inspirava de uma ou de outra forma.

Porém, se morreu perto da sua cervejaria, na sua avenida e dentro do carro que lhe simbolizava a liberdade, ele não morreu. Apenas se foi. Cúmplice, quem sabe, escolheu junto com a Providência o seu desfecho.

Archimedes só morreu aqui. Começou outra vida. Outros projetos. Com sua incontida modéstia deve estar lá rindo de nós. Rico de sonhos.

Onofre Ribeiro

**SESSÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO
GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO, DE 30 DE
OUTUBRO DE 1993, EM MEMÓRIA DO
SÓCIO EFETIVO**

ARCHIMEDES PEREIRA LIMA

**ATA DA 253ª SESSÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO**

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 1993, em sua sede social - “*Casa Barão de Melgaço*” - situada na rua Barão de Melgaço nº 3869, realizou-se mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, sob a presidência do confrade Luís-Philippe Pereira Leite.

Abrindo a sessão, o Senhor Presidente explicou que a mesma seria especial, por duas razões:

- 1ª) reuniram-se membros do IHG - MT e da Academia Mato-Grossense de Letras, em memória ao dedicado elemento da “**Casa Barão de Melgaço**”, confrade Archimedes Pereira Lima, falecido no último dia 21 (vinte e hum).
- 2ª) por ser decano da “**Casa Barão de Melgaço**”, havia sido convocado pelo Presidente da AML, confrade Clóvis de Mello, para proceder à eleição do próximo biênio.

Em seguida, o Senhor Presidente autorizou que a Secretária “**Ad hoc**”, procedesse à leitura da Ata referente à sessão anterior, a qual foi aprovada sem emendas.

A palavra volta ao Senhor Presidente que registra, com pesar, o falecimento do saudoso Archimedes Pereira Lima, Vice-Presidente do IHG - MT e, também, da AML. Comenta que, por volta das 10:00 (dez) horas, o Archimedes falou com ele, pelo telefone, marcando uma visita no 2º expediente. Às 11h 30m (onze horas e trinta minutos) o grande Archimedes não mais fazia parte deste mundo. Como Vice-Presidente foi um colaborador insubstituível, sem medir esforços para bem representar o IHG - MT. Essa figura de 85 (oitenta e cinco) para 86 (oitenta e seis) anos, deixa exemplo de assiduidade e de trabalho na “*Casa Barão de Melgaço*”.

A palavra é concedida a Pedro Rocha Jucá que, em nome do Presidente da AML, confrade Clóvis de Mello, procedeu à leitura de significativa mensagem dedicada ao pranteado. A citada mensagem constará dos Anais do IHG - MT.

Em seguida, falou a confrreira Elizabeth Madureira Siqueira sobre a lembrança bonita do, então, confrade Archimedes no lançamento do seu livro “*O Processo Histórico de Mato Grosso*”. Ao cumprimentá-la, o Dr. Archimedes lhe disse que ficava somente 5 (cinco) minutos, porque não estava bem vestido para a solenidade, embora todos saibam que o saudoso Dr. Archimedes sempre se vestiu com elegância, quer como político, empresário, homem público, etc.

Ao sair do recinto, comentou, com fineza: “*pretendia ficar durante 5 (cinco) minutos e acabei permanecendo durante 15 (quinze) minutos, porque fui bem tratado*”.

A palavra é concedida ao confrade Aduino Dias de Alencar que fez o seguinte pronunciamento: *ao saber do falecimento do Dr. Archimedes, não pude fazer mais nada. Pedi, então, ao Arcebispo Dom Bonifácio Piccinini que comparecesse à “Casa Barão de Melgaço”, onde estava o féretro, a fim de fazer uma prece para a alma do falecido Archimedes e, também para o conforto da sua família.*

A palavra está com o confrade Benedito Pereira Lima do Nascimento que registra o seguinte: possuía três amigos com os quais falava, pelo telefone, rotineiramente, a saber:

- 1º) Luís-Philippe Pereira Leite, conselheiro, padrinho de casamento;
- 2º) Benedito Pedro Dorileo, amigo de infância na Av. Dom Aquino; depois colega, como Professor da UFMT;
- 3º) Archimedes Pereira Lima, cujo nome inspirou-lhe a seguinte frase: homem honrado, viveu do idealismo e do trabalho, permanecendo como exemplo vivo para todos nós.

Fala o confrade Benedito Pedro Dorileo, a respeito do saudoso Archimedes Pereira Lima. Numa reunião onde estavam Archimedes, Jucá e o próprio Dorileo, este, ao sair do recinto, deparou-se com Archimedes e Jucá; aquele lhe adiantou o seguinte: “*estávamos esperando por você, para podermos abraçá-lo*”. Archimedes Pereira Lima pautou sua vida no cumprimento do dever, de maneira peregrina, no dia-a dia, com a fronte honrada e o espírito iluminado para o bem. Do padre Lacordaire Paisées a frase que lhe atribuo: “*Homem honesto é aquele que mede seu direito pelo seu dever*”.

Com a palavra a confreira Nilza Pinto de Queiroz; disse que não se privou da amizade do Dr. Archimedes Pereira Lima, mas observava a maneira cordial, distinta, que dispensava a todos. Se, com os homens era educado e gentil, com as mulheres, muito mais. Numa das reuniões do IHG- MT, ela, Nilza, trouxe os mapas de frequência que havia levantado, compreendendo os exercícios de 1990 ao corrente exercício de 1993. Ele, Dr. Archimedes, analisou os mapas com interesse e, ao devolver-lhe, comentou: “*seu trabalho está muito bom; num lance de vista, pode-se ver a situação geral da frequência, assim como se pode observá-la individualizada*”. Eu diria, na linguagem dos jovens: “*este serviço é a sua cara*”

Fala o confrade Moacyr Freitas para lembrar que procurou o confrade Archimedes Pereira Lima na Cervejaria Cuiabana “*Brahma*” cujo contacto fôra providenciado pelo confrade Jucá. O Dr. Archimedes leu parte da sua história em quadrinhos intitulada “*História Ilustrada de Cuiabá*” e o encaminhou aos canais competentes da Brahma, com a seguinte observação: “*li até a página 50 (cinquenta); o trabalho merece nota 10 (dez)*”.

A palavra volta ao confrade Pedro Rocha Jucá, que manifesta sua consternação pessoal pelo falecimento do Dr. Archimedes Pereira Lima.

Destacou sua disposição para o trabalho e comentou que a Brahma destinava-lhe um gabinete, com Secretária para atendê-lo. Durante as 24 (vinte e quatro) horas entre o desastre automobilístico - que resultou sua morte - e o enterro, a direção da Brahma parou; colocou à disposição carros da firma, ônibus para funcionários e prestou-lhe a homenagem que ele merecia. A imagem que o Dr. Archimedes lhe deixou, foi a de um guerreiro, que trabalhou a vida toda. Possui numa gravação dele, quando falou no canal 8, de televisão, sobre o jornal "*O Estado de Mato Grosso*"; na oportunidade, enalteceu o trabalho do Jucá, por mais de 25 (vinte e cinco) anos, na direção daquele jornal. Tinham os dois, muitos pontos em comum; o Dr. Archimedes foi um grande amigo seu; um modelo como cidadão.

Com a palavra o confrade Ronaldo de Arruda Castro, que expressa sua estima e seu respeito pelo falecido confrade Archimedes Pereira Lima. Foi ele que o recebeu quando da sua posse na Academia Mato-Grossense de Letras, em 10.03.92.

A palavra é concedida ao confrade Ubaldo Monteiro da Silva que, sobre o saudoso Archimedes Pereira Lima, assim se expressou. "Conheci a Archimedes em 1944, no jornal "*O Estado de Mato Grosso*".

Desde, então, mantínhamos amizade. A seu convite conheci a Cia. Cervejaria Cuiabana Brahma, da qual foi o fundador. Ele, Archimedes, me mostrava a arborização da Brahma e me chamava a atenção para certos detalhes, dizendo: "*fui eu que mandei plantar*".

Tinha o hábito de visitar-me; chegou a me falar: "*sua casa, na Vila Mariana, na cidade de Várzea Grande, parece uma fazendinha*".

Finalmente, fala o confrade Satyro Benedicto de Oliveira, na reunião conjunta de manifestação em torno da lembrança de Archimedes Pereira Lima. Comenta que, em vários momentos estiveram juntos como, por exemplo:

- 01 - na Federação das Indústrias, quando Mato Grosso era a última federação a ser implantada;
- 02 - no Rotary Club de Cuiabá, quando o Dr. Archimedes - na condição de co-fundador - o saudou; posteriormente levou à sua casa o discurso que proferiu durante sua posse como Presidente para o exercício rotário 1985/1986, cujas palavras foram generosas e afetivas;
- 03 - no Governo de Mato Grosso tendo, como Governador, o eng^o José Garcia Neto; nessa época, o Satyro era assessor parlamentar do Governo e o Dr. Archimedes, chefe da Casa Civil. Quando este ia despachar com o Governador, pedia assistência do assessor Satyro;
- 04 - na festa anual promovida pela Associação Comercial de Cuiabá, teve o privilégio de saudar o Dr. Archimedes Pereira Lima;
- 05 - ao ser entregue a medalha do mérito empresarial - que leva seu nome - ao Eng^o Fernando Robério de Borges Garcia, filho do ex-Governador Garcia Neto, Satyro falou em nome de Archimedes Pereira Lima.

Por toda essa convivência de simpatia e amizade, ele, Satyro, falou pela Academia Mato-Grossense de Letras, antes de partir o fêretro, lembrando, na ocasião, a frase de Cícero: *“A morte é terrível àqueles a quem tudo se extingue com a vida, não para aqueles cujo bom nome não perece.”*

A palavra volta ao Senhor Presidente que, encerrando a reunião conjunta, acentua: depois de tantas palavras significativas, proferidas pelos confrades, convida-os a se posicionarem em pé, por um minuto de silêncio em memória ao grande e saudoso extinto, Archimedes Pereira Lima.

Quanto à eleição para a nova direção da Academia Mato-Grossense de Letras referente ao próximo biênio, constará da respectiva Ata da AML.

Nada mais havendo a se tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença de todos os participantes da reunião encerrou os trabalhos de hoje, dos quais, eu, Nilza Pinto Queiroz, Secretária “*ad-hoc*” do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso lavrei a presente Ata, para, a todo o tempo, constar.

Cuiabá, 30 de outubro de 1993

Nilza Pinto Queiroz

EXCERTO DA
ATA DA 254ª SESSÃO DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro de 1993 em sua sede social - “*Casa Barão de Melgaço*” - situada na rua Barão de Melgaço nº 3869, realizou-se mais um a sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, sob a presidência do confrade Luis-Philippe Pereira Leite.

Abrindo a sessão, o Senhor Presidente autorizou que a Secretária “*ad-hoc*” procedesse à leitura da Ata referente à sessão anterior, em memória ao dedicado Archimedes Pereira Leite; não havendo discordância, a citada Ata foi aprovada.

A palavra foi concedida ao confrade João Alberto Novis Gomes Monteiro que, não havendo comparecido à sessão acima citada, deseja registrar sua opinião a respeito do confrade falecido, como veremos a seguir:

- “*O falecimento de Archimedes Pereira Lima deixou-nos uma saudade, mas isto não é o que mais sofremos pois, a saudade se por um lado nos dói, por outra face é sublime e inspiradora levando-nos a lembrar, com carinho, os ausentes queridos; esta perda, além da saudade, deixou-nos uma grande falta por ter sido ele um confrade responsável e dedicado à Academia Mato-Grossense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, entidades que assim, se tornam mais carentes de dedicação e trabalho por parte dos membros que a compõem*”.



Apoio: Editora Universitária da UFMT
Impressão: Gráfica Universitária
Cuiabá - Mato Grosso
1994